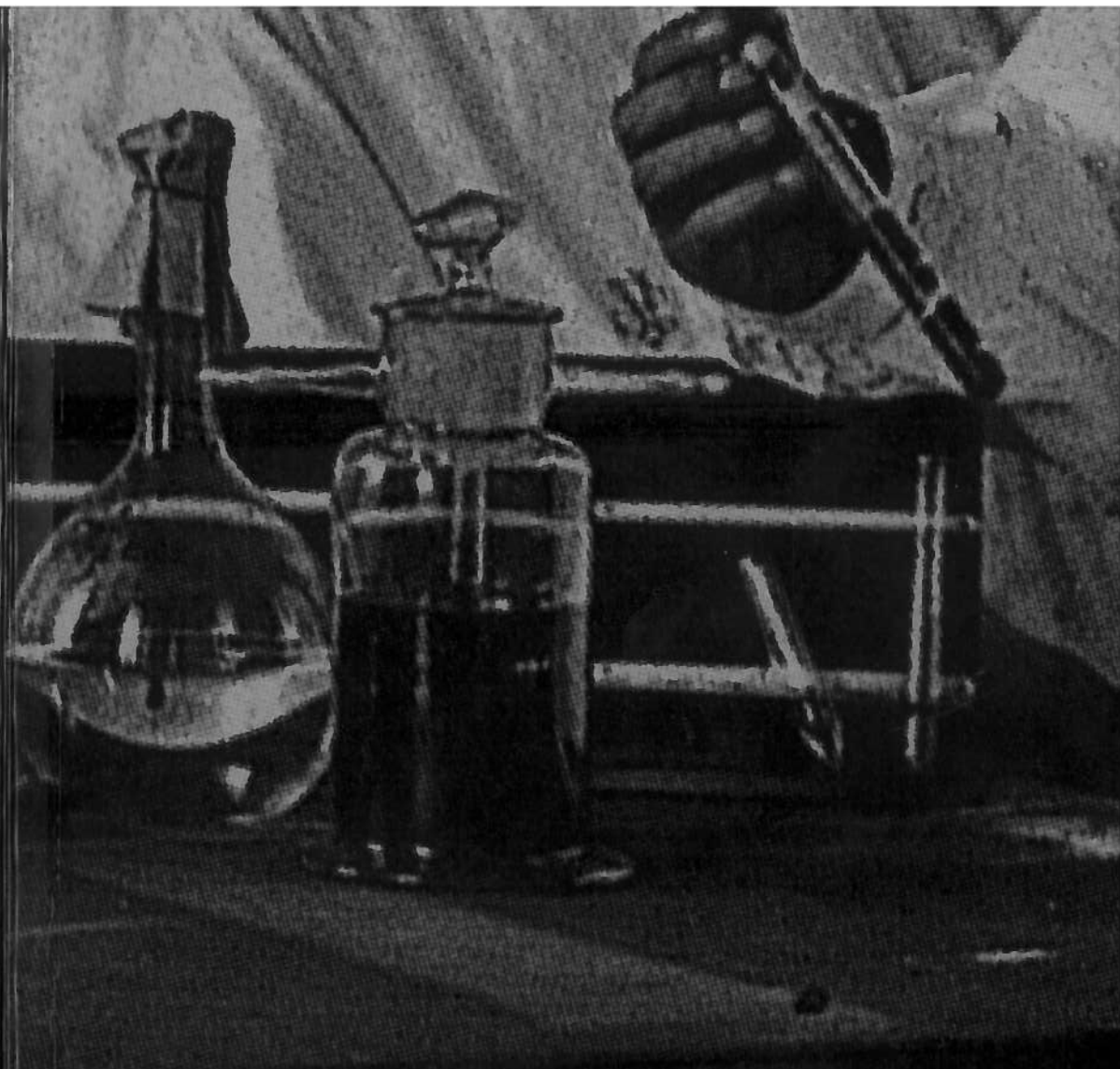


Este livro surgiu no âmbito de um projecto de investigação que teve como objectivo estabelecer ligações de intelegibilidade entre a História da Cultura e a História da Ciência. O terreno laboratorial foi um país da Europa do Sul, Portugal, marcado quer pelo fascínio pedagógico e revolucionário das Luzes, quer pela busca de uma legitimidade científica para impor retóricas de discurso político e ideológico inovador no espaço público existente da viragem do século XIX para o século XX.

Da Natureza à Medicina, passando pela busca de uma desejada internacionalização – um dado marcante na arquitectura da imagem de Ciência – ou pelo fascínio do Diário de Notícias pelas fontes institucionais, para informar acontecimentos de progresso e de civilidade, obtemos através destes sete contributos um diálogo científico inovador para os domínios da História da Cultura.

Maria de Fátima Nunes
Norberto Cunha

IMAGENS DA CIÊNCIA EM PORTUGAL



IMAGENS DA CIÊNCIA EM PORTUGAL

SÉC. XVIII–XX

COORD → Maria de Fátima Nunes | Norberto Cunha

ca
le
i
d
o
s
c
ó
p
i
o

ca
le
i
d
o
s
c
ó
p
i
o

COORD → Maria de Fátima Nunes | Norberto Cunha

IMAGENS DA CIÊNCIA EM PORTUGAL

SÉC. XVIII - XX

título
Imagens da Ciência em Portugal (séculos XVIII-XX)

coordenação
Maria de Fátima Nunes
Norberto Cunha

série
Ciências Sociais e Humanas

data de edição
Setembro 2005

ISBN
972-8801-77-7

depósito legal
231668/05

edição



Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA
Rua de Strasburgo, 26 - R/c Dto.
2605-756 Casal de Cambra · Portugal
Tel.: (351) 21 981 79 60 · Fax: (351) 21 981 79 55
e-mail: caleidoscopio@caleidoscopio.pt
www.caleidoscopio.pt

apoio
FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Sumário

Prefácio	IX
Natureza e Cultura	1
O Grande Livro da Natureza nos textos e viagens filosóficas de José António de Sá <i>Francisco António Lourenço Vaz</i>	3
O Movimento Conservacionista e a génese do Ambientalismo e Ecologismo – A Protecção da Natureza do Romantismo a finais do século XX <i>Iria de Fátima Rodrigues Amado Vaz</i>	23
Memória da (Boa) Natureza. Ensaio para um trajecto de ideias <i>Maria de Fátima Nunes</i>	41
Imprensa e Ciência	59
A Construção de Identidades no Jornalismo de Informação. Um percurso pelas fontes institucionais do <i>Diário de Notícias</i> (1864-1889) <i>Paula Miranda</i>	61
Tipografias Portuguesas no século XIX: o ciclo da internacionalização <i>José Luís Assis</i>	81
Medicina e Sociedade	99
A Patologia da Fé – Os homens de fé à luz da psicopatologia primo-republicana <i>Sebastião Nuno de Araújo Barros e Silva</i>	101
Miguel Bombarda e a Assistência Mental em Portugal <i>Paulo Araújo</i>	121

Em memória

*Ao Mestre de várias vivências que nos ensinou a rasgar
caminhos para a História da Cultura,*

O Professor José Sebastião da Silva Dias.

Prefácio

Este livro surgiu no âmbito de um projecto de investigação que teve como objectivo estabelecer ligações de inteligibilidade entre a História da Cultura e História da Ciência. O terreno laboratorial foi um país da Europa do Sul, marcado quer pelo fascínio pedagógico e revolucionário das Luzes, quer pela busca de uma legitimidade científica, impondo retóricas de discurso político e ideológico inovadoras no espaço público existente, na viragem do século XIX para o século XX. Assim, Portugal funcionou como a componente instrumental para juntarmos diferentes estados de arte, para percorrer trilhos de investigação diferenciados, para acolher seminários de trabalho, preparação de conferências e comunicações, realização de dissertações de Mestrado e de Doutoramento.

Em Portugal, em nosso entender nos últimos dez anos tem-se esbatido o divórcio historiográfico entre a visão internalista e a externalista da História da Ciência. Para tal muito contribuiu o magistério de Rómulo de Carvalho, de Luís de Albuquerque e de José Sebastião da Silva Dias. Num outro registo, o da construção de memórias comemorativas de timbre científico e académico, a Universidade de Coimbra promoveu colóquios sobre a fundação da Universidade e os vários impactos projectados pela reforma pombalina de 1772, assim como a Academia das Ciências de Lisboa, a propósito do seu duplo centenário. As publicações destas realizações científicas estabelecem o ponto de situação por sectores científicos, possibilitando a convivência de historiadores de diferentes áreas de especialização com profissionais das Ciências exteriores ao paradigma das Ciências Humanas e Sociais. Assim, fomos aprendendo a conviver e a pensar com outras linguagens, com outros problemas e com outras figuras do tempo histórico e do universo da História da Cultura e da História das Ideias.

Ao longo dos anos noventa, as Universidades portuguesas têm vindo a possibilitar a criação de Centros de História e Filosofia da Ciência e da Tecnologia, proporcionando um encontro salutar entre profissionais do tempo e do espaço para trabalharem as palavras e as coisas da ciência e da cultura científica.

Os programas de financiamento da FCT têm, igualmente, impulsionado a existência de Projectos neste campo complementados por bolsas de doutoramento. A Exposição *O Engenho e a Arte*, na Fundação Calouste Gulbenkian, em 1997, criou um outro campo de perspectivas sobre a história dos objectos científicos.

À luz destes contributos tornou-se evidente a necessidade de estudar em Portugal as múltiplas relações que existiram, e actuaram, entre os produtores/consumidores de cultura científica e a sociedade, os produtores/consumidores de outras formas de expressão cultural, como a Arte e a Literatura; a opinião pública que capta imagens e fragmentos da Ciência; as instituições que reflectem, assimilam e difundem as aquisições oriundas da esfera da Ciência, diferenciados no tempo cultural em que são produzidas e apropriadas.

Neste contexto de final de século XX, inserido no Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora, ousámos inventar um projecto centrado nas imagens que a ciência e a comunicabilidade da cultura científica provocaram na sociedade portuguesa. Uma parte dos resultados são agora apresentados neste livro ao público, encontrando-se divididos por três grandes áreas:

- Natureza e Cultura
- Imprensa e Ciência
- Medicina e Sociedade

Afinal, foi a forma mais clara que os coordenadores científicos deste projecto encontraram para demonstrarem alguns dos seus pontos de vista, algumas das suas ousadias de investigação e de reflexão, mostrando, em simultâneo, os resultados de alguns jovens investigadores que se encontravam ligados ao Projecto.

Era clara a intenção de criar uma base de trabalho centrado na História e na Filosofia da Ciência em Portugal, desenvolvendo e calibrando fontes e percursos de investigação que permitissem divulgar estudos históricos sobre novas categorias de fontes para a História da Cultura e da Ciência, efectuando uma arqueologia de discursos e de imagens. Deste modo pensamos que é possível inserir a cultura científica no vocabulário da historiografia portuguesa, analisando alguns aspectos da sua construção mental e cultural no perfil colectivo de uma galeria intelectual, de setecentos ao dealbar do século XX, através de uma constante percepção de um entendimento público da ciência em Portugal.

Os contributos que agora se apresentam – de Francisco Vaz, de Iria Amado Vaz, de M^a Fátima Nunes, de Paula Miranda, de José Luís Assis, de Sebastião Barros e Silva e de Paulo Araújo – abrem novos campos para se debaterem mitos, para se começar a entender que os sinais do tempo da profissionalização do cientista foram também determinantes para a emergência de quadros de criação de imagens de uma legitimidade profissional com base numa argumentação científica, seja pela demonstração do bom uso da Natureza, seja pelos os prémios de qualidade e rigor ganhos pelas tipografias de Lisboa, seja pelos mecanismos de circulação informativa entre as instituições científicas e a imprensa de massas, na segunda metade do século XIX. E o dealbar do novo século trouxe uma marca da imagem científica de prestígio e de rigor positivista que a engenharia médica e republicana souberam exercitar com grande sucesso, colocando nos novos altares da opinião pública os novos santos – os cientistas, com especial destaque para os médicos!

Os resultados que este livro apresenta são uma parte visível do caminho que foi percorrido para demonstrar que pode – deve – existir um novo entendimento de cultura, através de um diálogo com temas, textos, personalidades do mundo científico que estabelecem diálogos visíveis e imaginados com a sociedade, com as cumplicidades de várias instituições e mecanismos culturais (como sejam a Academia das Ciências de Lisboa ou as tipografias e editoras de Lisboa, do Porto e de Coimbra...). Da Natureza à Medicina, passando pela busca de uma desejada internacionalização – um dado marcante na arquitectura da imagem de Ciência – ou pelo fascínio do *Diário de Notícias* pelas fontes institucionais, para informar acontecimentos de progresso e de civilidade, obtemos através destes sete contributos um diálogo científico inovador para os domínios da História da Cultura.

A coordenação e execução deste livro foi possível graças às cumplicidades de várias pessoas e ao apoio institucional de diferentes organismos e programas. Em primeiro lugar devemos mencionar o apoio da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio que possibilitou a existência do projecto POCTI/35145/2000 *Historical Studies on Scientific Images in Portugal*. E ainda no âmbito das entidades institucionais uma palavra de apreço para a Universidade de Évora e para a Universidade do Minho pela autonomia científica que nos proporcionaram. Ao Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora um registo de entusiasmo pelo apoio e incentivo que sempre deu à realização e à publicitação das várias

Imagens da Ciência em Portugal (séculos XVIII-XX)

actividades relacionadas com o Projecto das Imagens da Ciência. Todos os Colegas do Centro foram importantes para nos apoiarem com ideias, com estímulos, com críticas e sugestões – os nossos sinceros agradecimentos! Para o Director do CEHFC da UE – Prof. Augusto Fitas – vai o nosso veemente reconhecimento, pois ele foi, indubitavelmente, a pedra de toque que tudo fez mover-se!

Por fim, não podemos deixar de expressar o nosso profundo prazer por termos usufruído do entusiasmo dos membros da equipa do Projecto, em especial os que aqui nos fazem companhia com os seus textos, com as suas propostas, com as suas ideias sobre diferentes perspectivas da construção de imagens de cultura científica em Portugal.

Évora/Braga, Março 2005

Natureza e Cultura

O Grande Livro da Natureza nos textos e viagens filosóficas de José António de Sá

Francisco António Lourenço Vaz

Nos economistas portugueses de finais do século XVIII é vulgar encontrar a ideia que o atraso económico português, relativamente às nações prósperas do norte da Europa, tem como razão de fundo a ignorância, mãe dos abusos, e deficiente exploração, das riquezas que os imensos territórios lusos encerravam. Impunha-se, por isso, um conhecimento rigoroso da História Natural. Significativas são a este propósito as palavras do Abade Correia da Serra no discurso inaugural da Academia das Ciências de Lisboa:

“O primeiro passo de uma nação, para aproveitar suas vantagens, é conhecer perfeitamente as terras em que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, o de que são capazes. A história natural é a única ciência que tais luzes pode dar; e sem um conhecimento sólido nesta parte, tudo se ficará devendo aos acasos, que raras vezes bastam para fazer a fortuna, e a riqueza de um povo”¹.

Era assim um imperativo e uma obrigação patriótica partir para o terreno, ou seja, viajar pelo país e colónias para conhecer esses imensos recursos, não simplesmente pelo prazer que a viagem proporciona, mas sobretudo pelas suas potencialidades científicas. E estas duas componentes – a estética, a anunciar uma sensibilidade e mentalidade romântica e a científica, em concordância com o iluminismo – estão presentes no discurso dos viajantes naturalistas de modo que podemos dizer que com a viagem se juntava o útil ao agradável. Ora é neste contexto que surgem os apelos para a realização de viagens filosóficas no Reino e colónias, nós diríamos viagens científicas, mas o eclectismo reinante, dava os primeiros passos no sentido de uma disciplina-ridade, e daí o termo filosófica prevalecer relativamente ao científico.

¹ SERRA, 1789, p. 10.

Com este estudo procuramos, tomando como referência as obras e viagens de José António de Sá, averiguar qual a ideia de natureza dos viajantes filósofos de finais de setecentos? Em que a paradigma científico se integram? Que ética defendiam na relação do homem com a natureza?

Um jurista e viajante filósofo

José António de Sá (1756-1819) nasceu em Bragança, doutorou-se em Leis, em 1782 na Universidade de Coimbra, foi depois Juiz de Fora e Corregedor da Comarca de Moncorvo², Juiz Conservador da Real Companhia do Novo Estabelecimento para Creação e Torcidos das Sedas, mandada organizar por Alvará de 6 de Janeiro de 1802 e Director da Real Fábrica das Sedas e Águas Livres³. Era sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, desde 1781, quando frequentava o último ano do curso de Leis. Na sua extensa obra bibliográfica, sobressaem os textos de cariz económico e jurídico, as memórias que escreveu para a Academia das Ciências e diversos textos sobre legislação económica, nomeadamente sobre baldios, testamentos e sericultura.

Tentemos precisar primeiro as ideias, para em seguida descrevermos os projectos. Importantes na sua formação académica e para o seu pensamento económico foram os ensinamentos de Domingos Vandelli, que completou com diversas leituras de autores franceses: Duhamel de Monceau, Boamar, Forbonnais, Quesnay, Mirabeau e outros autores da Enciclopédia e das Memórias Económicas da Academia de Paris. Mas muitos outros são por ele citados; sem pretender sermos exaustivos, entre os clássicos, sobretudo Plínio, Teofrasto e Cícero, entre os modernos, além dos já referidos, surgem também os naturalistas: Lineu, Geoffroy e Reaumur. O interesse pela Aritmética Política é outro dos fundamentos do seu pensamento e que facilmente se nota em qualquer das obras. No domínio da «arte de aplicar o cálculo aos objectos do Governo», António Sá usa permanentemente a linguagem objectiva dos números, seja para dar o estado da «povoação», o primeiro dos objectos a ter presente e a numerar com rigor, até ao número

² Estudos sobre António de Sá: SOUSA 1973-1974, 1997, 2000 e 2001. VAZ 2002 p. 363-434 e ALVES, 1986, t. VII, p. 460-470 e t. IX, p. 243-245.

³ José António de Sá foi nomeado Director da Real Fábrica das Sedas em substituição de Domingos Vandelli, em 17 de Setembro de 1810. Vandelli fora nomeado em 14 de Junho de 1798. ALVES, 1986, p. 460.

de amoreiras que mandou plantar em Moncorvo e destas quantas secaram e quantas prenderam.

As leituras de António de Sá são diversificadas, em conexão com o pendor enciclopédico do seu tempo. Por isso, os textos da História Natural, sobre os insectos ou amoreiras, misturam-se com outros sobre as descobertas científicas na área da Química e a sua aplicação à agricultura. Relativamente a esta última, descreve um conjunto de experiências e a influência dos elementos químicos, do ar e água nas plantas, citando as memórias da Academia Real das Ciências de Paris e Boerhaave. Com tais ensinamentos e leituras não é de admirar, que defenda um agrarismo cujas raízes remontam aos clássicos⁴.

Perpassa nas reflexões económicas de António de Sá um optimismo, comum a muitos outros dos nossos ilustrados, sobre as potencialidades económicas de Portugal e colónias. Os nossos economistas de finais de setecentos compreenderam que os recursos naturais do reino e das colónias estavam subaproveitados. Essa mesma constatação faz António de Sá relativamente ao nosso comércio, tema em que tem uma perspectiva marcada por uma forte influência francesa, particularmente dos artigos da Enciclopédia, sobretudo os de Forbonnais.

O cargo de Corregedor de Moncorvo foi encarado, por António de Sá, na dupla acepção de «magistrado económico» e «magistrado de polícia». Em conformidade com as leis existentes, e de acordo com as teses de Ricardo Raimundo Nogueira um dos juristas mais ouvidos nesta época, os Corregedores das Comarcas tinham como obrigação promover a cultura das terras, fazendo plantar árvores, aproveitar baldios e fiscalizar o trabalho dos vereadores « para fazerem emendar as suas negligências». Deviam, ainda, desenvolver a cultura de amoreiras, a fim de criar bichos da seda e assim promover o « aproveitamento das fábricas estabelecidas no Reino». Enquanto magistrados de polícia, deviam zelar pela paz dos povos, nomeadamente mandando prender os criminosos e os que trouxessem armas proibidas⁵.

José António de Sá nos seus textos revela estar bem a par das disposições e leis existentes e também dos seus poderes, como representante por excelência do poder real a nível regional, particularmente no que respeitava à cobrança fiscal e à correcção de abusos. Outra ideia que está bem documenta-

⁴ Sobre a nova agricultura e aplicação de conhecimentos científicos à actividade agrícola, ver NUNES 2002.

⁵ NOGUEIRA, 1796, p. 250. O próprio nome indicia as funções: corrigir abusos em matéria económica e de polícia. Sobre as conotações destes atributos veja-se o nosso trabalho, VAZ, 2002, p. 371-374.

da é que para o corregedor de Moncorvo o quadro jurídico existente tinha todos os ingredientes para reformar a sociedade. Mais do que novas leis o país necessitava era de ser viajado, por viajantes filósofos. Ou seja, devia primeiro fazer-se o diagnóstico dos males, de forma objectiva como mandava a Aritmética Política, através de uma observação e mesmo experimentação, seguidas de um registo sempre que possível numérico, para posteriormente se proceder a reformas.

Ciência e Natureza

Pode dizer-se, que a viagem como meio de instrução e no contexto do movimento das Luzes se vulgarizou na Europa em grande parte por influência dos ingleses. Com efeito as viagens são uma referência obrigatória no movimento das ideias do século XVIII, porque, como nos diz Paul Hazard e mais recentemente Daniel Roche, elas constituíram um dos meios determinantes para os homens não só adquirirem os conhecimentos sobre outros povos, mas também para se conhecerem a si próprios, se aperceberem dos seus costumes e assim poderem compará-los com os seus⁶. Neste último caso, o resultado dessa comparação terá sido o relativismo, a crítica e a fundação de uma dimensão patriótica que foram outros importantes elementos característicos do movimento das Luzes⁷. Pensamos que esta procura de instrução, de informação pormenorizada sobre os costumes, as paisagens, os recursos naturais, os monumentos etc. é um dos fundamentos da viagem filosófica que se irá vulgarizar entre nós.

Um outro fundamento é que as viagens adquirem uma importância determinante para o progresso científico, em especial para a História Natural, que no século XVIII incluía a Biologia, a Botânica, a Zoologia e a própria Geologia. Como é sabido, o século XVIII é também o século das viagens dos naturalistas, movimento que se intensificou na segunda metade de setecentos e que se prolongará até à segunda metade de oitocentos. Na verdade, o século que vai de 1758 a 1858, foi um dos períodos mais férteis em expedições de naturalistas. As duas datas marcam também de forma decisiva a História da Ciência: a primeira foi o ano em que Carl Von Lineu fixou a sua

⁶ HAZARD, e ROCHE 1995, p. 349-358..

⁷ ROCHE, 1999, p. 349-357.

nomenclatura e a segunda coincide com a primeira exposição pública da teoria da evolução das espécies de Darwin. Deste modo nestes cem anos as viagens dos naturalistas constituem como um fio condutor entre dois sistemas ou paradigmas científicos⁸.

A influência de Lineu nos nossos viajantes naturalistas e nos nossos memorialistas e projectistas em especial em Domingos Vandelli e António de Sá é um facto incontornável⁹. Por isso pensamos que importa reter a ideia de natureza que subjaz ao sistema de Lineu e nomeadamente a sua concepção de *Economia da Natureza*, pois também esta marca decisivamente a ideia de natureza que entre nós se afirmará até meados de oitocentos.

O suporte filosófico das histórias naturais convencionais, no século XVIII, foi a Teologia Natural. As ideias de Francis Bacon e dos platónicos de Cambridge, tinham constituído um primeiro salto qualitativo relativamente a ideia tradicional de ver o homem como completando a criação e a Natureza como algo perfeito de uma vez por todas. Com efeito, Henry More na obra *Antídoto contra o ateísmo* (1652) resumiu os argumentos fisicoteológicos dos platónicos de Cambridge, fundamentando-se em estudos científicos sobre o eixo da terra e argumentos colhidos na ciência. A teoria do alambique serviu-lhe para ver as montanhas como destiladores da Natureza e ao homem como a flor e nata da criação e o dono dos produtos do globo. A utilidade e beleza da natureza implicam, segundo Henry More, a obrigação do homem em a compreender, de aprender com ela e inclusive de controlá-la para seu benefício¹⁰. Deste modo, a terra com suas paisagens e animais é impensável sem o homem, que passa a ser o aperfeiçoador da Natureza e participa, através da selecção vegetal e animal, no melhoramento da vida. Esta concepção assume, portanto, um sentido mais utilitário do que as tradicionais ideias da teologia natural; um sentido que podemos considerar próprio de uma ecologia humanista, uma vez que o homem continua no topo da criação, mas tem o dever não só de conservar a natureza mas até de a aperfeiçoar¹¹. John Ray – e

⁸ DROIUN 1989, p. 150-154.

⁹ A comprovar essa influência estão as numerosas citações e referências ao "sistema de Lineu" nos escritos de ambos.

¹⁰ «...o homem parece ter sido trazido para o mundo com o propósito de que o resto da Criação possa ser melhorada até à sua mais alta utilidade e mais alto proveito», GLACKEN 1996, p.729.

¹¹ Outra teoria de Henry More que terá mais impacto na Ecologia é a crença numa *Anima Mundi*: uma força sempre activa na Natureza e que ele contrapôs ao conceito de Engenheiro Supremo. Cf. WORS-TER, 1985, p. 60.

William Derham sistematizaram as ideias de Henry More¹², e viriam a exercer influência na concepção de Economia da Natureza apresentada por Carl Von Lineu na Academia da Universidade de Estocolmo em 1748.

A ideia de economia da natureza em Lineu deve muito às ideias dos platónicos de Cambridge, mas apresenta elementos novos. Um deles é que assume uma posição mais secular; embora admitindo o desígnio, sublinha a influência do meio na distribuição de plantas e animais, bem como nos homens e suas actividades¹³. Para Lineu o relevo e a posição da terra são a prova de uma ordem planeada e no mesmo sentido encara a sabedoria do ciclo hidrológico. Interessa-se pelas alterações da vegetação, como uma área pantanosa pode ser transformada por processos naturais numa pradaria e justifica o relevo da terra com critérios estéticos e utilitários, porque é agradável à vista e porque aumenta a extensão superficial da terra. Contudo, esta “secularização” continua tributária da Teologia Natural, tal como em Derham e Ray, a natureza resulta da vontade do Criador, que determinou que a terra estivesse coberta de plantas, mas estas diferem conforme o clima. As concepções utilitárias e antropocêntricas de Lineu sobressaem no tratamento que faz das ervas e húmus; assim, as ervas estão amplamente distribuídas, porque são entre todas as plantas as mais necessárias para o gado e o húmus é indispensável a fertilidade da terra.

No mesmo sentido utilitário, vão as reflexões de Lineu sobre os animais e suas populações; assim, por exemplo, os de maior potência reprodutiva são os mais pequenos, cada espécie animal come um certo tipo de alimentos e a própria natureza põe limites ao apetite. A terra consegue, assim, manter toda a classe e variedades de vida e por causa dessa diversidade não produz nada de supérfluo. Ainda que não usando estes termos, aceita a harmonia e equilíbrio na população e adverte para os perigos do excesso de existências.

O naturalista sueco define a economia da natureza, «como a sábia disposição dos seres, instituída pelo Supremo Criador, segundo a qual todos eles tendem para fins comuns e têm funções recíprocas»¹⁴. Ganha, deste modo, relevo a noção de equilíbrio e o termo economia adquire uma acepção teológica de distribuição de bens segundo um plano divino. Por isso, é importante a ideia da terra como um sistema natural autorenovante e autopurificador.

¹² Ray na obra *The Wisdom of God Manifested in the Works of Creation*, desenvolveu a concepção de “força plástica” de More, considerando-a inteligente, agindo sobre os seres vivos e subordinada à vontade do Criador. Cf. WORSTER 1998, p. 61.

¹³ GLACKEN, 1996, p. 472.

¹⁴ LINEU cit. LARRÈRE, 1997, p. 75.

O utilitarismo antropocêntrico e o sentido estético, presentes nesta concepção de economia da natureza, fundamentam também o projecto das viagens filosóficas entre nós. Tudo leva a crer que foi por influência das ideias e magistério de Domingos Vandelli que se vulgarizou a ideia da necessidade de efectuar no país e territórios ultramarinos viagens filosóficas. Tais expedições assumiam um carácter instrutivo, destinavam-se essencialmente a proceder a um inventário rigoroso das condições das regiões tendo em vista um melhor aproveitamento dos recursos naturais e humanos. Existe, portanto, um cariz utilitário e económico e que transparecerá em diversos textos dos memorialistas e projectistas da Academia das Ciências. Este sentido utilitário, bebido em Lineu, está também presente em Avelar Brotero, que reformou a Botânica e que entende o estudo das plantas como sendo não só útil, mas também agradável e o que melhor aproxima o homem de Deus¹⁵.

Foi à volta de Domingos Vandelli e com inspiração dos seus textos e magistério que se constituiu um núcleo de intelectuais, a que podemos sem dúvida chamar uma elite ilustrada, que serão os principais mentores deste projecto da viagem filosófica. Vandelli, após uma passagem em 1764 pelo Colégio dos Nobres, iniciou o seu magistério em 1772 na recém reformada Universidade de Coimbra e na Faculdade de Filosofia, para onde Pombal transferiu o ensino científico – a Física e Química. Em torno do italiano formou-se um grupo de jovens que partilhavam um desejo comum de reforma e uma ânsia de conhecimento útil. Entre eles encontravam-se Luiz António de Mendonça Furtado (Visconde de Barbacena), Manuel Joaquim de Paiva, Joaquim Veloso, Alexandre Ferreira (que viria a ter importante papel ao ser o responsável da viagem filosófica à Amazónia)¹⁶, José da Silva Lisboa, Manoel Luís Alvares de Carvalho e José António de Sá¹⁷.

Em 1779, Domingos Vandelli passou para texto um conjunto de instruções para o “filósofo naturalista”¹⁸. A primeira regra elementar é o registo da

¹⁵ «O estudo botânico reúne à sua utilidade um superior grau de agradável, a imensidade dos entes vegetativos, que de contínuo renovam a face da Terra, sendo um dos mais belos e amenos espectáculos, que nos apresenta a natureza, um vastíssimo campo, em que os olhos de um atento observador encontram a cada passo maravilhas sem número variadas, objectos de profundas meditações, que engrandecem o espírito, e o elevam até à firme persuasão de um Deus, Autor do Universo». BROTERO, 1788, p.75.

¹⁶ FERREIRA, 1971.

¹⁷ LISBOA, 1786, p. 15..

¹⁸ VANDELLI 1779 in BACL, Ms. 405. O mestre italiano voltaria ao tema volvidos alguns anos, em 1790, em memória muito mais sintética e que ficaria também inédita: «Memória sobre a necessidade de uma viagem filosófica feita no reino, e depois seus domínio».

observação, como deixa vincado: «Mui pouca seria a utilidade das peregrinações Filosóficas, se o Naturalista fiando-se na sua memória, quisesse fazer as suas relações e descrições, sem ter notado anteriormente com a pena todos os objectos, que fosse encontrando no seu descobrimento»¹⁹. O conjunto de regras enunciadas por Domingos Vandelli revelam o cariz científico que o mestre quer ver interiorizado pelos seus discípulos. Por isso, a demografia, o clima, as águas e as actividades económicas devem sempre que possível ser encaradas como objecto de estudo²⁰.

Visto nesta perspectiva o projecto da viagem filosófica, procurando através da observação um inventário rigoroso dos recursos produtivos do país e suas regiões, adquire um papel fulcral para encarar a economia como um conhecimento científico. Um dos alunos, que melhor terá compreendido estas ideias do mestre italiano, foi José António de Sá. Com efeito, o discípulo elogiou as viagens feitas por Vandelli em Itália, salientando as suas descobertas e intercâmbio literário com os cientistas e sábios da Europa e apontou-o como modelo a seguir na « República das Letras»²¹. A viagem filosófica foi pensada pelo Juiz de Fora de Moncorvo como um dos meios para libertar o país da dependência estrangeira, por ser um primeiro passo para a imprescindível exploração das suas potencialidades económicas. Ele aprofundou o tema como nenhum outro, procurando conjugar os dados empíricos que recolhia nas suas deambulações com as leituras dos naturalistas e economistas ingleses e franceses. Ter nascido no «Reino Maravilhoso», de que nos fala Miguel Torga, terá sido importante para esta propensão ou atracção pela viagem. Em 1783, redigia o *Compendio das Observações que formam o plano da Viagem Política, e Filosófica* e nele traçava os parâmetros que deviam seguir estas viagens, apontando mesmo o exemplo de algumas que ele próprio fizera, anos antes, por terras de Bragança: à serra de Montesinho, a França e a Chacim²².

¹⁹ Ob. cit., p. 1.

²⁰ Idem, p. 55. O índice que apresenta é revelador do cariz científico pedagógico da obra: Da necessidade dos Diários, e Método de os fazer, Do conhecimento físico, e moral dos povos, Do que deve observar o naturalista, principalmente nos lugares beira-mar, Da mineralogia; Dos rios, fontes minerais e lagoas; Do reino das plantas, Do reino Animal; Dos insectos; Preparação dos animais. Comparando estas instruções com as partes do Compendio de António de Sá as semelhanças são evidentes. As instruções apontam também importantes elementos sobre a flora do Brasil e sobretudo as culturas tropicais: anil, açúcar e tabaco.

²¹ «O senhor Doutor Vandelli, que temos a felicidade de estar entre nós, interessou com suas viagens os Estados, e a República das Letras». Sá, 1783 p. 12.

²² As viagens de António de Sá por terras de Bragança foram feitas como nos diz em 1779. Cf. Sá 1783 p. 213-248. António de Sá terá ainda redigido uma *Memoria Académica da provincia de Traz-os-Montes*, (1780?), que ficou inédita, foi publicada recentemente por SOUSA, 1997.

O Grande Livro da Natureza nas obras de António de Sá

Um aspecto que convém salientar é que com António de Sá, como o demonstra o título do seu compêndio, este projecto pedagógico assume além da componente filosófica, uma componente política. A viagem é política e filosófica. Esta é aliás uma divisão comum a outras obras do memorialista²³. Na componente política trata-se de recolher dados, não apenas sobre a população e seu «génio, índole.. e sobre as leis, os foros para averiguar se são justos ou usurários»²⁴, mas também sobre o estado da indústria e qualidades das manufacturas; conhecimento do comércio interno, as feiras, a facilidade de transportes e os rios navegáveis. Ou seja, esta componente política podemos entendê-la como essencialmente relativa a vida económica e jurídica. Na parte filosófica, que podemos designar como científica, inclui a recolha de elementos sobre a situação geográfica de cada província, localidades e sua população, rios e as fontes e suas utilidades para agricultura e transporte, as qualidades das terras, os montes, a flora, a fauna e os minerais²⁵.

Dividindo estas instruções para os viajantes em três partes: na primeira aborda as potencialidades instrutivas da viagem, mostrando as suas excelências pelas razões intrínsecas e políticas, pela autoridade dos sábios, pela prática das Nações e pela própria razão que comprova que qualquer país que queira reformar-se deve ser viajado. Nas restantes enuncia os conhecimentos que devem ter os viajantes e os métodos que devem seguir para recolha de amostras, ou produtos, destinados ao museu natural²⁶.

Este simples enunciado demonstra que estamos perante um projecto enciclopédico, a que a ideia de viagem serve de estratégia para consultar o Grande Livro da Natureza. É que numa viagem orientada para a observação muitos podem ser os objectos ou assuntos a observar, desde os costumes dos povos, a flora, a fauna, os monumentos, as leis dos povos, os rios etc. Enfim, a viagem pode constituir, tal como uma enciclopédia, um conjunto de ensina-

²³ Sá, 1787.

²⁴ O conhecimento das leis e costumes dos povos é considerada como indispensável para formar « um perfeito Código de Jurisprudência», na perspectiva de articular os códigos particulares dos povos com a lei geral. Este objectivo pode ser entendido como uma vontade de uniformizar as leis e impedir que elas sejam um obstáculo ao desenvolvimento económico. Cf. J. Sá, ob. cit., p. 4.

²⁵ Cf. Ob. cit., pp. 5-6.

²⁶ Idem, Prólogo np.

mentos que o bom observador, o viajante filósofo, pode recolher para lhe dar um fim útil e vantajoso para o seu país²⁷.

É com efeito, o sentido utilitário de acordo com o sistema de Lineu e os ensinamentos de Vandelli, ou de Avelar Brotero, que perpassa nestas instruções para os viajantes. A viagem pode também comprovar, como nenhum outro meio, que a fatalidade de considerar o país pobre é um erro grosseiro. O país possui imensas riquezas e mesmo as da metrópole não são conhecidas²⁸. Neste domínio um destaque será dado aos minerais. Destaque compreensível, dada a falta de metais como o ferro e a sua necessidade de importação. Fornece, por isso, um extenso inventário de metais e minerais para servir de guia a fim de o viajante proceder a uma identificação rigorosa. Para isso, transcreve um longo extracto da obra *Universae Philosophiae*, as teses que Luis António Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena, defendeu em Coimbra e aponta a sua própria experiência nas viagens por terras de Bragança²⁹. Todavia, a obra de Furtado de Mendonça não trata apenas de minerais, trata também das plantas e procede a um inventário de locais que no país e territórios ultramarinos são ricos em recursos naturais e, por isso para o memorialista bragançano, faz todo o sentido fornecer essa lista aos viajantes filósofos.

Esta perspectiva imperialista, de encarar a natureza como um reino imenso onde os homens podem e devem usar as plantas, os animais e minerais, por mais desprezíveis que uns e outros possam parecer aos olhos de um homem pouco instruído; consubstancia-se na própria definição que José Sá dá de economia: «*Por Economia nada mais entendemos que a ciência, que praticamente aplica os produtos Naturais para o uso da vida*»³⁰. Por isso, esta ciência tem no conhecimento exacto dos três reinos naturais o primeiro objectivo ou preliminar e na História Natural uma das ciências auxiliares. A enumeração ou inventário da «*Economia dos três Reinos*», é considerada impor-

tante para instruir o viajante e para o desenvolvimento do comércio e da indústria nacionais³¹.

A ética imperialista consubstancia-se, ainda, na ideia de natureza que continua a ser a que referimos, ou seja, tributária dos princípios da Teologia Natural filtrados pela economia da natureza de Lineu. Deste modo, em qualquer ser, por mas ínfimo e desprezível que seja, se vê o dedo do Criador e coleccionar espécimes, para criar museus de produtos naturais, constitui um modo de reunir em arquivo os tesouros e riquezas dadas aos homens pelo Onnipotente³². Esta concepção implica um bom uso dos recursos, mas em que nunca se questiona o domínio e direito do homem de os explorar para melhorar a vida.

Demonstradas as excelências, utilidade e importância reformista da viagem, preocupa-se José António de Sá em traçar o perfil do viajante que de acordo com as suas palavras deve ser «*um Político e Filósofo*», com boa saúde e «*com dotes de Alma*», nomeadamente a perspicácia, os bons costumes e moral justa. Além desta boa formação, o viajante deve ser metódico, para registar o produto das suas observações. Entramos assim no reino da nomenclatura e da Aritmética Política que, como referimos, constitui outra dominante no pensamento de António de Sá. Relativamente às viagens, que são «*um objecto tão dificultoso, e o seu bom desempenho muito útil à sociedade*»³³, e depois de exaustivamente apontar os objectos a observar, o memorialista apresenta algumas advertências ou conselhos. Delas ressalta como principal obrigação a exactidão da descrição (sempre que possível com recurso ao número), – o registo sistemático *in loco* de todas as observações em diários: um filosófico e outro político. Apresenta mesmo um modelo destes diários, em forma de tabela e com indicação dos itens a anotar³⁴.

Na continuidade deste espírito, ditado pelas leituras sobre Aritmética Política, surgiram anos mais tarde as *Instruções Geraes para se formar o Cadastro*³⁵, destinadas a obterem conhecimento rigoroso, não só da população, mas também

²⁷ Anote-se na definição de viagem: «*A viagem nenhuma outra cousa é mais que uma observação dos Paizes, e como a observação abrange diversos objectos, ... podemos considera-la dividida em diversas classes*». Ob. cit., p. 1. A observação é também para os objectos da História Natural, nomeadamente, os insectos e as plantas que têm ocupado a «*vida de muitos homens*». Idem, p. 2.

²⁸ «*Prescindindo das nossas Américas, Portugal é um país riquíssimo, que esconde, no seu seio, riquezas, e preciosidades imensas; e por isso deve ser viajado*». Ob. cit., p. 15.

²⁹ Cf., pp. 21-25 No capítulo IV, Das riquezas, e produtos de Portugal, enumera alguns dos locais que visitou na Comarca de Bragança e ricos em metais ou minas. O interesse pelos metais e particularmente pela exploração do ferro esteve também no centro do seu interesse enquanto Corregedor de Moncorvo, tendo então procurado recolher informações precisas sobre as Ferrarias de Mos aí estabelecidas.

³⁰ Ob. cit., p. 27.

³¹ «*Darei agora uma rápida ideia da Economia dos três Reinos da Natureza, para, em uma vista, conhecer o quanto os produtos Naturais interessam à vida, à sociedade, ao Comércio*». Ob. cit. p. 34. Faz inventário dos produtos naturais de cada um dos reinos e a sua aplicação ao comércio e indústria, pp. 35-44.

³² Quando trata dos insectos refere: «*...em cujo ser pequeno, e delicadíssima organização, se patenteia o majestoso Dedo do Criador, e Supremo Artífice*», ob. cit. p. 106; e, mais à frente a propósito dos museus naturais: «*...porque é glorioso à Sociedade conter um arquivo das riquezas, e tesouros, que o Onnipotente espalhou nos seus paizes*», ob. cit. p. 163.

³³ Ob. cit., p. 45.

³⁴ Ob. cit., p. 248-251.

³⁵ Sá, 1801.

do território e administração pública, que deviam resultar deste levantamento. Podíamos, usando os seus conceitos falar mais uma vez de uma componente «filosófica» e de outra «política». Deste modo, as partes em que divide estas instruções são: a povoação, estado das terras; estabelecimentos de bem comum, estabelecimentos literários e eclesiásticos, produções naturais (agrupadas pelos três reinos), justiça e fazenda. Trata-se de um levantamento em que sobressai não só o reformismo económico jurídico, mas também as preocupações com a saúde dos cidadãos, mesmo dos que estão presos e até do próprio meio ambiente.

“Se as cadeias estão situadas junto dos rios, e em partes altas, livres de inundações, e inficção do Ar; se este tem o seu giro livre, e purifica os aposentos do vapor sufocante, e mefítico, que costuma haver, aonde respira muita gente, e habita a pobreza, e miséria: Se as Enfermarias são nas partes mais puras, e as cloacas dão pronta, e livre passagem ás imundícias, indo despejar³⁶ a sítios, que não possam contaminar o ambiente”³⁶.

Estas preocupações com a saúde dos homens e em particular dos presos constitui uma ideia recorrente da ilustração, que teve com as ideias de Filangeri e de Beccaria e entre nós com as de Verney e de Ribeiro Sanches, os modelos, mas esta última ideia de preservar o ambiente e em especial de evitar que os esgotos o contaminem, constitui um aspecto inovador. Seria, contudo, errado ver na preocupação de António de Sá, com a contaminação do ambiente, um aspecto dominante. Na verdade, é um aspecto isolado e como documentam as suas palavras que tem mais a ver com a contaminação do ar. Mais à frente, de novo a propósito das condições das cadeias, insiste nesse aspecto ao referir que além do número de presos, do regulamento económico dos cárceres se deve também averiguar, «.. se são perfumados os Aposentos com Plantas Aromáticas, e borrifados com Vinagre forte para obter a salubridade»³⁷.

³⁶ SÁ, 1801, p. 13.

³⁷ SÁ, 1801, p. 15.

³⁸ «Pelo mesmo tempo encarregou o Excelentissimo Senhor Arcebispo de Braga a Joaquim Vicente Pereira a viagem da serra do Gerez, pelo que pertencia ás observações Filozoficas, e as mathematicas ao Doutor Manoel Joaquim da Maia, que executarão com muito louvor, descrevendo os diferentes bazaltes, e lavas vulcanicas, de que está cheia a dita Serra, como as suas aguas thermas; as diferentes cristalizações de quartzos, porphgrios spathozos, spathos; petrociles; calcedonios; poros igneos etc. cuja Collecção foi remetida pelo dito Excelentissimo Arcebispo, a seus Augustos Irmãos; que tanto prezão estas Sciencias, pois foram os primeiros, que tiveram hum Jardim botânico de plantas exoticas». LISBOA, 1786, p. 23-24.

Economia e Mentalidade Romântica

O recurso à viagem ao estrangeiro, ou ao país para complemento e até argumento das opiniões emitidas em muitas reflexões económica é vulgar. Relativamente ao país, domínio que é o centro deste nosso estudo, António de Sá foi mais o porta-voz ou o que mais ênfase terá dado ao facto. Temos apresentado alguns desses casos em anteriores trabalhos, pelo que nos limitamos aqui a enumerar as viagens filosóficas no território da metrópole.

Viagens Filosóficas no Reino (1779-1801)

Ano	Patrocínio	Viajante, Locais e meses
1779	—	José António de Sá – Monte de Montezinho, aldeias de Montezinho, Cova da Lua, França e Chacim. (Bragança)
1782	Bispo Conde de Arganil	Baltazar da Silva Lisboa – Região do Coja
1782	Arcebispo de Braga	Joaquim Vicente Pereira e Manoel Joaquim da Maia – Serra do Gerês ³⁸ .
1785?	Ministro da Marinha – Martinho de Melo e Castro	Mateus Bissignandi – Província de Trás os Montes
1786	Idem	José Maria Arnaud e filhos – Província de Trás os Montes : Chaves, Mirandela e Bragança.
1789	Academia das Ciências – Abade Correia da Serra	Constantino Botelho Lacerda Lobo – Norte do país: Províncias do Douro Litoral, Minho e Trás-os-Montes. De 22 de Setembro a 24 de Novembro.
1790	Visconde de Vila Nova de Cerveira	Estevão Dias Cabral – Ribanceiras do Rio Tejo. Primavera.
1790	Academia das Ciências – Abade Correia da Serra	Constantino Botelho Lacerda Lobo – Província do Algarve: Lisboa, Serúbal, Sines, Albufeira, Faro, Olhão, Monte Gordo, Vila Real de Santo António, Castro Marim e Lagos. De Setembro a fins de Dezembro.
1791	Idem	Constantino Botelho Lacerda Lobo – Costa da Beira Litoral: Figueira da Foz. Dezembro.
1792	—	José Manuel Carvalho Negreiros – Lezírias do Tejo. Primavera.
1792	Academia das Ciências – Abade Correia da Serra	Constantino Botelho Lacerda Lobo – Costa da Beira.
1793	Idem	Minho, Estremadura até Lisboa.
1796	Academia das Ciências – Comissão Económica	Constantino Botelho Lacerda Lobo – Algarve. José Inácio Pais Pinto – Região de Sesimbra (Arrábida?).
1801	Ministro da Marinha: Rodrigo de Sousa Coutinho	Bonifácio de Andrada e Nepeon (naturalista piemontês) – Viagem mineralógica às Costas da Estremadura e Beira. Janeiro.

Fontes: BAEL 1780-1800; LOBO 1817, LISBOA 1786, VAZ 2002.

Se as viagens de António Sá parecem ter sido feitas por iniciativa própria e influenciado pelas ideias do mestre, as restantes indiciam um interesse das autoridades e instituições científicas – particularmente da Academia das Ciências – em promover estes “trabalhos de campo”. Com efeito, as viagens dos Italianos Bissignandi e Arnaud, foram patrocinadas pelo governo, pelo Ministro da Marinha, Martinho de Melo e Castro e depois, a partir de 1796, D. Rodrigo da Sousa Coutinho e tinham subjacente um objectivo preciso, o de estabelecer uma escola de fiação da seda em Trás os Montes, onde já florescia a fábrica das sedas de Bragança de Manuel Lopes Fernandes. Do primeiro viajante italiano não temos qualquer descrição, mas Arnaud deixou uma relação escrita em italiano da sua viagem por terras transmontanas, onde é possível detectar o seu espanto pelas belezas naturais e a semelhança que a paisagem tem com o Piemonte³⁹.

A fundação da Academia das Ciências deu um impulso nas viagens filosóficas. Com efeito, a Academia para «promover a indagação da Natureza», instituiu um prémio anual para a melhor descrição física, e económica de qualquer terreno e região. Basta consultar as *Memórias Económicas* para nos apercebermos de diversos textos que versam o tema, entre os quais se encontra a Descrição da Comarca de Moncorvo. Ora a redacção de tais memórias teve naturalmente por base a viagem filosófica a essas regiões. Baltazar da Silva Lisboa testemunha, a este propósito, que dessa iniciativa resultou a «perscrutação de muitos braços das serras do Marão e Marvão»⁴⁰.

O interesse pelas serras e montes é um dado notório nestas indagações dos viajantes naturalistas. Em finais do século XVIII muitas das serras eram lugares inóspitos, mais povoados por alcateias de lobos que por gentes. António de Sá percorreu o monte de Montezinho e a Serra de Bornes ou o Monte Me, e o interesse que parece originar estas digressões é a procura de jazigos ou vestígios de minerais⁴¹. Os minerais estão também na origem da viagem filosófica à Serra de Gerês, feita por iniciativa do Arcebispo Braga, bem como da digressão de José Inácio Pais Pinto, pela região de Sesimbra, pelas escarpas da Serra da Arrábida, em busca de jazigos de carvão de pedra⁴². Naturalmente estas indagações estão relacionadas com os ecos do arranque industrial inglês e que levam os governantes e elites portuguesas a olharem

para esses locais inóspitos em busca das imensas riquezas minerais. Era agora também para as entranhas da terra que se orientava o olhar.

A crise energética que, segundo alguns está também na origem da industrialização, afectava também Portugal⁴³. Diversos textos de António Sá falam da falta de lenhas que as populações rurais da Comarca de Moncorvo sentem, particularmente para a laboração nas fábricas de seda. Os governantes revelam também essa preocupação, como se vê com a digressão encomendada pelo ministro da Marinha, D. Rodrigo da Sousa Coutinho aos naturalistas Bonifácio de Andrada e Silva e o piemontês Nepeon em 1801⁴⁴.

O patrocínio da Academia das Ciências de Lisboa, através de um dos seus fundadores, o Abade Correia da Serra, esteve na origem das digressões do viajante mais profícuo deste período, Constantino Botelho de Lacerda Lobo, também ele aluno de Vandelli e transmontano como António de Sá. Lacerda Lobo percorreu toda a costa litoral portuguesa e ainda o interior norte do país, Minho e Trás-os-Montes. Dessas digressões resultaram as onze memórias, publicadas na *Memórias Económicas da Academia*, reunindo mais de 500 páginas⁴⁵, em que trata predominantemente das suas observações, ou seja, das pescarias, salicultura e viticultura⁴⁶.

Temos referido e sublinhado o interesse económico que está presente nestas digressões e jornadas, mas isso não significa que outros objectivos apontem num sentido cultural e de afirmação de novas ideias, relativamente a atitudes sobre a Natureza e gentes. Na verdade, e em grande parte pelo carácter enciclopédico que se imprime a estes projectos, os viajantes deixam-nos as suas reflexões filosóficas sobre as belezas naturais e também a descrição etnográfica dos costumes e tradições dos povos. Assim fez António de Sá na sua descrição da Província de Trás-os-Montes em que dedica um capítulo ao génio e costumes, com descrição pormenorizada de superstições, vestuário e hábitos da gente do campo⁴⁷. Do mesmo modo

³⁹ AHU, Reino, Maço 19, *Escolas de Fiação de seda em Trás os Montes*, 1786-1792, *Relazione*, 4 fls.

⁴⁰ LISBOA 1786, p. 26. Fala de descobertas de minas de antimónio, argila, ferro, chumbo, cobre e estanho.

⁴¹ SÁ 1780-1781, cap. 28 – Observação do monte de Montezinho, p. 37-39

⁴² PINTO, 1796.

⁴³ CIPPOLA, 1974, p. 272-275.

⁴⁴ Esta digressão é testemunhada por Francisco José Maria de Brito, diplomata e sobrinho de Frei Manuel do Cenáculo, que em carta datada de 6-1-1801 fala dos resultados dessa viagem: «Elles asseverão a geral riqueza de carvão de pedra por aqueles districtos, e não duvidão avantajalla à de Newcastle. Hé huma feliz descoberta para suprir a penuria de combustivel, e V. Ex.ª pode supor a animação que resultará para a industria, hoje que a força dos vapores e pela bomba de fogo entra unicamente no uso da mecanica, como principio mais certo e mais rapido». BPE, Cod. CXXVII-1-8, fl433-434.

⁴⁵ CARDOSO, 1991, p. 25.

⁴⁶ Temos no prelo um estudo sobre as viagens filosóficas de Lacerda Lobo.

⁴⁷ SÁ 1780-1781, p. 19-20.

Baltasar Lisboa na sua digressão por terras de Coja descreve as lendas e romarias das populações e Lacerda Lobo enumera os objectos utilizados pelos pescadores na sua faina.

Neste domínio das ideias, as reflexões dos viajantes anunciam uma mentalidade romântica: de espanto perante a grandiosidade da Natureza e, relativamente às gentes, é também um novo olhar sobre os costumes e tradições que se adivinha. Embora muitas vezes transpareça o sentido civilizador e de urbanização característico das Luzes, a verdade é que os populares, apesar de continuarem a ser rotulados de «pobres, estúpidos e ignorantes»⁴⁸, começam a sair das sombras onde se mantinham e os seus objectos – sejam os da lavoura ou da pesca – começam a ser referenciados o que é sintoma de interesse por parte dos viajantes. Ora também neste domínio é o romantismo que se adivinha com uma valorização do povo rude e das sua cultura.

José António de Sá não estava, assim, sozinho neste projecto de obter um conhecimento rigoroso dos recursos e potencialidades do país. O mesmo podemos dizer de outro projecto que também reunia um amplo consenso da nossa ilustração e da classe política de finais do antigo regime: a sericultura. No pensamento e nos projectos de António de Sá, a sericultura podia mesmo conciliar-se com a vida urbana, contribuindo para melhorar os espaços de lazer e recreio e dando aos habitantes a possibilidade de recorrerem a este útil e lucrativo passatempo. Homens e Natureza completavam-se, no sentido que os primeiros aperfeiçoavam as obras naturais, respeitando contudo a ordem natural e promovendo a saúde pública. O romantismo, que subjaz a esta visão, concilia-se com a vontade demonstrada de potenciar os recursos naturais de acordo com uma ideia, bebida nos ensinamentos de Lineu, de equilíbrio entre homem e natureza, procurando o «bom uso». Se ainda estamos muito longe das teses ecologistas, podemos ver nestas ideias as origens de um ambientalismo, em que a noção de equilíbrio não é posta em causa pela acção humana, porque subsiste a noção de *natura naturata* sobre a de e a *natura naturans*, ou seja, a Natureza continua a ser o espelho de Deus e as obras divinas nunca poderão ser postas em causa pela acção humana. Mas podem, isso sim, ser melhoradas ou adaptadas e usadas para um fim útil, à felicidade e bem estar dos indivíduos.

⁴⁸ SÁ, 1780-1781, p. 20.

Conclusão

A ideia de Natureza de António de Sá, bem como de outros naturalistas portugueses seus contemporâneos, pode resumir-se em duas metáforas: a primeira a do “Grande Livro da Natureza”, que o viajante pode ler durante as suas viagens filosóficas; não uma leitura distraída ou de ócio, mas uma leitura atenta e que anota todos os pormenores, mesmo aqueles que estão escondidos nesse belo texto escrito pelo Criador. Esse livro estava ao dispor dos homens, o seu Autor escrevera-o propositadamente para os homens, lê-lo era, portanto, um imperativo e só a ignorância, ou a preguiça e o medo, podiam afastar os homens dessa leitura útil e agradável: porque o bem estar público dependia da utilização dos recursos naturais. Era também necessário colocar em arquivo, ou seja em museus, as cópias que se podiam extrair desse Livro. Para tal leitura e arquivo a viagem filosófica era o meio imprescindível, a tarefa dos verdadeiros patriotas e amantes da Natureza, até porque com ela o homem podia aproximar-se de Deus, pois a beleza e perfeição das obras revelam o Criador.

A segunda metáfora é a da “Mãe Fecundíssima” que generosamente produz para usufruto dos homens tantos bens e que estes, só por ignorância e descuido não aproveitam⁴⁹. Com efeito, nos textos de António de Sá surge com insistência a ideia de uma Natureza que é capaz de dar todos os frutos que os homens quiserem e de que forem capazes de lhe extrair. Nesta generosa Economia da Natureza, a indústria era sempre desejada e também ela fonte de riqueza. Assim com a indústria da seda, do algodão e do linho, os produtos naturais eram aperfeiçoados pelo homem para seu bem estar e para aumentar a riqueza nacional. Partindo de uma ética utilitarista e imperialista, no sentido que o homem pode usar sem qualquer impedimento normativo os recursos naturais, as actividades económicas deviam ser fomentadas, para superar o atraso em que o país se encontrava, relativamente às nações industriais do Norte da Europa. Tratava-se, essencialmente, de conseguir a independência económica, de evitar a «mendigaçã do pão estrangeiro» e portanto ter uma produção própria.

⁴⁹ Esta é uma ideia que encontramos noutros autores: «A natureza, essa fecunda, e benéfica mãe, é que tem produzido no Alentejo o arvoredo de azinho, sobro, e carvalho, sem indústria humana, e a ignorância dos lavradores, e senhorios das herdades não só o não tem multiplicado, mas tem diminuído o seu aumento». SEQUEIRA, p. 254.

Só com o auxílio da Ciência e Técnica se conseguia uma exploração eficiente dos recursos naturais. Não é portanto de estranhar que António de Sá insistia no fomento industrial e que encare a indústria da seda como um útil e lucrativo passatempo a que todos se podiam dedicar, aquela que melhor se adaptava às condições naturais do país e podia mesmo conciliar-se perfeitamente com a vida urbana, porque com a plantação de amoreiras os espaços e praças públicas seriam melhorados e mais aprazíveis. Tudo se conjugava, deste modo, para um equilíbrio entre o homem e a Natureza, ou para um bom uso dos imensos recursos que o Supremo Provisor colocou à disposição do homem.

Bibliografia

Manuscritos

- BACL – (Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa), Ms. 17/4 – PINTO, José Inácio Pais, *Observações sobre as minas de carvão de pedra do distrito de Sesimbra feitas por ordem e comissão da real Academia das Ciências*, 15 fls. 1797.
- BACL – (Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa), série vermelha, Ms. 405, VANDELLE, Domingos, *Viagens Filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar por D. V.*, p. 111, 1779.
- BGUC – (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra), Ms. 2549, *Viagens feitas à ordem do Emo. Senhor Bispo Conde no país do Coja em o anno de 1782*, 61 fls. Consultamos a cópia feita por Vicente Salgado in BAC, ms. 697, Miscelanea, fls. 21-41.
- BPE – Biblioteca Pública de Évora (BPE), Cod. CXXVII-1-8, Correspondência dirigida a D. Frei Manuel do Cenáculo, fl. 433-434.
- BPE – Biblioteca Pública de Évora, Cod. 401, *Jornada pelo Tejo. Escrito economico e politico por ocasião de uma digressão às lezírias do Ribatejo*, 1792, fls. 154.
- BPE – Biblioteca Pública de Évora, Cod. 468, SÁ, José António de, [*Miscelânea sobre agricultura, leis agrárias, comercio, cultivo das amoreiras e indústria da seda*], fls 312.
- BPE – Biblioteca Pública de Évora, Cod. CXII/1-17, NOGUEIRA, Ricardo Raimundo, *Preleções de direito publico de Portugal. organizadas pelo autor e explicadas em 1796*, p. 234. 1796.

Impressos

- ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Bragança, 1986, tomo VII, pp. 460-470 e tomo IX, pp.243-245.
- BROTERO, Felix Avellar, *Compendio de Botanica ou Noções Elementares desta Sciencia segundo os melhores Escriitores modernos, exposta em lingua Portuguesa.*, Paris, 1788.
- CARDOSO, José Luís, «Introdução», *Memórias Económicas da Academia das Ciências de Lisboa... (1789-1815)*, Lisboa, Banco de Portugal, 1990-1991, p. I-XXX.
- CIPOLLA, Carlo M., *História Económica da Europa Pré-industrial*, Lisboa, Edições 70, 1991 (1ª edição Bolonha, 1974).

- DROUIN, Jean-Marc, «De Lineu a Darwin: os viajantes naturalistas», dir. de SERRES, Michel, *Elementos para uma história das Ciências. II Do fim da Idade Média a Lavoisier*, Lisboa, Terramar, 1996 (1ª ed. 1989), p. 149-166.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues, *Viagem filosofica pelas capitánias do Grao Parã, Rio Negro, Maranhão*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1971.
- GLACKEN, Clarence J., *Huellas en la playa de Rodas*, Barcelona, 1996.
- HUTCHISON, Terence, *Before Adam Smith. The emergence of Political Economy, 1662-1776*, Oxford, Basil Blackweel, 1988.
- LARRÈRE, Catherine e LARRÈRE, Robert, *Du bon usage de la nature*, Paris, Aubier, 1997.
- LINEU, Carl Von, Lineu, *L'equilibre de la nature*, Paris, 1972,
- LISBOA, Baltasar da Silva, *Discurso histórico, político e económico dos progressos, e estado actual da Filozofia Natural Portuguesa acompanhado de algumas reflexoens sobre o estado do Brasil*, Lisboa na Officina de Antonio Gomes, 1786.
- NUNES, Maria de Fátima, *Leitura e Agricultura. A imprensa periódica científica em Portugal (1772-1852)*, Lisboa, Estar, 2002.
- ROCHE, Daniel, «Voyage», *Le Monde des Lumières*, dir. de Vicenzo Ferrone et Daniel Roche, Paris, 1999, pp. 341-357.
- SÁ, José António de, *Dissertações Philosophico-Políticas sobre o tracto das sedas na Comarca de Moncorvo.*, Lisboa, 1787.
- SÁ, José António de, *Memoria Academica em que se dá a descrição da Provincia de Tras os Montes, e se propoem os Metodos para a sua reforma, 1780-1781*, in SOUSA, Fernando de, «Uma descrição de Trás-Os-Montes por José António de Sá», sep. *Revista População e Sociedade*, nº 3, Porto 1997, p. 13-43.
- SÁ, José António, *Instruções geraes para se formar o Cadastro, ou o mappa arithmetico-politico do reino*, Lisboa, Regia Officina, 1801.
- SEQUEIRA, Joaquim Pedro Fragoso, «Memória sobre as azinheiras, soveiras, e carvalhos da Provincia do Alentejo, onde se trata de sua cultura, e usos, e dos melhoramentos, que no estado actual podem ter», *Memórias Económicas da Academia...*, ob. cit. p. 253-271.
- SOUSA, Fernando de, «A memória dos abusos praticados na comarca de Moncorvo de José António de Sá», *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, vol. 4-5, 1973-1974, p. 223-327.
- SOUSA, Fernando de, *A correição do Reino em finais de setecentos*, Bragança, 2000 (sep. *Brigantia*, vol. XX).
- SOUSA, Fernando de, *Uma descrição de Trás-os-Montes por José António de Sá*, Porto, 1997 (sep. *Revista população e Sociedade*, nº 3).
- SOUSA, Fernando de, «A Correição de Moncorvo em finais do século XVIII», Porto, 2001 (sep. *Revista população e Sociedade*, nº 7).
- VANDELLE, Domingos, (1790) «Memória sobre a necessidade de uma viagem filosófica feita no reino, e depois nos seus domínios», *Memórias Económicas Inéditas (1780-1808)*, Lisboa, Academia das Ciências, 1987, p. 33-36.
- VAZ, Francisco António Lourenço, *Instrução e Económia. As ideias económicas no discurso da Ilustração portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri, 2002.
- WORSTER, Donald, *Nature's economy*, Cambridge, 1985. Trad. Francesa: *Les Pionniers de l'Ecologie*, Paris, 1998.

O Movimento Conservacionista e a génese do Ambientalismo e Ecologismo – A Protecção da Natureza do Romantismo a finais do século XX

Iria de Fátima Rodrigues Amado Vaz

Neste estudo traça-se a génese do ambientalismo e dos movimentos ecológicos, na Europa e América. Considerou-se indispensável, a nível das ideias, fazer a distinção entre o movimento conservacionista e o movimento ambientalista pois, embora ambos se apresentem como movimentos sociais em defesa da protecção da natureza, apresentam características diferentes. Partindo do pressuposto de que a fonte histórica do ambientalismo é o movimento de conservação que se inicia em meados do século XIX, analisamos os movimentos mais significativos na Europa e na América do Norte e o confronto entre as teses ambientalistas e ecologistas¹.

Palavras Chave: Conservação da Natureza, Ambientalismo, Ecologismo.

Da ideia romântica de Natureza Virgem ao Protecționismo

Os movimentos de “Conservação da Natureza” do século XIX surgem de uma avaliação crítica do impacte das actividades tradicionais: pastorícia, agricultura, exploração florestal, caça e pesca, sobre os meios naturais, sobre as espécies selvagens e plantas silvestres. Nos primeiros tempos adquirem papel pioneiro os naturalistas, que com as suas preocupações relativamente à flora e fauna, estão na origem das primeiras medidas legislativas de protecção da natureza. Neste sentido, um primeiro passo foi consagrar a protecção de certos espaços da natureza, sujeitos à acção do homem julgada

¹ Ver o nosso estudo: *As Origens do Ambientalismo em Portugal – A Liga para Protecção da Natureza (1948-1974)*, Tese Mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000. Veja-se, também: Paehlke, Robert, “Environnementalisme et syndicalisme au Canada anglais et aux États-Unis”, *Écologie Social et Mouvements Écologiques*, 13, (1981), p. 161-179.

como destruidora. É no contexto de uma mentalidade romântica de uma natureza virgem, uma natureza espontânea, uma natureza do vivo, do natural, do não cultivado, que se pretende proteger. Estes primeiros espaços protegidos, parecem ter sido concebidos um pouco por toda a Europa, segundo o modelo americano, como santuários, onde só a presença dos cientistas parece ser desejável, uma espécie de museus ao ar livre sem qualquer intervenção humana.

Alguns exemplos de concretização desta ideia de protecção da natureza, foram a criação dos parques nacionais, a realização de congressos e as medidas legislativas, que foram acontecendo um pouco por todo o mundo. Embora a França tenha sido um dos primeiros países a preservar uma área de vegetação natural, a Floresta de Fontainebleau, criada em 1853, o princípio que presidiu a esta preservação assentou em critérios essencialmente estéticos. Com efeito, o Parque foi considerado “uma série artística” por um grupo famoso de pintores e pela lei, através da publicação do decreto de 13 de Agosto de 1861. Foi dentro deste mesmo espírito que em Portugal, na primeira metade do século XX, os Serviços Florestais designaram igualmente por “séries artísticas” a mata do Buçaco e o Parque da Pena em Sintra, através de diversas medidas legislativas publicadas entre 1918 e 1931².

O Parque Yellowstone é o primeiro parque nacional americano, criado por diploma legal, em 1 de Março de 1872 e em que se revelam os intuitos protecționistas ao encarar esse espaço como autêntico museu ou santuário natural. Orientadas com este mesmo objectivo foram posteriormente estabelecidas em França várias reservas, nomeadamente as mais antigas, como as Des Sept Iles, datada de 1912 e a de Pelvoux, em 1913³. Em 1901, também a Dinamarca colocara sob protecção a duna movediça de Raabjaerg, em Skaagen.

Por iniciativa da Liga Suíça para a Protecção da Natureza cria-se em 1906 o Parque Nacional de Engadine, em Grauduben, na Suíça, um dos mais célebres da Europa, por nele se ter começado com a catalogação e inventariação dos mais pequenos pormenores da natureza, tanto no que diz respeito a espécies vegetais e animais, como à estrutura geológica⁴. Em 1909, a Suécia deli-

mita grandes territórios protegidos na Lapónia, realizando os desejos de Nordenskjold expressos em 1880⁵.

Depois da Primeira Guerra, países como a França, a Itália e Espanha iniciam a delimitação dos seus parques nacionais e decretam leis de protecção de animais que vivem em liberdade, mas também a Finlândia, a Polónia, a Checoslováquia, a Jugoslávia e a Rússia põem em execução os seus projectos de protecção. Esta conduta é seguida nalguns territórios coloniais, a África do Sul cria o seu parque nacional, o Kruger National Park, no Congo, o governo Belga cria o Albert National Park, onde se tomam medidas para criar boas condições de habitat para a espécie do gorila.

Outras medidas tomadas no sentido de proteger a natureza, são os congressos que se vão realizando um pouco por toda a Europa, bem como as medidas jurídicas tomadas nalguns países. Neste sentido, realiza-se em 1913 o primeiro do Congresso Internacional de Protecção da Natureza, em Basileia na Suíça, por iniciativa de Paul Sarasin. A guerra de 1914, quebra as ligações e resoluções internacionais e contribuiu igualmente “para que se destruíssem ainda mais do que já estavam alguns monumentos da Natureza”⁶.

Em 1929, Washington reúne um grande número de países para estudar o problema de protecção às aves marítimas, que morriam envenenadas em grandes quantidades devido ao despejo no mar, de óleos pesados usados em muitos barcos como combustível. Em Paris reúne-se, neste mesmo ano, outro Congresso Internacional de Protecção da Natureza, onde colaboraram vários países. Estas iniciativas resultaram na criação de uma Comissão permanente para a protecção das aves migratórias; em Nova Iorque, cria-se o International Committee for the Birds Preservation e, em Bruxelas, cria-se o Bureau International Consultatif pour la Protection de la Nature.

Em 1933 realiza-se em Londres a Conferência Internacional para a Protecção da Fauna em África, com o objectivo de levar à proibição da destruição de muitas espécies animais e vegetais africanas e de criar zonas protegidas. Portugal fez-se representar, nesta conferência através dos delegados, L. Carriço, professor da Universidade de Coimbra, de Melo Geraldès, professor do Instituto Superior de Agronomia e de Rui Ulrich, então embaixador em Londres. Desta conferência resultou a assinatura de uma Convenção entre as potências coloniais com 19 artigos, um protocolo e um acto final. Francisco

² Flores, Francisco, *A protecção da Natureza – Directrizes Actuais*, Lisboa, Publicações Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, 1939, p. 80.

³ Baeta Neves, “Parques Nacionais e Reservas Cinegéticas da França”, *Gazeta das Aldeias*, 2636 (1 de Abril de 1969).

⁴ Flores, *op. cit.*, p. 16.

⁵ Flores, *op. cit.*, p. 17.

⁶ Flores, *op. cit.*, p. 18.

Flores assinala, como cláusulas importantes as que aprovaram a criação de Parques Nacionais e Reservas Naturais Integrais e que foram subscritas por Portugal.

Em 1934 reúne em Varsóvia a 3^a Assembleia do Conselho Internacional da Caça, onde foram tomadas medidas de protecção internacional em relação a inúmeras espécies cinegéticas e não cinegéticas e foram “encarados todos os variados aspectos da caça sob o ponto de vista científico e da protecção”⁸. Nesta assembleia, para além de outras resoluções, tentou-se uniformizar as leis de protecção dos países com fronteiras limítrofes, para evitar que, animais protegidos que constituíam objecto de investigação científica, fossem chacinados ao atravessarem as fronteiras⁹.

Em termos de legislação para a protecção da natureza, a Inglaterra e a Escócia votam a lei que proíbe a importação e uso de penas de aves, mas o governo inglês havia já promulgado, entre 1880 e 1933, 15 leis para pôr fim ao extermínio de aves pelo roubo dos ovos dos ninhos¹⁰.

Em 1937 tomaram-se várias medidas para protecção da natureza, em vários países. Assim, na Turquia promulga-se, em Maio deste ano, uma lei de protecção da caça e da fauna. Em Junho publicou-se o Regulamento Internacional da Baleia, para defender este cetáceo cobiçado pela gordura e pelo âmbar, contra o excesso de destruição. Na elaboração deste regulamento fizeram parte países como: África do Sul, Alemanha, Argentina, Canadá, Dinamarca, Inglaterra, Irlanda, México, Noruega e Nova Zelândia, que resolveram entre outras medidas, estabelecer uma zona protegida no Mar Antárctico e proibir a caça da espécie conhecida pelo nome de baleia Humpback. Em Julho realizou-se em Viena o Congresso Internacional para a protecção das Aves¹¹. Em Novembro, em Berlim, abre a Exposição

⁸ Flores, *op. cit.*, p. 20.

⁹ Flores, *op. cit.*, p. 20.

¹⁰ “Com esta finalidade assinaram-se acordos entre a Espanha e a França, resolvendo os respectivos governos, de comum acordo, criar nos Pirinéus parques e reservas para a caça de montanha. Com o mesmo objectivo constituiu-se a Comissão Permanente do Alce, animal que em certas épocas atravessa grandes extensões, tanto nos países da Europa Oriental como no Canadá e nos Estados Unidos da América do Norte.” Flores, *op. cit.*, p. 21.

¹¹ “Na Grã-Bretanha existe um problema ornitológico dos mais curiosos pela excentricidade e que, apesar de ter sido seriamente estudado, ainda não conseguiu obter satisfatória resolução. Enorme quantidade de pessoas dedicam-se nesse País, há muitos anos, à colecção de ovos de pássaros bravos, como também a colecção de selos, moedas ou quaisquer outros objectos” Flores, *op. cit.*, p. 19.

Estiveram presentes neste Congresso, delegados da Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Inglaterra, Holanda, Hungria, Noruega, Polónia, Suécia e Checoslováquia.

Internacional da Caça, a qual segundo Francisco Flores, terá sido “a maior, a mais perfeita, a mais espectacular até hoje efectuada e, ao mesmo tempo, a mais completa manifestação da observância e compreensão por parte da Alemanha dos cuidados a dispensar à natureza”¹².

Em 1938 reuniu-se em Londres a 2^a Conferência para a Protecção da Fauna Africana, onde Portugal também esteve representado.

Ambientalismo e Ecologismo

As iniciativas que enumeramos e que genericamente se inscrevem numa ideia de preservação ou conservação da natureza, podem ser consideradas como as origens do movimento ambientalista e do ecologismo, movimentos muito mais recentes. Aparecem em meados deste século XX e despertam, um pouco por todo o lado, a partir da década de sessenta. Ao longo desta década surgem, por toda a América do Norte e na Europa, centenas de organizações, que já não tinham apenas como objectivo fundamental a conservação da natureza ou das florestas pela sua importância como zonas de recreio, ou para o futuro da indústria florestal. Na base da sua preocupação estava a destruição da natureza nas zonas agrícolas e nos centros industriais. Tratava-se de um problema imediato, fundamentalmente urbano, que dizia respeito a todas as classes, e à humanidade em geral, pois esta questão ameaçava atacar nas necessidades vitais do homem: a alimentação, a água e o ar. Para os seus promotores, esta luta não poderia ser considerada inútil, pois tratava-se de assegurar a sobrevivência da humanidade.

Desde o seu início as campanhas lançadas por estes movimentos contra a poluição, o nuclear, os resíduos tóxicos e outros, têm associados elementos políticos e mesmo ideológicos, com uma dimensão anti-tecnológica¹³. Este tipo de acções dirigidas contra o crescimento tecnológico não são, como no passado, levadas a cabo por poetas e artistas, mas sim por membros da comu-

¹² Flores, *op. cit.*, p. 21,22. Segundo Francisco Flores, Portugal também se fez representar nesta exposição, onde “foram tratados até ao pormenor todos os aspectos da cinegética desde a pré-história até aos dias de hoje.” Flores, *op. cit.*, p. 22.

¹³ De acordo com Daniel Worster, outro alvo favorito das críticas do movimento ecológico é o progresso tecnológico e a excessiva confiança da sociedade moderna na tecnologia. Worster, Donald, *Nature's Economy*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985. Segue-se a tradução francesa desta obra intitulada: *Les Pionniers de l'Écologie. Une Histoire des Idées Écologiques*, Paris, Editions Sang de La Terre, 1998.

nidade científica, levando, Donald Worster a comentar: “Os ecologistas constituem não só as tropas de choque da armada anti-tecnológica, mas também um corpo de professores capazes de iniciar uma nova geração para a redescoberta do sentido do sagrado na natureza”¹⁴.

Por outro lado, já não são apenas as regiões afectadas, as zonas localizadas que interessam e preocupam, os problemas dizem respeito a todos, é a própria Biosfera que está em causa e com ela a humanidade. O ambientalismo e ecologismo transformam-se num fenómeno social, que para Donald Worster é uma herança da ecologia arcadiana. Esta teve como um dos seus representantes Gilbert White (1720-1793), pastor protestante de uma pequena aldeia inglesa, Selborne, cuja obra *Natural History of Selborne*, foi publicada pela primeira vez em 1789 com grande sucesso. Nesta obra, White não só inventaria a flora e fauna locais como também tenta compreender as suas relações de interdependência, ou os elementos de unidade no seio de um mesmo sistema de correlações¹⁵. Um outro representante da ecologia arcadiana é Henry David Thoreau (1817-1862), o naturalista de Concord, Massachusetts, que teve uma enorme influência na América do Norte, onde se tornou um modelo para os movimentos ecológicos deste país. Tal como Gilbert White, Thoreau apaixonou-se pelo estudo da flora e da fauna da sua aldeia. Todavia, soube tirar das suas observações as ideias gerais de um grande objectivo ecológico, além do interesse taxonómico comum aos seus predecessores, ele tenta compreender não só as relações mútuas entre as plantas e os animais e seus habitats, como também as razões históricas que tinham originado a sua degradação. Constata que a flora e fauna da Nova Inglaterra tinham sido alteradas pela invasão de uma nova espécie: o homem civilizado. A sua tomada de consciência da deflorestação e outras alterações provocadas pelo homem branco, assentam numa concepção de natureza, fundamentada em Lyell e Darwin¹⁶.

O entendimento que se faz acerca do problema da degradação ambiental provoca uma divisão na concepção do problema e nas estratégias a desenvolver para o atacar e, conseqüentemente, uma divisão de posições éticas relativas à relação do homem com a natureza:

Os ecologistas e ambientalistas estão ambos inspirados para atacar a degradação ambiental que observam, mas as suas estratégias para a remediar diferem substancialmente (...) os ambientalistas ainda acreditam sinceramente que a tecnologia pode resolver os problemas que cria¹⁷.

Deste modo, segundo Andrew Dobson, há que distinguir ambientalismo e ecologismo, o primeiro parte da crença que os problemas ambientais se podem resolver sem grandes modificações nos actuais valores e padrões de produção e consumo, enquanto o ecologismo considera necessárias alterações radicais na nossa relação com o mundo não-humano e nos nossos modos de vida social e política. Para Dobson, é indispensável manter separadas estas duas designações, tal como se separa liberalismo e socialismo, nacionalismo e conservadorismo. Acrescenta ainda que o ambientalismo não pode ser visto como uma ideologia, porque uma ideologia deve conter ou prever uma descrição da sociedade, ou um mapa com diversos aspectos localizáveis no mundo político; depois porque uma ideologia deve conter um programa de acção política, ou mostrar como da sociedade que temos se passa para a prevista no programa apresentado¹⁸. O ecologismo, em contrapartida, é visto como uma ideologia política de direito próprio, as chamadas “políticas verdes radicais”, que constituem uma mudança relativamente ao consenso geral da sociedade tecnológica da abundância.

O ambientalismo e o ecologismo tem por base correntes de pensamento e fundamentações filosóficas diferentes. Assim, o ambientalismo situar-se-ia num antropocentrismo, uma concepção instrumentalista da natureza, cujo objectivo último é a salvaguarda da espécie. A Ecologia superficial ou ambientalista apoia-se, também, numa crítica à modernidade, mas numa crítica interna e reformista “Animada por paixões democráticas tais como a preocupação individualista, o respeito pelo indivíduo, a exigência de uma existência mais autêntica, a procura de uma qualidade de vida superior”¹⁹; onde o homem é um ser antinatura, especificidade que caracteriza o humano, já que é por aí que ele ascende à história, à moralidade e à cultura. Trata-se de uma visão antropocêntrica: a natureza é tomada em consideração, de uma maneira indirecta, ela não passa de uma envolvimento de um ambiente, de uma

¹⁴ Worster, *op. cit.*, p. 42.

¹⁵ Worster, *op. cit.*, p. 26-27.

¹⁶ Worster, *op. cit.*, p. 85.

¹⁷ Dobson, A., *Green Political Thought*, London-New York, Routledge, 1995, p. 15.

¹⁸ Dobson, *op. cit.*, p. 2.

¹⁹ Ferry, Luc, *A Nova Ordem Ecológica, a Árvore, o Animal e o Homem*, Lisboa, Edições Asa, 1993, p. 31.

periferia, enquanto o centro é ocupado pelo homem, considerado como única entidade que possui um valor intrínseco e absoluto em si próprio²⁰.

Opondo-se ao antropocentrismo do ambientalismo, o ecologismo situa-se numa corrente de pensamento biocêntrico ou ecocêntrico. Duplamente revolucionária, ao retirar o homem do centro de todas as preocupações, atribui à natureza um valor intrínseco superior ao da espécie humana. Segundo Luc Ferry, esta atitude só será possível mediante uma verdadeira revolução do pensamento, “inclusive no plano económico, o que implica que a crítica do mundo moderno se alimente, a si própria, de princípios radicais”²¹.

Segundo Worster, Darwin partilhara já de uma consciência biocêntrica. Contrariamente aos autores anteriores Huxley e Ward, Darwin foi um dos mais brilhantes advogados do biocentrismo no pensamento ecológico:

“Uma das principais lições a tirar da teoria da evolução, na sua opinião (de Darwin) era que o homem não tinha sido criado à imagem de Deus, consequentemente, ele estava em comunhão com todas as outras espécies na fraternidade universal da vida e da morte que ele não podia renegar, a não ser cortando as suas raízes físicas e biológicas”²².

Nesta linha de pensamento estão também outros ecologistas, como Arne Naess, que em 1972 fez a distinção entre o movimento ecologista profundo ou *deep ecology*, que encarava os princípios ecológicos como complexidade, da qual fazem parte a diversidade e a simbiose, e o movimento de ecologia superficial, ou *shallow ecology*, que se limitava ao problema da poluição e do esgotamento dos recursos.

Aldo Leopold, considerado por muitos uma figura incontornável da ecologia profunda, convida, no prefácio da sua obra *The Land Ethic* a derrubar os paradigmas que dominam nas sociedades ocidentais. Considera, com efeito, que “A relação com a terra é ainda estritamente económica: compreende apenas privilégios e nenhuma obrigação”²³. B. Callicot, fazendo uma representação sistemática a partir da leitura de Leopold, constitui uma ética ecocêntrica, hierárquica e holística mas não igualitária. É uma ética que remonta aos

estóicos e se reclama herdeira do pensamento de David Hume²⁴. Valorizando o que se ama, esta relação ética é uma relação de pertença, que pode ser altruísta, uma ética do próximo, da familiaridade, do *oikeiosis*. Afirma que há um bem da comunidade, e os deveres de cada um dos seus membros estão determinados pelo lugar que nela ocupam. A origem dos deveres morais seria a pertença a uma comunidade e por isso, entre os diferentes parentescos, há relações hierárquicas que se regulam segundo a proximidade, o que implica que tenhamos deveres superiores para os que nos são mais próximos, como a nossa família. Ora, recorrendo a Darwin, este parentesco alarga-se ao conjunto das espécies²⁵.

Hans Jonas com a obra *Das Prinzip Verantwortung*, apresenta a técnica como uma promessa que se transformou numa ameaça. Estabelece uma estreita relação filosófica entre a necessidade de uma crítica ao humanismo e o reconhecimento dos direitos da natureza. Propõe que o conceito de fim em si mesmo, que no pensamento das luzes era reservado apenas aos humanos, seja aplicado também à natureza²⁶.

Michel Serres propõe a celebração de um contracto natural análogo ao contracto social dos filósofos do século XVIII, para restabelecer alguma justiça:

“Regresso, portanto, à natureza! Isso significa: ao contracto exclusivamente social, acrescentar a celebração de um contracto natural de simbiose e de reciprocidade, no qual a nossa relação com as coisas substitua o domínio e a posse pela escuta admirativa (...) O direito de domínio e de propriedade reduz-se ao parasitismo. Pelo contrário, o direito de simbiose define-se pela reciprocidade: tanto quanto a natureza dá ao homem, assim, tanto este deve dar àquela, tornada sujeito de direito”²⁷.

Contra a tecnologia e os paradigmas científicos em vigor, os ecologistas põem em causa o trabalho dos cientistas da actualidade, a quem acusam de estarem demasiado preocupados com a especificidade do pormenor dos fenómenos e de esquecerem uma visão do todo, ou seja, uma visão holística da

²⁰ Ferry, *op. cit.*, p. 104.

²¹ Ferry, *op. cit.*, p. 115.

²² Worster, *op. cit.*, p. 201.

²³ Citado por Ferry, *op. cit.*, p. 104.

²⁴ Enquanto teórico dos sentimentos morais e crítico dos « sistemas egoístas », como o de Hobbes. Cfr. Larrère, R., *Du Bon Usage de la Nature, Pour une Philosophie de L'environnement*, Paris, Aubier, 1997, p. 310.

²⁵ Larrère, *op. cit.*, p. 310.

²⁶ Jonas, Hans, *Le principe Responsabilité*, Paris, Flammarion, 1990. Veja-se o ponto 3 do III capítulo significativamente intitulado: “Um direito ético autónomo da natureza?”, p. 34.

²⁷ Serres, M., *Le Contract Naturel*, Paris, Flammarion, 1990, p. 67.

natureza. Afirmam —se contra o reducionismo e atomização da natureza que podem trazer as metodologias científicas:

“Os ecologistas proclamam alto e bem som que os homens da ciência de hoje correm o risco de não reconhecer a totalidade complexa da natureza e de ficar cegos com as relações orgânicas mútuas que provocam a análise física ou química.(...) Os ecologistas explicam que a atomização da natureza não pode desembocar numa compreensão real da totalidade”²⁸.

Também, James Lovelock²⁹, acusa, os cientistas de falta de comunicação e de diálogo entre eles e discorda sobretudo da divisão da ciência e do *apartheid* entre as várias disciplinas. Os pequenos compartimentos “onde os especialistas e os peritos podem trabalhar, satisfeitos por se ocuparem do que lhes interessa”, acarretam efeitos malignos, nomeadamente a ignorância assumida pelos cientistas, nos campos fora das suas especialidades³⁰.

O autor de *Ages of Gaia*, diz ser provável que a noção de que a Terra está viva é tão velha quanto a humanidade e refere como precursores da sua teoria, James Hutton³¹, Eduard Suess³² e Vernadsky³³.

A teoria de Gaia de Lovelock, considera que a litosfera, a hidrosfera e a biosfera fazem parte de um conjunto harmonioso que trabalha para formar

²⁸ Worster, *op. cit.* (13), p. 41.

²⁹ James Lovelock cientista britânico, doutorado em medicina, membro da Royal Society de Londres e investigador na NASA, para onde foi convidado para trabalhar em sondas lunares e depois para desenhar instrumentos de precisão para analisar a superfície e atmosfera dos planetas, em 1961. Autor da teoria de Gaia, o nome da antiga Deusa da Terra.

³⁰ Lovelock, James, *As Eras de Gaia, Uma Biografia da Nossa Terra Viva*, Mem Martins, Publicações Europa América, s/d, p. 29.

³¹ James Hutton médico e cientista escocês, que em 1875, numa reunião da Royal Society of Edinburgh, se referiu à Terra como um enorme organismo e terá afirmado que a fisiologia era a ciência adequada ao seu estudo, fez igualmente uma analogia entre o ciclo dos elementos nutritivos no solo, não esquecendo o movimento da água dos oceanos na direcção da terra, com a circulação sanguínea. “Somos levados a ver na circulação que se opera na matéria deste globo um sistema de uma economia admirável, intrínseca à obra da natureza. Esta Terra, como exemplo do corpo animal, degrada-se ao mesmo tempo que se reconstitui. Ela está num estado de crescimento e de desenvolvimento e também de num outro estado, o de diminuição e de deterioração”. Hutton, *Theory of the Earth* (Proofs and Illustrations, 1795, II,) p. 562.

³² Eduard Suess terá sido o primeiro a utilizar a palavra “biosfera”, utilizando-a quando descrevia o seu trabalho a respeito da estrutura geológica dos Alpes.

³³ Vernadsky a partir de 1911 desenvolveu o conceito de “biosfera” e passou a usá-lo com o seu significado actual. “A biosfera é o invólucro da vida, ou seja, a área onde esta corre (...) A biosfera pode ser encarada como a área da crosta terrestre ocupada pelos transformadores que convertem as radiações cósmicas em energia terrestres, pronta a ser utilizada: eléctrica, química, mecânica, térmica etc”. Lovelock, *op. cit.*, p. 29.

um complexo sistema que pode ser encarado como um organismo, capaz de conservar o planeta em condições de suportar a vida. A Terra, é interpretada como uma gigantesca máquina termodinâmica, onde “os fluxos energéticos e hidrológicos comandam a entrada de elementos químicos nos circuitos da matéria orgânica por duas vias: a fotosíntese e a quimiosíntese³⁴”. Gaia não é, assim, sinónimo de biosfera, definida como aquela parte da terra onde os seres vivos existem, nem de biota designada apenas pelo conjunto de todos os organismos vivos a título individual. Embora ambas façam parte de Gaia, não representam o seu todo: “Tal como a casca faz parte do caracol, assim as rochas, o ar, os oceanos, tudo isso pertence a Gaia”³⁵.

Dado que, ao alterar profundamente alguns dos ciclos químicos mais importantes do planeta, o homem poderia provocar reacções em cadeia imprevisíveis, não encontrando necessariamente o seu lugar no novo equilíbrio do sistema Gaia. Defende a necessidade de uma medicina a uma escala planetária, pois que Gaia, enquanto organismo vivo, onde a evolução das espécies e o meio que as rodeia estão interligadas, implica uma preocupação com a saúde da Terra não importando apenas a atenção com as espécies individuais³⁶. Reafirma que esta não é como uma mãe que tudo tolera, nem uma donzela frágil e delicada exposta a bruta humanidade: “o seu objectivo inconsciente (de Gaia) é manter o planeta em condições para a vida. Se os seres humanos se intrometerem no seu caminho, serão eliminados impiedosamente, tal como o seriam se interferissem na rota de um míssil internacional”³⁷.

Lovelock chamou a atenção para o valor das funções dos ecossistemas, “Se os ecossistemas de algas ajudam a formar nuvens e se as plantas terrestres fazem o controlo da erosão então o seu valor é tão grande como a vida em si própria”³⁸, alertando para a destruição das florestas tropicais a um ritmo acelerado³⁹. As consequências da devastação da massa de florestas abatidas serão na sua opinião catastróficas: “Quando elas desaparecerem, (...) terá o efeito

³⁴ Deléage, Jean-Paul, *Une Histoire de L'écologie*, Paris, Éditions La Découverte, 1991, p. 228.

³⁵ Lovelock, *op. cit.*, p. 36. A visão dicotómica do vivo e não vivo à superfície da terra é ultrapassada e substituída por uma concepção de vida em diversos graus: “Existe apenas uma hierarquia de intensidade que parte do ambiente material, das rochas e da atmosfera, até chegar às células vivas”, Lovelock, *op. cit.*, p. 53.

³⁶ Lovelock, *op. cit.*, p. 18.

³⁷ Lovelock, *op. cit.*, p. 192.

³⁸ Lovelock, *op. cit.*, p. 225.

³⁹ Calcula-se que a área das florestas abatida por ano seja o equivalente à área da Grã-Bretanha, e que é substituída muitas vezes por grude e quintas para a criação de gado.

comparável a uma guerra nuclear. O sofrimento humano, e as consequências políticas de um acontecimento como este foram já descritas por Sir Crispin Tickell⁴⁰. Mas, segundo Lovelock, outros perigos nos esperam; Gaia estaria a atravessar um período quente, uma febre planetária. Poderíamos, por isso, esperar que ela entre numa confortável e normal idade de gelo, contudo, tal conforto pode ser inatingível, pois nós teríamos revolvido a sua pele, para área cultivada, teríamos destruído as plantas que são os meios para a reconversão, adicionando uma grande quantidade de gases de efeito estufa. A mudança eminente do clima seria tão grande como entre a última glaciação e o presente. O carácter da natureza de não linearidade nem previsibilidade, sobretudo num período de mudança, poderia surpreender-nos. E a surpresa poderia vir com climas extremos, tal como violentas tempestades e fenómenos atmosféricos⁴¹.

Responsabilizando o homem, pela poluição do ar com carros que compra e conduz, pela destruição das árvores, pelo *smog* fotoquímico e da chuvas ácidas, Lovelock diz que, contudo, “as pessoas não são de maneira nenhuma, parecidas com um tumor (...) Para sermos como o cancro, necessitaríamos primeiro de nos transformarmos numa espécie diferente, e depois de fazer parte de algo mais intensamente organizado que Gaia”⁴². E o facto de a humanidade se extinguir como consequência dos males que infligimos à Terra, isso não significa que a vida se extinga também. A vida é um fenómeno de duração cosmológica à escala planetária e Gaia é considerada a maior manifestação de vida que difere dos outros organismos vivos como difere o ser humano das suas populações de células vivas. “Não é de propósito que Gaia é contra os seres humanos, mas enquanto continuarmos a transformarmos o ambiente do planeta contra os seus gostos, estamos a encorajar a nossa substituição por uma espécie mais adequada”⁴³.

Apesar dos esforços de Lovelock para comprovar cientificamente a sua teoria, que deu origem a investigações transversais nas áreas da climatologia, da oceanografia, da geologia, e da biologia animal, este continua a ser alvo de

muitas críticas. Segundo Deléage, a acusação teleológica constitui a maior das críticas: “A atribuição de “intenções” aos fenómenos naturais, uma caminhada teleológica, é incompatível com a sua explicação científica”⁴⁴. Daí que, para alguns, esta nova reacção de tipo arcadiana e romântica, com uma visão da natureza mais sentimental do que científica e racional, constitui mais uma fonte de inspiração e de referência para um activismo subversivo do movimento ecológico actual⁴⁵.

Apesar de revolucionários, talvez possamos afirmar que existe nos movimentos ecológicos uma vontade explícita de regresso ao passado numa exaltação dos “bons velhos tempos”:

“Apesar do seu carácter contestatário, a ecologia continua a ser uma ciência arcadiana. As suas implicações revolucionárias misturam-se com ape- los nostálgicos dos tempos passados, onde a economia humana funcionava em harmonia com a economia da natureza.(...) Existe indiscutivelmente uma continuidade entre os estudos rurais de White, a história natural de Burroughs e de Hudson e a ciência ecológica contemporânea”⁴⁶.

Os movimentos ecologistas demonstram uma enorme tendência para a frugalidade, numa rejeição da sociedade de consumo. Proclamando uma nova ecologia das necessidades, uma “austeridade voluntária”, para combater um consumismo que já nada tem a ver com a livre escolha. “O cidadão já não consome os bens e serviços de que tem necessidade autónoma, mas sim aqueles que correspondem às necessidades heterónomas que lhe descobrem os peritos profissionais de instituições especializadas”⁴⁷. Desconhecendo a fronteira entre a autêntica necessidade e a necessidade alienada, artificialmente criada, o homem contemporâneo vivendo numa sociedade frustrada, numa sociedade que privilegia a satisfação artificial, instantânea. “Protegemo-nos da saudade protegemo-nos do prazer. É por isso que não somos insatisfeitos, mas mal satisfeitos; apesar da sua abundância relativa a nossa sociedade é uma sociedade frustrada”⁴⁸.

⁴⁰ Lovelock, *op. cit.*, p. 226. Sir Crispin Tickell foi presidente de um ciclo de conferências apresentadas em Cornwall, Inglaterra, em 28 e 29 de Outubro de 1999, sobre as mudanças no clima e seus impactes para o desenvolvimento económico.

⁴¹ As perturbações da biosfera; buraco na camada do ozono, efeito estufa, deflorestação, alterações climáticas, são fenómenos que vêm tomando dimensões inquietantes.

⁴² Lovelock, *op. cit.*, p.164,165.

⁴³ Lovelock, *op. cit.*, p.209.

⁴⁴ Deléage, *op. cit.*, p. 242.

⁴⁵ Worster, *op. cit.*, p. 41.

⁴⁶ Worster, *op. cit.*, p. 42.

⁴⁷ Gorz A., Bosquet, M., in *Écologie et Politique*, Paris, Points/ le Seuil, 1978, p. 39.

⁴⁸ Ribes, Jean Paul, *Pourquoi les Ecologistes Font' Ils de la Politique?*, citado por Alphanféry, P.; Bitoun, P.; Dupont, Y., in *O Equívoco Ecológico*, Lisboa, Instituto Piaget, 1999), p.110.

Os Ecologistas contestam igualmente o modelo tradicional de expansão da produção que assegura o crescimento económico. A defesa de uma economia pós-industrial, respeitadora do ambiente, parece ter levado os ecologistas, a um consenso, que tende a fazer da natureza património da humanidade. Subsiste, contudo, um desacordo quanto aos valores a defender e as medidas a tomar⁴⁹. Os ecologistas propuseram já os princípios de uma “gestão ecológica”, que não deixa de fora ambiguidades⁵⁰, mas o crescente interesse das organizações internacionais em favor de uma política ambiental global será um passo decisivo⁵¹.

O Ecologismo, Pacifismo e movimentos Feministas

Associados aos movimentos ecológicos surgem outros movimentos sociais, pacifistas e feministas. Os movimentos pela paz nasceram sob o impulso de numerosos cientistas que procuraram alertar a opinião pública e transmitir-lhes as suas inquietações, sobretudo no que diz respeito à construção e experimentação da bomba atómica. As vagas de contestação do nuclear civil são uma continuidade da contestação contra a utilização militar da energia nuclear, que teve as suas origens no final da segunda guerra mundial⁵².

Dorothy Nelkin afirma que entre os adversários da energia nuclear, são as mulheres as mais activas e as mais críticas⁵³. Segundo a sondagem Harris

⁴⁹ “Por um lado tender-se-ia para preservar uma natureza tanto mais sacralizada porquanto a nostalgia raramente se dá bem com a razão. Por outro, limitar-nos-famos a desenvolver uma concepção gestio-nária dos ecossistemas, que se apoiariam num supercrescimento da ciência e da tecnologia.” Alphandéry; Bitoun,; Dupont, *op. cit.*, p. 176.

⁵⁰ Délèage, *op. cit.*, p. 299.

⁵¹ Constituem exemplos destas preocupações: O Clube de Roma, constituído em 6 de Abril de 1968, que reuniu vários cientistas, altos funcionários e alguns industriais, afim de sensibilizar a opinião pública mas sobretudo as elites sobre as decisões políticas e económicas relativamente aos seus efeitos no ambiente e sobrevivência do planeta; A Primeira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Ambiente, entre 5 e 16 de Junho de 1972 em Estocolmo, sob o tema “Only one Earth; Em 1983 uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas cria uma Comissão Mundial sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (CMED); A Cimeira do Rio, como ficou conhecida, a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento, em Junho de 1992, no Rio de Janeiro, de onde saiu a “Agenda XXI”, documento assinado por 178 estados. Cfr. Delwit, P., De Waele, J.M., in *Ecolo Les Vers en Politique*, Paris/Bruxelles, De Boeck Université, 1996, p. 13-21.

⁵² Cfr. Gorz, *op. cit.*, p. 22.

⁵³ Uma outra sondagem levada a cabo pelo New York Times a 10 de Abril de 1979, mostrava que 56% de homens e 36% de mulheres defendiam que se deveria continuar a construir centrais nucleares. Cfr. Nelkin, D. “L’énergie nucléaire dans le discours féministe” *Écologie Social et Mouvements Écologiques*, Montréal, 13, 1981, 147-160, p. 147.

sobre o futuro da energia nuclear nos Estados Unidos realizada em 4 e 5 de Abril de 1979, uma semana depois do acidente de Three Mile Island⁵⁴, 63% de mulheres contra 30% de homens eram desfavoráveis à construção de centrais nucleares nos Estados Unidos⁵⁵:

“No movimento antinuclear, as mulheres estão fortemente representadas, e também como militantes no seio de organizações locais, e mesmo como dirigentes ao nível nacional (...) esta tecnologia representa para elas, os valores que reflectem os problemas sociais, culturais e políticos; é por isso que a energia nuclear é um símbolo que as feministas puseram na ordem do dia”⁵⁶.

Deste modo, surge um outro movimento aliado aos movimentos ecologistas, o Ecofeminismo. Assumindo-se como as guardiãs e protectoras da vida, responsáveis pela saúde e bem-estar da família, as mulheres apelam às mães para que se oponham à energia nuclear por razões pragmáticas e morais:

“Nós devemos pôr fim à ameaça mortal das radiações e da destruição nuclear, pois esta energia é um problema feminino. Desde sempre, as mulheres são as guardiãs e as amas. Por isso nós conhecemos muito bem as relações íntimas que ligam a sobrevivência à utilização regeneradora e alimentícia dos nossos recursos”⁵⁷.

As feministas mais radicais vão mais longe. A energia nuclear com as suas consequências catastróficas é equiparada a uma violação, tornando-se num problema moral. O pensamento feminista desemboca numa análise política: a energia nuclear é a consequência natural de uma sociedade patriarcal com uma estrutura de domínio e de exploração. Deste modo, o movimento feminista tenta elaborar uma cultura especificamente feminina que seria ideolo-

⁵⁴ Acidente ocorrido em 29 de Março de 1979 na central nuclear de Tree Mile Island na Pensilvania, revelava ao mundo que contrariamente ao que as autoridades declaravam, as centrais nucleares não estavam fora de perigo de acidentes mais ou menos graves. Um problema no sistema de arrefecimento de um dos reactores, levou à irradiação de centenas de milhares de pessoas. Foram preciso três anos de descontaminação e um elevado custo estimado em quatrocentos milhões de dólares para apagar os traços do acidente. Delwit, De Waele, *op. cit.*, p. 13.

⁵⁵ Nelkin, *op. cit.*, p. 147.

⁵⁶ Nelkin, *op. cit.*, p. 147, 148.

⁵⁷ The Feminist Anti-Nuclear Task Force, “Nuclear Power as a Feminist Issue”, *Off Our Backs*, Mai (1979), p. 5, citado por Nelkin, *op. cit.*, p. 149.

gicamente diferente da cultura dominada pelo machismo. Inspirando-se “nas relações míticas entre a mulher primordial e o universo cósmico elementar a cultura ecofeminista estabelece uma ligação fundamental entre mulheres e a natureza”⁵⁸. Estabelecem uma analogia entre a maneira como os homens tratam as mulheres e a terra, enquanto objecto de exploração de recursos. Entre o corpo das mulheres, como fonte de prazer sexual e instrumento de reprodução, e a natureza como conjunto de recursos mineiros, florestais e agrícolas⁵⁹.

Uma das protagonistas do movimento Feminism and Ecology, Karen J. Warren em 1987, define o conceito de ecofeminismo:

“Utilizo o termo Ecofeminismo para designar uma posição fundada nas teses seguintes: 1) Existem relações importantes entre a opressão das mulheres e a da natureza; 2) Compreender o estatuto dessas relações é indispensável a qualquer tentativa de apreender adequadamente a opressão das mulheres, tanto quanto a da natureza; 3) A teoria e a prática feministas devem incluir uma perspectiva ecologista; 4) As soluções dadas aos problemas ecológicos devem incluir uma perspectiva feminista”⁶⁰.

Segundo as ecofeministas, os ecologistas cometeram um erro ao conduzir o seu combate contra o antropocentrismo em geral, quando o que estava em causa, não era o mundo ocidental “estar centrado na humanidade” mas o facto de estar “centrado nos machos”. A reivindicação da tradição humanista passa, segundo as ecofeministas, por uma crítica não ao antropocentrismo, mas antes ao androcentrismo⁶¹.

Ariel Kay Salleh defende uma tese que é representativa do conjunto do movimento. Segundo ela, o ódio pelas mulheres que gera o ódio pela natureza, é um dos principais motores que rege a acção dos homens e, consequentemente, o conjunto da cultura ocidental/patriarcal. Vejam-se as palavras de Salleh num artigo intitulado *Deeper than deep ecology: the ecofeminist connection*:

⁵⁸ Hynes, Pat, “The Feminism of Ecology” Conference sur les femmes et la vie sur la terre, *Ecoféminisme dans les années 80*, Mars 1980, p.21-23.

⁵⁹ Nelkin, *op. cit.*, p. 152.

⁶⁰ Ferry, *op. cit.*, p. 168.

⁶¹ Ferry, *op. cit.*, p. 169.

“É claro que há (na ecologia profunda) um esforço para repensar a metafísica, a epistemologia e a ética ocidentais(...) Mas este esforço mantém-se prisioneiro de um idealismo fechado em si mesmo, porque fracassa perante a questão, efectivamente desconfortável, das origens psicosexuais da nossa cultura e da crise (...) o movimento da ecologia profunda não terá qualquer resultado enquanto os homens não tiverem a coragem de redescobrir e amar a mulher que existe neles”⁶².

Também Boaventura de Sousa Santos, numa análise à Ciência Moderna, caracteriza-a além de moderna, de ocidental, capitalista e sexista e defende igualmente que:

“Os estudos feministas sobretudo das duas últimas décadas tornaram claro que, nas concepções dominantes das diferentes ciências, a natureza é um mundo de homens, organizada segundo princípios masculinos de guerra e luta, de individualismo, de competição, de agressividade, de descontinuidade com o meio ambiente. Enfim um mundo capitalista e machista. (...) A cooperação, tal como a paz, a benignidade, a tolerância, a participação e a solidariedade são vocábulos desconhecidos no texto oficial da natureza”⁶³.

Uma Nova Ordem Ecológica?

Ferry propõe uma “ecologia democrática” como uma forma de entendimento entre o antropocentrismo reformista e ambientalista e o ecocentrismo, revolucionário e ecologista, ambos susceptíveis a críticas. A ecologia é no seu entender um assunto demasiado sério que a todos diz respeito para ser monopólio da ecologia profunda. Com efeito, reconhece que ela lança sérios desafios às éticas humanistas e que no campo da política abre um novo campo de acção e de reflexão, onde se questionam campos que vão desde a ciência, à epistemologia, à moral, à filosofia, à cosmogonia e à metafísica⁶⁴.

O autor diagnostica, na sociedade actual, uma crise de sentido, um sentimento do vazio que advém, num primeiro momento da laicidade, ou seja da

⁶² Salleh, K., *Environmental Ethics*, 6, 1984, p. 339, in Ferry, *op. cit.*, p. 169.

⁶³ Santos, Boaventura de Sousa, “Ciência”, in Carrilho, M.M., (dir.) *Dicionário do Pensamento Contemporâneo*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1991, 23-43, p. 36.

⁶⁴ Ferry, *op. cit.*, p. 180.

ruptura entre política e religião: “Emancipados da tutela das autoridades religiosas, liberto das linhas partidárias dogmáticas, os indivíduos procuram o sentido da existência fora da religião e da política”⁶⁵. Esta crise de sentido teria abandonado as políticas religiosas para se centrar nas esferas da ética e da cultura, entendidas como pleno desenvolvimento da personalidade individual. Uma crise estrutural, ligada ao futuro adulto do universo laico e democrático:

“Se se pretende revalorizar a política como esfera autónoma de decisão colectiva, fazer contrapor ao refluxo para a ética e a cultura do eu a que se assiste hoje por todo o lado, importa reformular os princípios do reformismo democrático, situando-o na óptica desse desaparecimento do teológico-político. O que pressuporá, sem dúvida alguma, uma redefinição do papel dos políticos e dos intelectuais: longe de terem novamente de fornecer «grandes projectos messiânicos», terão de contribuir para organizar, esclarecer e resolver os grandes debates cuja ausência se torna insuportável para cidadãos que deixaram a menoridade. É nessa direcção que é preciso inovar”⁶⁶.

O nosso tempo é definido pelo autor, como o tempo em que, pela primeira vez na história da humanidade, a crítica interna atinge o limiar da maturidade, crítica essa a que já apelava o século das luzes, o “sapere aude”.

Ultrapassar a antinomia cartesianismo/ ecologia profunda, é uma questão central nos debates ecológicos e é, para Ferry, uma preocupação filosófica referente ao novo estatuto das relações do homem com a natureza, que deverá reflectir-se nos projectos legislativos. O autor, analisando a questão dos direitos dos animais, defende a posição de que a natureza não tem nenhum valor. O que temos é deveres para com ela, sem que isso signifique, no entanto, que ela seja sujeito de direito. Na natureza nem tudo merece ser protegido, como por exemplo o vírus do HIV ou da cólera⁶⁷. Salienta, ainda, a necessidade da ecologia democrática impor limites ao intervencionismo da tecnociência, como forma de responder ao desafio que a ecologia profunda lhe lança na ordem política e na esfera da metafísica⁶⁸. Estas concepções filosóficas influenciaram as associações que proliferaram a partir dos anos setenta do século XX.

⁶⁵ Ferry, *op. cit.*, p. 190.

⁶⁶ Ferry, *op. cit.*, p. 193, 194.

⁶⁷ Ferry, *op. cit.*, p. 194.

⁶⁸ Ferry, *op. cit.*, p. 198.

Memória da (Boa) Natureza Ensaio para um trajecto de ideias*

Maria de Fátima Nunes

A organização das linhas gerais desta escrita de ensaio resultou de cruzamentos de leituras múltiplas que ao longo dos anos fomos realizando, debatendo em reuniões científicas ou em trabalhos académicos. A sua matriz resultou de um *workshop* sobre *Natureza e Imagens da Ciência em Portugal*, cuja coordenação esteve a cargo do nosso Colega Prof. Doutor Francisco Vaz.

A Natureza na época contemporânea da nossa civilização ocidental foi o tema de debate pela via da genealogia da história das ideias e no âmbito da produção de uma história da cultura em Portugal, como forma de projectar os ideários, os imaginários, as utopias e as concretizações da Europa, dessa Europa «cultura e civilizada» que os Modernos sempre procuraram reflectir e adaptar à realidade lusitana!

No decorrer do projecto confrontámo-nos, igualmente, com a temática da construção de uma memória científica como forma de identificação de grupos e de discursos da esfera cultural da Ciência. E, neste contexto, pareceu-nos pertinente ensaiar uma digressão pelos pontos de referência da construção de uma memória identificadora da Natureza desde a sua descoberta pela Filosofia Natural newtoniana até à busca da memória de uma Natureza perdida, ou em vias de extinção, historicamente localizada no final do século XX.

No século XVIII a Natureza e os seus cultores científicos representavam boa parte das vivências culturais da comunidade filosófica. O programa pedagógico do cruzamento de saberes enciclopedistas permitiu o deslumbre e o triunfo da Natureza para a Europa da razão, do individualismo e do espaço público.

* Este texto teve como base uma comunicação apresentado ao *Colóquio Internacional Rotas da Natureza na construção empírica e científica do Mundo. Cientistas, Viagens, Expedições e Instituições*, Coimbra, Faculdade de Letras/Ceis20, Junho/Julho 2003. A ele se juntaram as notas de reflexão deste projecto de *Imagens Históricas da Ciência em Portugal* centradas no tópico *Natureza e saber científico*.

A Natureza permitiu centrar o discurso filosófico, o discurso do saber científico e o discurso do poder político jusnaturalista nos círculos de debate de opinião pública. Para a coordenada do passado e para a categoria do *antigo* ficavam os astros celestes, os prognósticos sobre os acontecimentos do devir, as observações astronómicas como corolário do espírito científico da época da Cultura do Barroco!

Assim, estamos em crer que a partir do século XVIII se passou a edificar uma nova história da Natureza, desvendada e explicada pelas razões humana, distribuindo felicidade pelo maior número de indivíduos, apagando do imaginário colectivo as desventuras de uma natureza oceânica do tempo de descobertas marítimas e geográficas. A Natureza a partir do cosmopolitismo das Luzes da Europa, com clara projecção para o Novo Mundo do outro lado do Atlântico, inaugurou uma nova prática cultural e científica – fixar em publicações e em artefactos de memória para Museus, para uso e consumo público e patriótico. Inaugurava-se, pois, uma nova gramática de referências naturais para a construção de um legado patrimonial e cultural que iria permitir identificar novas coordenadas culturais para os Estados do mundo ocidental do século XIX, XX e XXI...

É neste percurso de construção de mecanismos de inclusão de uma boa memória – através de círculos de afectividade e de práticas culturais – que achámos oportuno inaugurar, pela mão do naturalista Domingos Vandelli, um grau zero para a fixação de uma boa memória da Natureza.

E o local ideal para fixar e preservar a memória natural seria, naturalmente, o Museu! Atentemos no tópico que o naturalista italiano nos propõe:

“O homem só com a força da sua imaginação nem podia comer, nem vestir-se, nem executar os seus desejos; enfim nada pode fazer sem auxílio das produções naturais, que são a base de todas as artes, das quais dependem principalmente os cómodos, e prazeres da vida. Por quanto o conhecimento delas contribui à felicidade humana. Além disso serve a exercer os génios mais sublimes, e de recreio, e divertimentos às pessoas, que em outras coisas estão ocupadas. Neste século a história natural é mais cultivada, que nos passados, o que demonstra as grandes, e interessantes descobertas, e o avultado número dos museus”.

Domingos Vandelli, *Memória sobre a utilidade dos museus de história natural* (Biblioteca do Rio de Janeiro/Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa) (aprox. 1787), J.L. CARDOSO (coord.), *Memórias de História Natural*. Domingos Vandelli

Este excerto de Domingos Vandelli coloca-nos perante vários desafios que a Natureza abriu para uma sociedade pautada pelo ritmo de desvendar cientificamente os fenómenos naturais. Os filósofos da Natureza abriram novas perspectivas e novos modelos de progresso; a saber: o económico, o material, o de fruição espiritual. Um progresso que impregnava também as teias do poder político que podia, agora, dominar em nome de ideais de regeneração com efeitos patrióticos, lidos pelo viés de uma nova ciência: a economia.

A memória dessa boa Natureza deveria ser perpetuada para as gerações vindouras, podendo ser facilmente encontrada nos museus de história natural setecentistas, evidenciando parte das novas coordenadas culturais e do imaginário social dessa época de fascínio e de mutações culturais e ideológicas.

Se o primeiro patamar das nossas reflexões se situa na óptica das Luzes não deixamos de aqui considerar um rápido salto para o século XX, quando verificamos que o aproveitamento encadeado dos vários recursos naturais, com o auxílio directo do génio industrioso e inventivo da Ciência e da Técnica do novo Progresso do século XIX e XX, trouxe novos olhares sobre a Natureza. A partir da década de 60 do século XX, a defesa do ambiente e a protecção da Natureza procuram um equilíbrio entre o desenvolvimento social e económico da condição humana e a sua harmonia, começando a ganhar uma dimensão cultural e ideológica, bem assim como uma nova área de estudo e de investigação transdisciplinar.

Estamos na senda de tentar encontrar um mundo perdido, de procurar preservar o que resta de uma boa Natureza. Novos signos linguísticos surgem associados à sua memória: ambiente, paisagem, ecologia, preservação, memória paisagística *vs.* património ambiental.

Percebemos que a produção de literatura científica sobre a Natureza, o seu uso, a sua memória, a preservação e a conservação desde o século XVIII, até aos nossos dias, desagua em novos círculos do espaço público, cruzando-se o empenhamento cívico, científico e ambiental com os (vários) movimentos ecológicos que pretendem exercer a sua acção sobre a mundialização da economia, na era de uma progressiva globalização cultural.

Uma incursão pelo alargado estado da arte sobre Natureza, em diferentes acepções e contextos históricos, antropológicos e científicos, alerta-nos para as múltiplas direcções que o tema foi assumindo ao longo dos três últimos séculos da nossa civilização ocidental. As perspectivas que saltam do folhear de revistas de referência para as publicações periódicas direccionadas para um

círculo cultural alargado, passando por alguns estudos académicos, deixamos no ar vários tópicos de reflexão.

Hoje, podemos viajar por uma boa Natureza através de folhetos turísticos e publicitários, apelativos de uma memória de mito de «Éden perdido», passeando pelas magníficas páginas ilustradas da revista portuguesa *Oceanos* que nos remetem para várias etapas da construção da memória social, cultural e científica da Natureza em Portugal, passando pela bibliografia especializada produzida sobre o ambiente e a ecologia nos últimos vinte anos.

* * *

O século das Luzes reabilitou a ideia de Natureza e os actores sociais, culturais e políticos do Absolutismo Esclarecido souberam empreender reformas – culturais e económicas – com base no bom aproveitamento, patriótico, utilitário, racional do território natural europeu e extra-europeu, com particular destaque para o Novo Mundo. Numa primeira fase, o mundo da América do Sul era o território mais propício a uma cadeia de viagens, as viagens filosóficas exercitadas pelos membros de Sociedades e de Academias de Ciência, de uma Europa ilustrada e com territórios ultramarinos. Em Portugal a Academia das Ciências de Lisboa protagonizou este fenómeno de descobertas, de registos e de organização de memória natural, de *Memória Amazónica* se pretendermos evocar o cariz simbólico da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira.

Numa segunda etapa apontamos o Mundo de África e da descoberta da Natureza africana pela vertente científica do colonialismo, difundido a partir das Sociedades de Geografia europeias, da Sociedade de Geografia de Lisboa para o caso português. E para a memória de África ficaram os registos de diários de viagens, de levantamentos topográficos e de cartografia exacta, de levantamentos fotográficos, com a consequente reprodução em álbuns editados e postos à venda para consumo cultural de um público ávido de novidades e de imagens positivas, como os de autoria de Moraes da Cunha, publicados pela editora de David Corazzi.

Estas imagens mostravam uma outra Natureza exótica, a africana. E a própria instituição de uma nova sociabilidade científica – a Sociedade de Geografia de Lisboa – organizou nas suas galerias uma parte da memória africana, um museu antropológico em que a boa Natureza africana esperava o toque de civilidade e de cunho científico que os exploradores europeus lhe iam, hipoteticamente, conferindo!

* * *

O Estado de Natureza, sob pacto jusnaturalista que se estabeleceu entre governantes e governados (sob uma matriz ainda absolutista ou sob uma matriz parlamentar), soube associar o sentido utilitário da economia política ao utilitarismo científico da descoberta e do uso do saber científico, sempre em constante crescimento, sempre em perpétua mutação. Consideramos que a revolução cultural das Luzes permitiu colocar o signo Natureza em três percursos culturais de produção de uma boa memória civilizacional.

Num primeiro grupo inserimos a rota dos círculos de opinião pública e da difusão científica, técnica, ilustrada e capaz de regenerar, a par de um publicismo útil e popularizante. A comunidade científica ao dedicar-se, de forma inovadora, ao estudo da Natureza podia transmitir, difundir e popularizar, por diferentes círculos e por canais informativos complementares. A imprensa periódica literária e científica, a circulação de livros e folhetos, as sessões de academias científicas e uma nova rede de ensino história natural eram alguns dos veículos que os intermediários culturais podiam usar para publicitar o bom uso da Natureza nos círculos de uma opinião pública nacional, mas também cosmopolita, europeia.

Num segundo agrupamento colocamos a rota de construção de uma memória pedagógica e de tabelas de taxinomia da Natureza, graças ao trabalho de Buffon e de Lineu, divulgado pelos círculos ilustrados e científicos da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte. Neste contexto é importante referir que o estudo e as descobertas sobre os três reinos da Natureza – mineral, vegetal e animal – foi sendo acompanhado pelo aparecimento de Museus de História Natural, por herbários privados ou públicos, pela criação de Jardins Botânicos, pela difusão editorial e periódica quer da agronomia clássica de timbre *re-rustica*, quer dos princípios agronómicos da civilização Árabe, quer ainda da Nova Agricultura de Duhamel du Monceau.

A construção de uma boa memória civilizacional assentava sobre a palavra mágica Natureza, recuperando um tempo longínquo da gramática das civilizações do mundo Mediterrâneo e inserindo-o no espantoso universo das novas ideias agronómicas. Uma memória de Natureza que comportava, pois, diferentes ritmos de construção cultural e científica de uma velha Europa, já com o Novo Mundo incorporado!

Numa terceira linha de orientação inserimos as observações e os registos instrumentais da Natureza: a astronomia e a meteorologia. O aparecimento

dos Observatórios Astronómicos insere-se nesta cadeia de referências ao oferecer aos tempos vindouros registos de uso instrumental. Por outro lado as observações astronómicas, para além do deslumbre proposto à condição humana, tinham valor científico e utilitário para o Estado jusnaturalista. Referimo-nos aos levantamentos cartográficos e à execução de novos mapas e dos trabalhos de geodesia, necessários à legitimidade da delimitação da natureza territorial do Estado.

* * *

Para a invenção do espectáculo da Natureza, e para a sua fruição material e espiritual, os círculos de Academias literárias e científicas contribuíram de forma decisiva, inseridas na progressiva abertura dos círculos de opinião pública e na multiplicação de novos espaços de sociabilidade.

Observar e estudar a Natureza, para homens e mulheres do século XVIII, era um sinal inequívoco do cosmopolitismo da época. Assim, as viagens filosóficas, as observações astronómicas, as experiências em laboratórios ou em gabinetes, as deambulações em jardins botânicos, a constituição de herbários privados ou o colecionismo de história natural eram indícios claros de uma forma de vida e do universo cultural destes actores sociais que desejavam, e procuravam, inserir-se na vaga de mimetismo cultural que as páginas ilustradas das edições sobre História Natural e a nova imprensa literária e científica divulgavam.

Os novos ventos do Liberalismo, ou a sua articulação com o tempo das Luzes, proporcionaram a emergência de espaços de Natureza, com funcionalidade de recreio, de ensino e de manuseamento científico. O signo Natureza foi designando domínios constantes de retóricas discursivas, oriundas do campo ético e moral, do campo económico e agronómico, do campo estético e artístico, do campo de literatura de viagens, do domínio das recentes perspectivas da Museologia, ou das orientações e metodologias da Museografia científica. A título de exemplo deixamos pistas para campos de potenciais «estudos de caso» no âmbito da Natureza, identificando espaços de ciência na mancha cartográfica de Portugal continental.

- Jardim Botânico da Ajuda / Real Museu da Ajuda (Lisboa)
- Jardim Botânico da Escola Politécnica (Lisboa)
- Parque do Monteiro Mor – Lisboa (Lisboa)
- Jardim do Campo Grande (Lisboa)

- Jardim Zoológico (Lisboa)
- Tapada da Ajuda – Instituto Superior de Agronomia (Lisboa)
- Estufa Fria – Parque Eduardo VIII (Lisboa)
- Jardim e Museu Agrícola Tropical, Belém (Lisboa)
- Jardim Garcia da Orta, Parque das Nações/Expo 98 (Lisboa)
- Jardim Botânico da Universidade de Coimbra (Coimbra)
- Jardim Botânico do Campo Alegre (Porto)
- Parques e Reservas Naturais: de Norte a Sul de Portugal (basta consultar um motor de busca da *world wide web*)

Mas outros campos de análise permitem-nos tomar contacto com a construção histórica e científica de uma boa memória da Natureza. Fixemo-nos, por breves instantes, na vertente da Nova Agricultura, proposta pelos agrónomos ingleses, franceses e italianos que gerou um movimento de produção de leituras técnicas, científicas e literárias. Ao valorizarem o mote Natureza, valorizavam também o desenvolvimento económico do país, com particular destaque para o movimento publicista de timbre fisiocrático dos sócios da Real Academia das Ciências de Lisboa ou para a excepcional história da tipografia do Arco do Cego com edição de monografias agrícolas e agronómicas para o bom uso da agricultura em Portugal e no Brasil.

E temos ainda que registar o intenso fluxo de periodismo científico compreendido entre 1772 e 1852 e a difusão das ideias agrárias, agraristas e agronómicas em Portugal, ou seja uma nova e máxima rentabilidade harmoniosa dos recursos oferecidos pela Natureza, agora traduzidos em actividade agrícola, em prol de uma agricultura científica! Um processo que culminou com a institucionalização do ensino Superior de Agricultura, sob o impulso de José Maria Grande, em 1852. Esta acontecimento permitiu estabelecer uma correlação entre a memória do bom uso da Natureza e o bom uso do Progresso científico e técnico, apregoado pelos membros da Real Associação Central de Agricultura Portuguesa, a R.A.C.A.P. e a emergência de uma nova sociabilidade científica – a agronómica – que veio a ser potencializada pelas elites agrárias do Portugal oitocentista e da viragem do século XX.

Com a dimensão da ideia de Progresso, de Ordem e de Positivismo a Natureza ganhou uma nova memória, oral, pedagógica, editorial, botânica. Enfim, uma história viva que funcionava como um recurso estilístico para apresentar a modernidade de campos específicos da nova arrumação dos saberes do quadro do desenvolvimento científico: a Agronomia e a Botânica. A construção

desta memória temática teve o contributo de várias instituições e de vários membros da comunidade científica, constituindo uma das imagens de legitimidade do discurso científico presente quer nos textos agronómicos, quer ainda nos textos botânicos para uso académico, quer nos artigos da imprensa científica especializada. A história e memória de uma boa Natureza ocupou um lugar importante na formulação de temas de actualidade ou de renovação científica.

A construção da memória da agricultura em Portugal, por parte dos responsáveis do Instituto de Agronomia / Instituto Superior de Agronomia presente no *Catálogo da sua Biblioteca*, publicitado em 1937 pelos *Anais* do Instituto, é um exemplo da complementaridade científica da Botânica e da Agronomia para caracterizar a imagem de uma boa e pródiga Natureza. Referimo-nos às *Obras de Agricultura e Ciências subsidiárias, dos séculos XVII, XVIII e meados do século XIX em português e latim, existentes na Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia*, edição sob responsabilidade de Carlos Simões, conservador da Biblioteca. Um repositório informativo centrado em torno das várias influências agrícolas e agronómicas que actuaram sobre uma exemplar exploração da Natureza, com fortes projecções sociais, culturais e económicas – de forma a evidenciar a valorização da actividade agrícola como forma de vida, a *Felicidade pela Agricultura*, no dizer de Júlio Castilho.

A memória de civilização agrícola presente na Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia está, pois, em íntima conexão com a tradição de efectuar neste domínio do saber a história e memória de uma «sciencia agricola» em Portugal, com forte impacto cultural para o tempo da agricultura romana, para os contributos da civilização árabe, para os progressos proporcionados pela Academia das Ciências de Lisboa e pelo papel de exemplaridade que a Tapada da Ajuda e os seus engenheiros agrónomos souberam dar ao País.

Estamos em crer que a construção da memória da agricultura em Portugal, parte integrante da identidade científica dos engenheiros agrónomos, esteve, pois, intimamente ligada à divulgação de uma imagem de memória de boa Natureza, como universo económico, social, cultural e ideológico para o Portugal da transição do século XIX para o XX.

* * *

Falta, no nosso ponto de vista, articular o Progresso do Positivismo com a harmonia e a preservação da Natureza e da boa lógica da exploração agrícola. É neste contexto que inserimos outros três campos para reflexão.

Em busca de uma imagem de identidade nacional, a partir dos traços de construção de uma identidade cultural coesa e uniforme para o espaço português, europeu e colonial. Nesses traços de construção de uma ideia de Natureza, enquanto actividade económica e enquanto paisagem humanizada e natural, encontramos contornos de caracterização de pitoresco, de ruralidade, de paisagem protegida, mas também de imagem construída cientificamente para ser divulgada para a vertente do turismo, interno e externo como as que nos são propostas pelo *Guia de Portugal*, sob coordenação de Raul Proença, no primeiro quartel do século XX,

Sob os desígnios do Portugal do Estado Novo, voltamos a encontrarmos com a construção de uma imagem idílica de uma Natureza fértil, harmoniosa e ruralista. Uma boa Natureza como universo cultural e ideológico que pairava na propaganda turística ou na preparação de roteiros e de revistas que vendessem a paisagem e o sentido bucólico de Portugal no contexto das festas dos centenários de 1940 e do trabalho de propaganda naturalista da revista *Panorama*, directamente relacionada com os desígnios do Turismo de António Ferro.

Portugal oferecia a nacionais, e a estrangeiros, um conjunto de roteiros turísticos e de imagens fotográficas que mitificavam a paisagem e a cultura popular como elementos integrantes da política do espírito empreendida pelos engenheiros de ideias do regime. A memória da Natureza saía expressa em descrições de uma vida de tranquilidade, de harmonia social e natural decorrentes da actividade agrícola e do (bom) uso do progresso técnico. As fotografias que acompanhavam os livros, artigos e folhetos saídos do Secretariado Nacional de Informação mostravam uma paisagem preservada, povoados de rostos com memória, com a actividade agrícola como enquadramento humanizado, num casamento perfeito entre a harmonia da (boa) Natureza e a (boa) agricultura...

Ligado a este movimento de produção de imagens de um país agrícola e rural temos que aqui referir o movimento editorial levado a cabo pelos agrónomos e pelos economistas da Academia das Ciências de Lisboa, em torno da recuperação da causa *re-rustica* da literatura latina. Nele devemos destacar as figuras de Moses Amzalak, de Rui Mayer, de Henrique de Barros, de Ruy de Sá Oliveira, de Eugénio de Castro Caldas que se salientaram por terem dinamizado a colecção *A Terra e o Homem*, consagrada a temas agrícolas, a partir de 1945. Esta valorização editorial, levada a cabo pela casa de Sá da Costa, foi seguida de perto pelo trabalho de arqueologia das ideias de Natureza do sécu-

lo XVIII, efectuada por Moses Bensabat Amzalak, economista, enquanto membro da Academia das Ciências de Lisboa, na década de cinquenta do século XX. Um universo de perspectivas que só a história das ideias e a história das ideias económicas no século XVIII voltaria a proporcionar o encontro com os ideários setecentistas, já nos anos oitenta do século passado!

Num outro registo temos que aludir ao aparecimento da Liga de Protecção da Natureza, em Lisboa, em 1948 e uma vez mais com um agrónomo como figura tutelar para preservar a Natureza – Carlos Manuel Baeta Neves, seu primeiro presidente. As primeiras incursões no campo do associativismo ambientalista estão ligadas às inúmeras actividades levadas a cabo pela L.P.N., inserindo-se nas correntes internacionais da época de preservação da paisagem e da protecção da Natureza através dos Parques Naturais, também com um cunho nacionalista e patriótico por parte dos defensores desta boa Natureza de cada país europeu, a par dos movimentos de criação de parques naturais nos Estados Unidos da América, em prática desde a centúria de oitocentos.

* * *

Pensamos estarem lançados os tópicos para estabelecer uma grande cadeia de possíveis genealogias de ideias em torno da ideia de Natureza em Portugal, desde a matriz *naturante* setecentista aos movimentos ecológicos, marcando um retorno ao binómio Ética/Natureza.

A interligação de vários quadrantes da comunidade científica, nacional e internacional, desde o século XVIII, levam-nos a entender que a imagem da preservação, defesa e construção de uma boa memória de Natureza foi obra de várias gerações de filósofos naturais, de cientistas, de engenheiros inseridos historicamente no seu contexto cultural, sendo também actores sociais, detentores de uma ideologia científica, para além de um possível travejamento político e ideológico, a nível da sua própria cidadania individual.

O itinerário, meramente simbólico, efectuado à ideia de uma Natureza em acção, em movimento, em aproveitamento, enquanto recurso natural, foi marcado pelo encontro com diferentes saberes e com diferentes protagonistas das Ciências, marcados pela sua concepção e formulação epistemológica ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX.

Fica-nos a certeza que a imagem científica da Natureza não pode ser desvinculada da prática discursiva textual de botânicos, de engenheiros agrónomos, de engenheiros silvicultores, de geólogos, de economistas, de químicos,

de físicos, de geógrafos, de arquitectos paisagistas (estes numa fase mais recente) a que se devemos juntar os mentores da museologia científica.

Afinal, formas de manejar os dados dos *jogos* de construção de identidade científica e de uma memória colectiva!

Mas o que mais nos surpreendeu foi o facto de a memória da Natureza ter sido maioritariamente construída nos eixos de uma sociabilidade científica, enquadrada pela actividade normativa e regular de diferentes instituições de Ciência: as academias científicas; as sociedades de divulgação de conhecimentos úteis; a Universidade (primeiro a de Coimbra, depois a de Lisboa e a do Porto); as instituições Politécnicas e as agremiações que permitiam uma regular divulgação do trabalho da actividade científica dos membros, quer para uma Editora (a Sá da Costa, por exemplo) quer para a Liga formada por «cientistas em acção», tornados cidadãos conscientes e intervenientes na sociedade do seu tempo.

Ficamos com a noção que a defesa da Natureza, para a construção de uma memória cultural, se foi efectuando através de um trabalho de rede e de consertação de vontades, de empenhamentos individuais e científicos ao longo do tempo, percorrendo uma genealogia de ideias decorrentes do bom uso da Natureza em sociedade.

E também poderíamos aqui aludir aos artistas! Basta pensar nas representações da Natureza na pintura ocidental, no decorrer dos séculos XVIII, XIX e XX. Mas esse seria um outro campo, um outro percurso em torno das imagens da boa Natureza. Sem dúvida que o património artístico centrado sobre este tema pode constituir o início de um conjunto de estudos de impacto ambiental e de procura sistematizada de sinais de preservação da Natureza, nos seus mais diferentes aspectos, por todo o planeta, fortemente globalizado neste início de século XXI!

Mas estes são trajectos para outras viagens de memórias.

Leituras Bibliográficas utilizadas

- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (1986), *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal – Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Ed. Academia das Ciências de Lisboa.
- ACTAS (DO) 1º CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TÉCNICA (2002), org. Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora, Évora, Ed. Universidade.

- AFONSO, Ricardo Nuno Afonso (2001), *Antropologia e Império*, Lisboa, Ed. ICS.
- ALVES, José Augusto dos Santos (2000), *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*, Lisboa, Ed. Universidade Autónoma de Lisboa.
- ANDERSON, Benedict (1996), *L'imaginaire national. Réflexions sur l'origine et l'essor du nationalisme*, Paris, Ed. Découverte.
- ARNSPERGER, C./LARRÈRE, C./LADRIÈRE, J. (2001), *Trois essais sur l'éthique économique et social*, Paris, Institut National de Recherches Agronomiques Editions.
- BENDER, Thomas (2001), "Escrever a história americana numa era global", *Ler História – Histórias Nacionais*, n.º 41, pp. 25-30.
- BENSAUDE-VINCEN, Bernardette, RASNUSSEN, Anne (1997), *La science populaire dans la presse et l'édition XIX et XX siècles*, Paris, CNRS histoire.
- BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) (1997), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 4-5, Lisboa, Círculo de Leitores.
- BRAGA, Teófilo (1884), *Os centenários como synthese affectiva nas sociedades modernas*, Porto, Biblioteca Moderna Luso-Brasileira, Typ. A. J. Da Silva Teixeira.
- BRAUDEL, Fernand (1989), *El Mediterráneo*, Madrid, Espasa Calpe Ed.
- BRAUDEL, Fernand (1989), *Gramática das Civilizações*, Lisboa, Teorema
- BRIEN, Éric; DEMEULENAERE-DOUYÈRE, Christiane (Dir.) (1996), *Histoire et mémoire de l'Académie des Sciences. Guide de recherches*, Paris, Londres, Nova York.
- BRIGOLA, João Carlos (2003), *Coleções, Gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Ed. F.C.T./F.C.G.
- BRIGOLA, João Carlos (1998), "Coleções, gabinetes, jardins botânicos e museus em Portugal: o testemunho dos viajantes estrangeiros (1750-1900)", *Leituras – Revista da Biblioteca Nacional*, n.º 3 – Abril – Outubro, pp.153-164.
- BURKE, Peter (2000), *Formas de Historia Cultural*, Madrid, Ed. Alianza.
- CALAFATE, Pedro (1994), *A Ideia de Natureza no século XVIII em Portugal (1740-1800)*, Lisboa, IN/CM.
- CAMARA, Benedita Cardoso (1989), *Do agrarismo ao liberalismo. Francisco Soares Franco – um pensamento crítico*, Lisboa, Ed. I.N.I.C.
- CAMENIETZKI, Carlos Ziller (2000), *A cruz e a luneta. Ciência e religião na Europa Moderna*, Rio de Janeiro, Ed. Access.
- CARDOSO, José Luís (1989), *O pensamento económico em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Ed. Estampa.
- CARDOSO, José Luís (2003), "From natural history to political economy: the enlightened mission of Domenico Vandelli in late eighteenth-century Portugal", *Studies in History and Philosophy of Science*, 34, pp. 781-803.
- CAREY, Daniel (1997), "Compiling Nature's History: Travellers and Travel Narratives in the Early Royal Society", *Annals of Science*, 54, pp. 269-292.
- CAROLINO, Luís Miguel (2002), *A Escrita Celeste. Almanques astrológicos em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Rio de Janeiro, Ed. Access.
- CAROLINO, Luís Miguel (2003), *Ciência, Astrologia e Sociedade em Portugal 1593-1755*, Lisboa, Ed. F.C.T./F.C.G.
- CARVALHO, Rómulo de (1959), *História da fundação do Colégio dos Nobres*, Coimbra, Ed. Atlântida.
- CARVALHO, Rómulo de (1987), *Bibliografia das obras de autores nacionais publicadas durante o século XX que se ocupam das actividades científica e técnica dos portugueses nos séculos anteriores*, "História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal no século XX", Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.
- CARVALHO, Rómulo de (1996), *As actividades científicas em Portugal no século XVIII*, Évora, Ed. Universidade de Évora.
- CARVALHO, Rómulo de (1997), *Colectânea de estudos históricos (1953-1994): cultura e actividades científicas em Portugal*, Évora, Ed. Universidade
- CASA (A) LITERÁRIA DO ARCO DO CEGO: 1799-1801 (1999), «Sem livros não há instrução», Lisboa, Ed. Biblioteca Nacional / Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- MUNDIALIZACIÓN DE LA CIENCIA Y CULTURA NACIONAL (1993), (coord. A. Lafuente, A. Elena y M.L. Ortega), *Actas del congreso internacional «Ciência, descobrimento y mundo colonial»*, Madrid, Universidad Autonoma, Doce Calles, pp. 605-617.
- CIÊNCIA EM PERSPECTIVA. Estudos, Ensaios e Debates (2003), Rio de Janeiro, MAST/MCT – SBHCT
- CIÊNCIA, CIVILIZAÇÃO E IMPÉRIO NOS TRÓPICOS (2001), Orgs. Alda HEIZER / António Augusto Passos VIDEIRA, Rio de Janeiro, Access Editora
- COLLINGWOOD, R. G. (1986), *Ciência e Filosofia. A ideia de Natureza*, Lisboa, Ed. Presença.
- COMMEMORATIVE PRACTICES IN SCIENCE. Historical Perspectives on the Politics of Collective Memory (1999), Osiris, Edited by Pnina G. Abir-Am and Clark A. Elliot, vol. 14.
- COMPANION (A) TO WESTERN HISTORICAL THOUGHT (2002), London, Ed. Lloyd Kramer and Sarah Maza, Blackwell Publishing.
- COOTER, Roger, PUMFREY, Stephen (1994), "Separate spheres and public places: reflections on the history of science popularization and science in popular culture", *History of Science*, vol. 32, n.º 97, pp. 237-267.
- CRISIS ECOLÓGICA Y SOCIEDAD (1991), *La otra cara de la sociedad opulenta: la pobreza en el mundo occidental*, «Debats», 35/36, Valencia.
- CRUZEIRO, Eduarda (1988), *Capital simbólico e memória institucional – a propósito da Universidade no século XIX*, "Análise Social, n.º 101-102, pp. 593-607.
- CUNHA, Norberto (2001), *Elites e Académicos na Cultura Portuguesa Setecentista*, Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- DIAS, José Sebastião da Silva (1953), *Portugal e a Cultura Europeia*, Sep. Biblos.
- DUMONT, Louis (1977), *Homo Aequalis. Genèse et épanouissement de l'idéologie économique*, Paris, Ed. Gallimard.
- DUMONT, Louis (1992), *Ensaio sobre o individualismo. Uma perspectiva antropológica sobre a ideologia moderna*, Lisboa, Ed. D. Quixote.
- ELEMENTOS (1995-1996) PARA UMA HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS, Dir. Michel SERRES, 3 vols, Lisboa, Ed. Terramar.
- FERNÁNDEZ-RAÑADA, Antonio (1995), *Los muchos rostros de la ciencia*, Madrid, Ed. Nobel.
- FERREIRA, Paula Cristina Bernardo (2003), *As grandes permanências civilizacionais agrícolas: a tradução das «Geórgicas de Virgílio» de Ruy Mayer – 1948*, Dissertação de Mestrado em Literatura comparada, Universidade de Évora.
- FITAS, Augusto, RODIRGUES, Marcial, NUNES, Fatima (2000), "A filosofia da ciência no Portugal do século XX", *História do Pensamento Filosófico Português*, (coord. Pedro CALAFATE), vol. V, tomo II, Lisboa, Ed. Caminho; pp. 421-582.
- FORTUNA, Carlos (1999), *Identidades, percursos, paisagens culturais. Estudos sociológicos de cultura urbana*, Lisboa, Ed. Celta.

- GARCÍA BARRENO, Pedro (Dir.) (2001), *La ciencia en tus manos*, Madrid, Ed. Espasa Calpe/ Sociedad Estatal España Nuevo Milenio.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1998), *Les Sciences Humaines et la Mutation du Monde. Réflexions inactuelles*, Lisboa, Ed. Colibri-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- GOMES, Mário de Azevedo (1954), *Maravilhas da natureza*, Lisboa, Ed. Liga para a Protecção da Natureza.
- GONÇALVES, Maria Eduarda (2000), *Cultura científica e participação pública*, Lisboa, Celta.
- GOODMAN, Dena (1992), "Public sphere and private life: toward a synythesis of current historiographical approaches to the old regime", *History and Theory. Studies in the Philosophy of History*, vol. 31, nº1, pp. 1-20.
- GUIA DE PORTUGAL (1927), Dir. Raul Proença, Lisboa, Ed. Biblioteca Nacional – vol. Estremadura, Alentejo, Algarve.
- GUSDORF, Georges (1972), *Dieu, La Nature, l'Homme au Siècle des Lumières*, Paris, Ed. Payot.
- GUSDORF, Georges (1985), *Le savoir romantique de la nature*, Paris, Ed. Payot.
- HALBWACHS, Maurice (1968), *La Mémoire Colective*, Paris, P.U.F.
- HAZARD, Paul (1974), *O Pensamento europeu no século XVIII*, Lisboa, Ed. Presença, 2 vols.
- HISTORIA Y ECOLOGÍA (1993), Manuel Gonzalez de Molina / Juan Martinez Allier, eds, Madrid, «Ayer (11)», Ed. Marcial Pons.
- HOBBSAWM, Eric (1998), *Uncommon People. Resistence, Rebellion and Jazz*, London, E. Weinfeld & Nicolson.
- HOF, Ulrich Im (1995), *A Europa das Luzes*, Lisboa, Ed. Presença.
- IMAGE ET HISTOIRE (2001), «Vingtième Siècle. Revue d'Histoire», octobre-décembre.
- IMÁGENES DE LA CIENCIA EN LA ESPAÑA CONTEMPORÁNEA, (1998), Madrid, Fundación Arte y Tecnología.
- JESUÍNO, Jorge Correia (coord.) (1995), *A comunidade científica portuguesa nos finais do século XX: comportamentos, atitudes e expectativas*, Lisboa, Celta.
- JOÃO, Maria Isabel (2003), *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, FCT/FCG.
- KRAGH, Helge (1987), *Introducción a la Historia de la Ciencia*, Barcelona, Ed. Crítica.
- KURY, Lorelai (1998), "Les instructions de voyage dans les expéditions scientifiques françaises (1750-1830) /travel instructions for the French scientific expeditions (1750-1830)", *Revue d'Histoire des Science*, tome 51 –1 – jan. Mar, pp. 65-92.
- LAFUENTE, Antonio / VALVERDE, Nuno (2003), *Los Mundos de la Ciencia en la Ilustración Española*, Madrid, Ed. Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología.
- LALIEU, Olivier (2001), *L'invention du «devoir de memoire»*, "Vingtième Siècle. Revue d'histoire", n.º 69, janv.-mars, pp. 61-82.
- LANDES, David S. (2001), *A riqueza e a pobreza das Nações. Por que são algumas tão ricas e outras tão pobres*, Lisboa, Ed. Gradiva.
- LASLETT, Peter (1975), *O Mundo que nós perdemos*, Lisboa, Ed. Cosmos.
- LE GOFF, Jacques (2000), *História e Memória vol. – História; vol II – Memória*, Lisboa, Ed. 70.
- LEAL, João (2000), *Etnografias Portuguesas (1870-1970): cultura popular e identidade nacional*, Lisboa, Ed. D. Quixote.
- I.ÓPEZ CERREZO, J. / SÁNCHEZ RON, J. M. (2001), *Ciencia, Tecnologia, Sociedad y cultura en el cambio de siglo*, Madrid, Ed. Biblioteca Nueva.
- LOVEJOY, Arthur O. (1983), *La Gran Cadena del Ser. Historia de una idea*, Barcelona, Ed. Icaria Antrazyt.
- MARQUES, Viriato Soromenho (1993), *Europa: labirinto ou casa comum*, Mem Lisboa, Ed. Europa-América.
- MARQUES, Viriato Soromenho (1994), *Regressar à terra: consciência ecológica e política de ambiente*, Lisboa, Ed. Fim de Século.
- MARQUES, Viriato Soromenho (1998), *O futuro frágil: os desafios da crise global do ambiente*, Lisboa, Ed. Publicações Europa-América.
- MATOS, Sérgio (1998), *Historiografia e memória nacional (1846-1898)*, Lisboa, Ed. Colibri.
- MELO, Daniel (2001), *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*, Lisboa, Ed. ICS.
- MENDONÇA, Pedro Jorge Gouveia (1996), *O marketing estratégico nas organizações sem fins lucrativos: Liga para a protecção da Natureza, Santarém: Escola Superior de Gestão – Relatório*, CESE, Marketing e Consumo, Instituto Politécnico de Santarém, Escola Superior de Gestão.
- MONTEIRO, Nuno / PINTO, António Costa (2000), "Mitos culturais e identidade nacional portuguesa", *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ed. Sequitur, pp. 232-245.
- MORAVIA, Sergio (1974), *Il pensiero degli ideólogos. Scienza e filosofia in Francia. 1780-1815*, Firenze, Ed. Nuova Italia.
- MUNDIALIZACIÓN DE LA CIENCIA Y CULTURA NACIONAL (1993), (coord. A. Lafuente, A. Elena y M.L. Ortega), *Actas del congreso internacional «Ciência, descubrimiento y mundo colonial»*, Madrid, Universidad Autonoma, Doce Calles.
- NATURALEZA Y CONFLITO SOCIAL (2002), Madrid, «Ayer (46) – Revista de História Contemporânea», Ed. Marcial Pons.
- NATUREZA E AMBIENTE (2001), *Natureza e ambiente: representações na cultura portuguesa* (coord. Cristina Beckert, introd. Viriato Soromenho-Marques), Lisboa, Ed. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- NOBRE, Paula Cristina do Nascimento (2001), *Práticas discursivas sobre questões ambientais (análise comparativa do discurso de duas organizações)*, Lisboa, Tese mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, Inst. Sup. de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- NORA, Pierre (dir.) (1984-1993), *Les Lieux de la Mémoire*, 7 vols. Paris, Ed. Gallimard.
- NUNES, Maria de Fátima (1988), *O Liberalismo português: ideários e ciências. O universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860)*, Lisboa, INIC.
- NUNES, Maria de Fátima (1995), "A «ciência agrícola»: memória, ideologia e valores de um discurso científico em Portugal (séculos XVIII-XIX)", *Economia e Sociologia*, nº 59, pp. 151-180.
- NUNES, Maria de Fátima (1998), *História da Ciência em Portugal – a institucionalização editorial da memória científica. Notas de uma investigação*, "Seminário sobre o Positivismo", Évora, Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência, pp. 311-335.
- NUNES, Maria de Fátima (2001), *A Imprensa Periódica Científica (1772-1852). Leituras de «ciência agrícola» em Portugal*, Lisboa, Ed. Estar.
- NUNES, Maria de Fátima (2002) *Opinião Pública, Ciência e Tecnologia. Portugal XVIII-XX*, "Cultura", 15, Lisboa, Centro de História da Cultura; pp. 211-223.
- NUNES, Maria de Fátima (2003a), *O VIII Congresso do Mundo Português – «História da Actividade científica Portuguesa»*. *Para uma arqueologia do discurso da comunidade científica portuguesa na primeira metade do século XX*, "Ciência em Portugal na primeira metade do século XX. Actas do 6º Encontro de Évora sobre História e Filosofia da Ciência", Évora, Ed. Universidade de Évora; pp. 307-348.

- NUNES, Maria de Fátima (2003b), *Portuguese Sources of History of Science in the 18th century. The instrumental meteorological observations*, "Institutions and Societies for teaching, research and popularisation", Ed. By Andrée DESPY-MEYER, Bruxelles, Ed. Brepolis; pp. 153-159.
- ON TIME: HISTORY, SCIENCE AND COMMEMORATION – *The British Journal for the History of Science* (2000), A special issue, Guest Editor: William Ashworth, Jon Agar and Jeff Hughes.
- PEREIRA, José Esteves (2001), "O pensamento económico português no século XVIII", *História do Pensamento Filosófico Português – vol. III As Luzes* (coord. Pedro CALAFATE), Lisboa, Ed. Caminho; pp. 87-112.
- PEREIRA, José Esteves (1984), "Natureza e expressões do saber", *Prelo*, 4 – Julho/Setembro; pp. 71-84.
- PESET, José Luis (1987), *Historia de la ciencia e historia de la cultura*, Porto: Fac. Letras, Instituto de Cultura Portuguesa.
- PHILOSOPHICAL IMAGINATION AND CULTURAL MEMORY (1993), Ed. Patricia Cook, London / Durham, Duke University Press.
- PIRES, Ema Claudia (2003), *O Baile do Turismo. Turismo e Propaganda no Estado Novo*; Lisboa, Ed. Caleidoscópio.
- POLANCO, Xavier (Dir.) (1990), *Naissance et développement de la science-monde. Production et reproduction des communautés scientifiques en Europe et en Amérique Latine*, Paris, Ed. La Découverte/Unesco.
- POMIAN, Krzysztof (1998), "De l'histoire, partie de la mémoire, à la mémoire, object d'histoire", *Revue de Métaphysique et de Morale*, janv.-mars, n.º 1, pp. 63-110.
- POPPER, Karl (1989), *Em busca de um mundo melhor*, Lisboa, Ed. Fragmentos.
- REPOSSI, Giordano (1977), *A ecologia: salvemos o planeta!*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- RIBEIRO, Orlando (1983), *Mediterrâneo. Ambiente e Tradição*, (2ª edição), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- ROSSI, Paolo (1990), *Las arañas y las hormigas. Una apología de la historia de la ciencia*, Barcelona, Ed. Crítica.
- RYKWERT, Joseph (1996), "Paesaggio ed ecologia, città e campagna", *STORIA D'EUROPA – VOL 5 – L'ETÀ CONTEMPORANEA secoli XIX-XX*, Torino, Giulio Einaudi Editore, pp. 527-551.
- SANCHEZ RON, J. M. (1999), *Cinzel, martillo y piedra. Historia De la ciencia en España (siglos XIX e XX)*, Madrid, Ed. Taurus.
- SANCHEZ RON, J. M. (2000), *El siglo de la Ciencia*, Madrid, Ed. Taurus.
- SENA, António (1998), *História da Imagem Fotográfica em Portugal – 1839-1997*, Porto, Ed. Porto Editora.
- SHEETS-PYENSON, Susan (1985), "Popular science periodicals in Paris and London: the emergence of a low scientific culture, 1820-1875", *Annals of Science*, 42, pp. 549-572.
- SILVA, Augusto Santos (2000), *Cultura e Desenvolvimento. Estudos sobre a relação entre o Ser e Agir*, Lisboa, Celta.
- SIMÕES, Ana; CARNEIRO, Ana; DIOGO, M.ª Paula (1999), "Constructing knowledge: eighteenth-century Portugal and the new sciences", GAVROGU, K. (ed.), *The Sciences in the European Periphery during the Enlightenment*, pp. 1-40, Kluwer
- SMITH, Anthony (1997), *Identidade Nacional*, Lisboa, Ed. Gradiva.
- SORELL, Tom (1993), *La cultura científica. Mito y realidad*, Barcelona, Ediotiral Península.
- STORIA D'EUROPA (1996), t 5 – *L'Etat Contemporanea, secolo XIX-XX*, Turin, Giulio Einaudi Editore.
- TENGARRINHA, José (1997), *La historiografía portuguesa en los últimos veinte años*, in "Ayer – la historia en el 96", ed. Celso Almuíña, Madrid, Ed. Marcial Pons.
- TISSOT, Laurent (1996), "Il turismo: dal pellegrino al club Méditerrané", *STORIA D'EUROPA – VOL 5 – L'ETÀ CONTEMPORANEA secoli XIX-XX*, Torino, Giulio Einaudi Editore, pp. 569-590.
- VANDELLI, Domingos [2002], *Memórias de História Natural*, introdução e coordenação editorial de José Luís CARDOSO, Porto, Porto Editora.
- VAZ, Iria de Fatima Rodrigues Amado (2000), *As origens do ambientalismo em Portugal: a liga para a protecção da natureza 1948-1974*, Tese de Mestr. em História e Filosofia da Ciência, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Univ. Nova de Lisboa.
- VISIONS OF EMPIRE (1998), *Voyages, botany, and representations of nature*, Ed. By David Philip MILLER and Peter Hanns REILL, New York, Ed. Cambridge University Press.
- WATSON, Peter (2002), *Historia Intelectual del siglo XX*, Barcelona, Ed. Crítica.

Imprensa e Ciência

A Construção de Identidades no Jornalismo de Informação. Um percurso pelas fontes institucionais do *Diário de Notícias* (1864-1889)¹

Paula Miranda

O século XIX surgiu como um marco na estruturação de uma nova topografia relacional caracterizada por uma crescente atenuação de barreiras físicas, intelectuais e mentais². A emergência de novas formações políticas, alicerçadas em postulados teóricos originais como liberdade, igualdade e propriedade³ potenciou o desenvolvimento de redes de comunicação de grande amplitude cuja eficácia foi aumentando à medida que se assistiu à criação de suportes técnicos com um raio de alcance extensível à escala mundial⁴. O mercado de produtos culturais alargou-se, numa esfera sem precedentes, transcendendo as fronteiras do Estado Nação e impondo novos padrões de consumo definidos por uma crescente abertura aos múltiplos estratos que coloriam a textura social da época.

O movimento de crítica à sociedade de Antigo Regime desencadeado nos dois séculos precedentes e a introdução de novas estruturas normativas, que implicavam a legitimação por parte dos cidadãos, potenciaram a criação desta nova paisagem epistemológica que constitui a base da contemporaneidade.

Centrando-nos no caso português destacamos, na senda dos trabalhos de Alexandra Lousada, três marcos cronológicos decisivos para a transformação das sociabilidades⁵. A “reconstituição de Lisboa após o terramoto de 1755⁶ e as novas

¹ Este artigo integra-se na Dissertação de Mestrado em Estudos Históricos Europeus, subordinada ao tema *As Origens da Imprensa de Massas em Portugal: O Diário de Notícias (1864/1889)*, apresentada à Universidade de Évora em 2002. Tratou-se de uma primeira fase do projecto de doutoramento, que se encontra em fase de conclusão, intitulado *O Jornalismo em Portugal. Elementos para a arqueologia de uma profissão: 1865/1926*, financiado pela FCT.

² Cf. por exemplo MATTELART (1997).

³ Cf. VARGUES; RIBEIRO (1993) pp. 213–251.

⁴ A autora utiliza o conceito de sociabilidades no sentido de “(...) formas de convívio e de interação exteriores aos quadros elementares (...) da vida individual e colectiva, como sejam a família e o trabalho”. LOUSADA (1995) p. 18.

⁶ Fátima Nunes considera a referida data um marco fundamental “(...) para se entender a aceleração cultural da “forma mentis portuguesa (...). A terra estremeceu, mas das ruínas ergueu-se um mundo que possibilitou criar

condições da vida política e cultural no duplo quadro do absolutismo e das influências iluministas(...)” que deram origem à criação das primeiras lojas maçónicas, ao desenvolvimento da vida de salão, à emergência de cafés como espaços de discussão literária e política e, “(...) por outro lado, à promoção de sociabilidades académicas de teor formalmente científico(...)”⁸, com particular destaque para a criação da Academia Real das Ciências⁹. O período compreendido entre 1807 e 1820 que englobou a ida da corte para o Brasil, as invasões francesas e a presença militar inglesa que contribuíram para a “(...) introdução e difusão de novas práticas de lazer ou associativas”¹⁰ e o período correspondente às revoluções liberais – 1820–1834, com particular destaque para o triénio 1820–1823, no qual se esboçaram as coordenadas de um novo sistema político¹¹ que possibilitou o desenvolvimento de um movimento associativo¹², de teor formal e informal, que marcou a sociedade portuguesa oitocentista.

O desempenho do poder passou a estar submetido à vigilância e participação dos cidadãos o que fez com que o próprio estado promovesse a criação de canais de ligação com o meio no qual exercia a sua actividade. “*Trata-se de fundamentar um princípio de legitimação que, com base no uso da razão e da publicidade crítica, tornando públicos os actos do poder, racionalize e universalize uma forma de organização e de domínio social. A importância das normas culturais e políticas, é, doravante pública: o desenvolvimento do espaço público enquanto legitimação de novas estruturas normativas e de novas relações sociais, adquire presença histórica*”¹³.

Este período de, aproximadamente um século, serviu de balão de ensaio para a introdução e experimentação de novos padrões de relacionamento e comportamento que atingiram o seu apogeu na segunda metade do século XIX¹⁴. A relativa acalmia política que a Regeneração proporcionou e o novo enquadramento legal promovido pelo liberalismo possibilitaram o desenvolvimento e aprofundamento das experiências efectuadas no período precedente. Fátima Nunes destaca o “(...) carácter muito mais vulgarizado (...)” que

a legalidade institucional, a tudo quanto anteriormente apenas se anunciava, e pronunciava, em círculos literários”. NUNES, (2001).

⁸ LOUSADA (1995) p. 394.

⁹ LOUSADA (1995) pp. 394/395.

¹⁰ Sobre a actividade e o significado da criação da Academia Real das Ciências veja-se por exemplo: NUNES (2001) pp. 40–45.

¹¹ LOUSADA (1995) p. 395.

¹² Cf. LOUSADA (1995) pp. 394/395.

¹³ Cf. LOUSADA (1995) p. 395.

¹⁴ ALVES (1998) p.17.

¹⁵ Cf. LOUSADA (1995) p. 396.

a leitura adquiriu. “*É o período do triunfo das importantes marcas editoriais (...) com grandes tiragens*”¹⁵, até porque os espaços de leitura multiplicaram-se, “*Surgem, então, as bibliotecas populares e as de família, com colecções de títulos variadas*”¹⁶, aumenta o número de gabinetes de leitura¹⁷.

O movimento associativo de cariz popular e recreativo, polarizador do interesse de diversos sectores da população, intensificou-se e esteve na origem do aumento das possibilidades de recreação e formação cultural¹⁸. Os espectáculos cénicos como o teatro e a música adquiriram uma proeminência crescente e o público foi chamado a intervir, de forma “activa ou meramente passiva e “decorativa”¹⁹ nos mais diversos eventos, com particular destaque para as manifestações cívicas centenárias (os centenários de Camões e de Pombal²⁰) e as Exposições Industriais, Internacionais e Universais²¹, autênticas catedrais do progresso.

Os eventos e espaços que convidavam ao relacionamento entre diferentes actores intensificaram-se de tal forma que alguns autores consideram que “*no século XIX a cultura sai à rua, sobretudo à rua da cidade*”²², já que os diferentes fenómenos de produção/reprodução cultural destinavam-se essencialmente aos habitantes do tecido urbano²³. Citando Maria Ana Bernardo “*A paisagem cidadina é, mais do que qualquer outra, o resultado da apropriação social do espaço físico*”²⁴, prova disso é a importância que, pelo menos teoricamente²⁵, o Passeio Público adquire, tornando-se o símbolo de uma “nova arte de viver”²⁶.

Foi neste contexto de desenvolvimento e aprofundamento das sociabilidades mundanas que os jornais de informação²⁷ fizeram o seu aparecimento,

¹⁵ NUNES (1990) p. 264.

¹⁶ NUNES (1990) p. 264.

¹⁷ Cf. TORRALBA; VARGUES (1993) p. 689.

¹⁸ Cf. BERNARDO (2001) p. 44; TORRALBA; VARGUES (1993) p. 687.

¹⁹ Cf. TORRALBA; VARGUES (1993) p.685.

²⁰ Sobre este assunto veja-se por exemplo: CATROGA (2000).

²¹ Sobre esta temática veja-se por exemplo: MOURÃO; MATOS; GUEDES (1998).

²² TORRALBA; VARGUES (1993) p.686.

²³ Cf. TORRALBA; VARGUES (1993) p. 686.

²⁴ BERNARDO (2001) p. 40.

²⁵ Cf. BERNARDO (2001) p. 59.

²⁶ Cf. LOUSADA (1995) p. 404.

²⁷ O conceito de periódicos de informação reporta-se a uma tipologia de jornais criados no século XIX, em diferentes países da Europa e nos EUA, que se definem pela inclusão de uma diversidade temática e geográfica que inclui assuntos de carácter político, social, económico e cultural relativos ao território nacional e internacional, apresentados ao público de forma pretensamente neutral. A objectividade e veracidade das notícias, bem como a actualidade dos acontecimentos divulgados constitui, a par com a versatilidade temática, uma preocupação fulcral destes projectos criados com o intuito de infor-

afirmando-se como elementos determinantes na construção de um novo espaço de circulação de ideias. A adopção de novas fórmulas de produção e de distribuição conduziu à criação de um produto acessível, em termos económicos e psicológicos, a uma grande diversidade de indivíduos²⁸ que, por sua vez, possibilitou a sua expansão para além de uma elite educada, transformando-os nos percursos dos meios de comunicação de massas²⁹.

As coordenadas da produção jornalística alteraram-se e assistiu-se à inauguração de uma nova etapa, na qual se esboçaram os alicerces que suportam a moderna indústria jornalística. De facto, "(...) *les journaux semblent avoir rompu les lieux traditionnellement entenus, dans le cadre d'une production artisanale, avec les élites politiques, économiques, intellectuelles, qui constituaient le socle de leur public, pour s'engager dans l'âge industriel du lectorat de masse*"³⁰.

O *Diário de Notícias* surgiu em Portugal, em 1864, como o pioneiro desta nova tipologia de imprensa, na base da qual encontramos as raízes do jornalismo contemporâneo. Do conjunto de coordenadas que marcaram o novo *modus faciendi* no mundo do jornalismo destacamos o sistema de recolha de informações utilizado, em particular as fontes institucionais que forneciam notícias ao *Diário de Notícias*.

A necessidade de alimentar um jornal diário, com um corpo temático e geográfico diversificado, conduziu ao estabelecimento de contactos com uma pluralidade de instituições, com diferentes funções e esferas de influência. Para além de permitir obter uma quantidade significativa de matéria prima a teia de relações estabelecida contribuiu para a aquisição de um maior número de leitores, que tinham oportunidade de ver abordadas nas páginas do periódico temáticas que se inseriam na sua área de interesses e que muitas vezes lhes diziam directamente respeito. Destacamos, por exemplo, a publicação de convocatórias para reuniões dos mais diversos grupos.

Num momento de profundas transformações políticas, económicas, sociais, culturais, caracterizado pela tentativa de implementação de novos modelos de orientação fundamentados no novo ideário que adquiriu expressão nos séculos XVII e XVIII³¹, existiam de facto muitas possibilidades de

mar/formar o público leitor. A informação, entendida a partir das coordenadas anteriormente referidas surgiu como a grande marca de distinção das novas publicações.

²⁸ Cf. DELPORTE (1999).

²⁹ Cf. MCQUAIL (1991); DELPORTE (1999).

³⁰ DELPORTE (1998) p. 93.

³¹ Cf. HAZARD (1971); (1989); HOF (1995).

estabelecer elos de ligação com diferentes organismos. As diferentes instituições encontravam-se numa fase em que procuravam elas próprias afirmarem-se, consolidarem posições e construir a sua identidade. Os jornais ofereciam um espaço de expressão com enormes potencialidades que se desenvolveram à medida que aumentou a sua rede de difusão.

As páginas do *Diário de Notícias* eram, em parte, alimentadas por material fornecido por instituições políticas, instituições científicas/culturais, instituições de educação/beneficência, instituições económicas/financeiras, instituições jurídicas, instituições militares, instituições eclesásticas, instituições de lazer, por outras empresas jornalísticas, por agentes representantes de diferentes campos de acção como a comunicação e os transportes, o associativismo e o mutualismo, as prisões, a diplomacia e a burocracia de Estado.

Nos conteúdos apresentados proliferam as alusões às ideias de crença na razão, no progresso, nas capacidades da ciência, no aperfeiçoamento do ser humano que se desenvolveu na esteira do utilitarismo e do filantropismo que colocaram a educação e a instrução no centro das discussões sobre o edifício social³². No fundo todo o ideário que marcou as vivências oitocentistas encontra-se presente nos diferentes números do jornal que constrói a sua identidade e fundamenta a sua legitimidade a partir dos "mitos" que caracterizam o imaginário do século XIX. O próprio periódico, num balanço efectuado após um mês e meio de existência, refere que "*A ideia fundamental do Diário de Notícias, por útil e civilizadora, encontrou numerosos adeptos, assim no ilustrado publico lisboense, como no das províncias (...)*"³³. As coordenadas de orientação do jornal são apresentadas como parte integrante de todo um processo de renovação cultural e social que surgiu na sequência da herança deixada pelos ideólogos do iluminismo e que atingiu a sua maturidade no período de oitocentos em diversos países da Europa³⁴. A imagem divulgada acabou por facilitar uma aproximação a um conjunto multifacetado de actores individuais e colectivos.

No domínio das instituições políticas é possível detectar a existência de relações, muitas delas com carácter de permanência, com órgãos de administração central (Ministério do Reino, Ministério das Obras Públicas, Ministério da Marinha, Câmara dos Dignos Pares do Reino, Câmara dos Deputados, Câmara Electiva e Câmara Legislativa) e local (Câmara Municipal de

³² Cf. VARGUES; RIBEIRO (1993) pp. 213-251.

³³ *Diário de Notícias*, nº 40, Dia 18 de Fevereiro de 1865.

³⁴ Cf. VARGUES; RIBEIRO (1993) pp. 213/214.

Lisboa, Câmara Municipal do Porto, Câmara Municipal de Coimbra) que forneciam informações sobre as actividades desenvolvidas³⁵ nas respectivas áreas de competência. Num momento de experimentação de novas teorizações políticas revelou-se indispensável aos governos liberais utilizar instrumentos que permitissem validar as novas concepções de poder. A cedência de informações ao *Diário de Notícias*, por parte de diferentes órgãos da administração central e local, acabava assim por incorporar duas vertentes. Não era apenas a legitimação do periódico que estava em causa mas também do próprio poder instituído.

Um dos alicerces fundadores da nova ordem foi o sistema judicial, responsável pela elaboração de textos normativos sobre os direitos e deveres dos cidadãos que deveriam regular o conjunto de relações estabelecidas entre os diferentes actores sociais³⁶. O novo modelo de racionalidade e de moralidade que suportou a matriz liberal implicou uma definição, por escrito, de normas de conduta que garantissem uma aplicação efectiva dos princípios de “igualdade” e de “liberdade”³⁷ e que, acima de tudo, conduzissem a uma transição pacífica de uma matriz de pensamento e de acção para outra.

A utilização de instrumentos de controlo e punição tornou-se indissociável das preocupações com a ordenação/moralização da sociedade³⁸. As prisões surgiram, neste contexto, como uma fórmula aparentemente acabada de gerir a delinquência e o crime, contendo em si fins não apenas punitivos mas também regeneradores³⁹. “*Na esteira dos filantropos e do projecto educativo dos utilitaristas acreditava-se que a prisão podia transformar decisivamente um homem*”⁴⁰. As preocupações com a ordem, para além das construções referidas, engloba-

ram uma forte “campanha de propaganda” destinada a fazer chegar mensagens à opinião pública. A imprensa tornou-se um dos principais meios utilizados para tentar transmitir as ideias pretendidas. Citando Maria José Moutinho “*O jornalismo tornara-se um importante meio formador de opinião e mentor de costumes*”⁴¹.

Ao *Diário de Notícias* chegavam, com frequência, informações transmitidas pelo Supremo Tribunal de Justiça, pelo Tribunal da Boa Hora e pelo Tribunal da Relação de Lisboa. Os conteúdos apresentados englobavam desde pormenorizados relatórios de julgamentos nos diferentes distritos criminais a despachos de justiça e relações de jurados. Para além das notícias dos tribunais chegavam dados sobre diferentes ocorrências policiais, obtidos através da penitenciária central de Lisboa, da Guarda Municipal da capital, do Comissariado da 3ª divisão distrital, da cadeia do Limoeiro e de várias cadeias civis. Paralelamente à descrição dos crimes cometidos era feita, com frequência, a divulgação do número de indivíduos presos e, muitas vezes, do nome dos mesmos. Este conjunto de informações permitia demonstrar ao cidadão a actuação da máquina da justiça, a descrição pormenorizada dos crimes e dos julgamentos “*(...) transportava o leitor ao lugar da força, onde testemunhava a actuação do braço da justiça numa partilha simbólica da função de punir*”⁴².

Um conjunto diverso de esclarecimentos sobre a Instituição Militar, que continha indicações sobre o serviço de guarnição da cidade de Lisboa, sobre o recrutamento militar, sobre nomeações/promoções nos corpos do exército e da marinha, sobre o sistema normativo instituído e sobre os julgamentos efectuados pelos Tribunais Militares completava o leque de notícias publicadas pelo *Diário de Notícias* que permitiam, por um lado, demonstrar a aplicação prática de uma matriz jurídica, por outro a existência de mecanismos de poder, capazes de suportar o sistema normativo instituído.

A implementação de uma nova ordem, para além das alterações no campo político e judicial, implicava a adopção de medidas que permitissem, por um lado, preparar o conjunto de cidadãos para compreenderem as formulações teóricas apresentadas, por outro a criação de “infra-estruturas” que conduzissem ao progresso da nação. A ignorância era considerada a principal causa da perversão dos homens⁴³. No projecto de “instrução pública” apresentado por

³⁵ Para além dos organismos administrativos já referidos há um conjunto de documentos relativos ao funcionalismo do estado que são divulgados nas páginas do *Diário de Notícias*. Atendendo à diversidade que caracteriza a documentação encontrada considerou-se pertinente catalogá-la como avulsos do estado. Integram esta categoria as seguintes informações: avisos aos juristas sobre o pagamento de juros; concursos para provimento de lugares de professores e de funcionários das alfândegas, resultados das contas da gerência do Ministério do Reino, despachos administrativos efectuados pelo ministério da fazenda e pelo ministério do reino, quantias despendidas pelas juntas gerais dos distritos com o serviço dos expostos, valores da dívida flutuante do país, cartas régias com concessão de mercês, participações aos directores de estabelecimentos e instituições de instrução secundária, quadros de pessoal e vencimentos respectivos para o serviço das obras públicas nas províncias ultramarinas, rendimento dos cofres das recebedorias de décimas do distrito de Lisboa, valores gastos com os oficiais anualmente, valores do tesouro.

³⁶ Cf. SERRÃO (1986), vol. VIII, pp. 212–218.

³⁷ Cf. MARQUES (1993), pp. 179/180.

³⁸ Cf. FOUCAULT (1999).

³⁹ Cf. SANTOS (1998) pp. 31/32.

⁴⁰ SANTOS (1998) p. 32.

⁴¹ SANTOS (1993) p. 101.

⁴² SANTOS (1993) p. 100.

⁴³ Cf. TORGAL (1993) p. 609.

Luís Mouzinho de Albuquerque é referido que “*O vosso primeiro cuidado, depositários da confiança de um povo livre, deve ser dissipar as trevas e fazes raiar o mais cedo e o mais amplamente possível a luz brilhante da verdade própria, para patentear toda a beleza da liberdade e da justiça*”⁴⁴. A educação e a instrução tornaram-se assim numa das principais preocupações dos governos liberais⁴⁵. As elevadas taxas de analfabetismo existentes⁴⁶ eram consideradas um poderoso obstáculo ao desenvolvimento. Em 1835 iniciaram-se as primeiras acções políticas tendentes a uma reforma estrutural nesta área⁴⁷.

A diversidade de instituições de ensino/beneficência⁴⁸ referidas nos conteúdos do *Diário de Notícias* demonstram a importância que a educação/instrução assumiu durante o século XIX. Os diferentes estabelecimentos, localizados maioritariamente na cidade de Lisboa⁴⁹, enviavam várias informações sobre o seu funcionamento que englobavam desde indicações sobre o calendário escolar à divulgação dos resultados obtidos pelos alunos e à atribuição de prémios de mérito a alguns dos seus membros.

A publicação de actividades desenvolvidas neste campo destinava-se, sobretudo, a chamar a atenção da opinião pública para a importância do ensino no aperfeiçoamento do ser humano. As iniciativas promovidas por diferentes instituições científicas/culturais, divulgadas nas páginas do periódico, reforçavam esta ideia.

Para além das acções desenvolvidas com vista à instrução da população que englobava, desde sessões de esclarecimento sobre temáticas diversas a cursos de alfabetização, este tipo de organismos revelou-se fundamental para o avanço da investigação científica que se transformou num dos “motes” do discurso

político oitocentista⁵⁰. O reconhecimento da utilidade social da ciência conduziu a uma profunda renovação e desenvolvimento de trabalhos nesta área. Assistiu-se, por um lado, à ampliação do *corpus* de conhecimentos em diferentes matérias e, por outro lado, à constituição de novas áreas de abordagem⁵¹.

Em Portugal são diversos os referentes que nos permitem ir ao encontro da valorização das práticas científicas. No *Diário de Notícias* surgem diferentes pistas. Destacamos duas das principais instituições de prestígio na sociedade da época: a *Academia Real das Ciências* e a *Sociedade de Geografia de Lisboa*, que funcionavam como polos de atracção e aglutinação da “*intelligencia*” do Portugal de oitocentos⁵². Para além destas duas referências encontramos informações fornecidas por um conjunto diversificado de agentes que representam áreas de intervenção específicas como a medicina⁵³, a meteorologia⁵⁴, a antropologia⁵⁵, as artes⁵⁶, a divulgação literária⁵⁷.

A pluralidade de exigências colocadas à ciência, interpretada como motor do progresso, fez com que esta fosse uma temática presente nos mais diversos campos de acção. Uma das áreas onde se tornou mais visível a vocação social da ciência foi através das aplicações feitas no domínio da tecnologia⁵⁸, até porque a interpretação do conceito de progresso feita pelos ideólogos de oitocentos comportava, por um lado uma vertente moral, por outro uma vertente material⁵⁹. A existência de um mundo de prosperidade e abundância, extensível a todos os cidadãos, era considerada uma das metas dos teóricos da nova ordem.

A acalmia política e militar, vivida no Portugal da segunda metade do século XIX, tornou possíveis diversas intervenções no plano material que, na sua maior parte ficaram associadas à figura de Fontes Pereira de Melo⁶⁰. Para além da criação de uma plataforma política que enquadrasse as inovações que se pretendiam introduzir, tornou-se necessário promover a criação de instru-

⁴⁴ TORGAL (1993) p. 609.

⁴⁵ Cf. TORGAL (1993) p. 609.

⁴⁶ Cf. REIS (1998) pp. 75–79.

⁴⁷ Cf. TORGAL (1993) p. 611.

⁴⁸ Em virtude do papel desempenhado por diferentes estabelecimentos de beneficência no ensino elementar considerou-se pertinente incluir este tipo de organismo juntamente com outras instituições de educação existentes. Cf. por exemplo: RIBEIRO, José Silvestre (1876–1882) vol. VI, pp. 236–248; vol. X, pp. 269–273, 281–303, 303–309; TORGAL (1993) pp. 620/621.

⁴⁹ Como exemplo destacamos a Academia Real das Belas Artes de Lisboa, o Colégio da Escola Académica, o Colégio da Rua Nova do Almada, o Colégio da Santíssima Trindade, o Colégio de Nossa Senhora do Monte Carmo, o Colégio Parisiense, o Conservatório Real de Lisboa, a Escola Académica, a Escola da benemérita irmandade do Santíssimo de São Nicolau, a Escola de Medicina de Lisboa, a Escola Industrial Gil Vicente, a Escola Politécnica, o Instituto Geral de Agricultura, o Instituto Industrial de Lisboa, o Liceu de Coimbra, o Asilo de N. Sra. Da Conceição para as raparigas abandonadas, o Asilo do Lumiar, o Asilo dos órfãos desvalidos da freguesia de Santa Catarina, as Casas de asilo da infância desvalida de Lisboa, o Hospital dos expostos de Lisboa, a Casa Pia de Lisboa, a Santa Casa da Misericórdia.

⁵⁰ Cf. PEREIRA; PITA (1993) pp. 66/67.

⁵¹ Cf. PEREIRA; PITA (1993) p. 653.

⁵² Cf. por exemplo: PEREIRA; PITA (1993) p. 666; TORGAL (1993) pp. 650/651.

⁵³ Hospital de São José e Anexos; Hospital de Rilhafoles; Junta Consultiva de Saúde Pública, Conselho de Saúde Pública, Comissão Sanitária.

⁵⁴ Observatório do infante D. Luiz. Por vezes surgem indicações sobre medições efectuadas pelo termómetro de J. P. Lacaze.

⁵⁵ Congresso Antropológico.

⁵⁶ Sociedade Promotora de Belas Artes em Portugal.

⁵⁷ Livraria Académica.

⁵⁸ PEREIRA; PITA (1993) p. 666.

⁵⁹ Cf. HOBBSAWM (1988).

⁶⁰ Cf. RIBEIRO (1993) pp. 125/126.

mentos que permitissem a efectivação das medidas pensadas. O recurso ao crédito tornou-se uma estratégia vital para a concretização de uma política de incremento de obras públicas, atendendo ao estado deficitário do Erário Régio⁶¹. A procura existente fomentou a criação e/ou o desenvolvimento de diferentes instituições bancárias⁶² que assumiram, no domínio das instituições económico/financeiras, que alimentam as páginas do *Diário de Notícias*, um lugar de destaque⁶³. Para além da publicitação da sua actividade estas instituições divulgavam periodicamente os resultados de contas.

As alfândegas⁶⁴ e a praça de Lisboa também detinham uma posição privilegiada nos conteúdos do jornal já que ocupavam um espaço quase permanente. A divulgação dos rendimentos e, por vezes, do tipo e quantidade de produtos exportados pelas alfândegas, bem como das cotações do dia na Praça/Bolsa de Lisboa são informações que se encontram em grande parte dos números publicados.

Algumas companhias e indústrias⁶⁵ completavam o leque de instituições económico/financeiras que forneceram matéria-prima ao *Diário de Notícias*. Estes organismos, juntamente com as referências encontradas no domínio dos transportes e das comunicações, que incluíam notícias sobre as linhas férreas existentes, sobre os horários dos comboios, sobre os horários das carreiras no Tejo, sobre o tráfego de correspondência, sobre o movimento telegráfico do reino, fornecidas pelas entidades responsáveis, surgem como referentes da dinamização do Portugal de oitocentos.

O associativismo, nas suas diversas vertentes e muitas vezes híbridas formações⁶⁶, surge como outro indicador passível de ser utilizado para enten-

⁶¹ Cf. RIBEIRO (1993) p. 126; MENDES (1993) p. 322.

⁶² Cf. SERRÃO (1986) vol. IX, pp. 251–255; SERRÃO (1992) pp. 283–288.

⁶³ Como exemplo destacamos o Banco Aliança do Porto, o Banco Commercial de Coimbra, o Banco Commercial do Porto, o Banco de Hespanha, o Banco de Lisboa, o Banco de Portugal, o Banco do Minho de Braga, o Banco do Povo de Lisboa, o Banco Lusitano de Lisboa, o Banco Mercantil Portuense, o Banco Nacional Ultramarino de Luanda, o Banco União do Porto, a Caixa de Crédito Industrial de Lisboa, a Companhia Geral do Crédito Predial Português de Lisboa, os Estabelecimentos Bancários Anónimos de Lisboa e Porto, o Banco do Douro, a Nova Companhia de Utilidade Pública do Porto, o *London e Brazilian Bank* com sede em Londres e filiais em Lisboa e no Porto, o *Brazilian and Portuguese Bank*.

⁶⁴ Alfândega de Angola, Alfândega de Consumo, Alfândega de Goa, Alfândega de Lisboa, Alfândega de Luanda, Alfândega de Mossamedes, Alfândega de Setúbal, Alfândega do Algarve, Alfândega do Funchal, Alfândega do Porto, Alfândega Municipal.

⁶⁵ Companhia das Águas, Companhia de Seguros Tranquilidade do Porto, Companhia Fidelidade, Companhia Fundação Typográfica do Porto, Companhia Lisbonense de Iluminação por meio de gás, Pollack Shmidt e C^a – Sociedade de Acções, Companhia das Lezírias, Fábrica de Fundação da Companhia Perseverança.

⁶⁶ Cf. GOODOLPHIM (1876); SERRÃO (1992) pp. 238 239; ROSENDO (1996).

der algumas das transformações que ocorreram na cena económica e social nacional. A liberdade de comércio defendida pelos liberais era incompatível com a permanência da instituição corporativa baseada na exclusividade e no privilégio, herdada do período medieval⁶⁷. Tornou-se necessário encontrar novas fórmulas de associações que se enquadrassem nas teorizações defendidas e que permitissem dar resposta às necessidades dirimentes das mudanças vividas pela sociedade oitocentista.

As soluções encontradas, ao nível do movimento associativo, no Portugal do século XIX são numerosas. Nos números do *Diário de Notícias* consultados encontrámos inúmeras instituições associativas⁶⁸, nomeadamente de carácter mutualista, que forneceram informações sobre os objectivos da sua constituição, alguns dos eventos promovidos e, muitas vezes, sobre as datas e locais de reunião dos seus sócios. A maior parte destas diferentes associações desempenhou um papel fundamental na vida cultural do país que sofreu diversas transformações, na sequência da introdução de uma nova ordem política e social.

No *Diário de Notícias* assistiu-se à publicação regular de indicações sobre os espectáculos do dia na capital. Destaca-se a importância do teatro que, definido como “meio de civilização” se transformou na grande manifestação de espectáculo urbano com um cariz mais burguês ou popular⁶⁹. Esporadicamente surgiam informações sobre as actividades desenvolvidas pelo Teatro de São João no Porto. Paralelamente aos dados relativos ao “mundo teatral” eram divulgados os eventos promovidos pelo Coliseu dos Recreios, pelo Casino Lisbonense, pelo Circo de Price, pelo Salão Meyerbeer, pelo Clube Equestre e pelo Jardim Zoológico.

As festas e ritos religiosos, formas singulares de sociabilidade, pela sua ligação ao culto⁷⁰, também eram referidas no *Diário de Notícias*. A tentativa de

⁶⁷ Cf. SERRÃO (1986) pp. 269–275; (1992) pp. 236–238.

⁶⁸ Como exemplo destacamos o Monte Pio Aliança, o Monte Pio Commercial, o Monte Pio da Marinha Grande, o Monte Pio das Alfândegas do Reino, o Monte Pio Eborense, o Monte Pio Geral, a Associação de Socorros Mútuos de Lisboa, o Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, a Associação Typographica Lisbonense e Artes Correlativas, a Associação da classe dos Manipuladores de Tabaco, a Associação dos Lojistas de Lisboa, a Associação Commercial de Lisboa, a Associação Académica de Lisboa, a Associação Civilização Popular, a Associação dos Empregados no Comércio e Indústria da Cidade de Lisboa, a Associação dos Advogados, a Associação dos Engenheiros Civis, a Associação dos Jornalistas e Escriutores Portugueses, a Associação dos Funcionários Públicos, a Associação dos Empregados no Comércio da Lisboa, a Associação Protectora da Infância Pobre, a Real Associação de Agricultura, a Sociedade das Casas de Asilo da Infância Desvalida De Lisboa, a Assembleia dos Empregados do Estado.

⁶⁹ Cf. TORGAL; VARGUES (1993) p. 686.

⁷⁰ Cf. LOUSADA (1995) p. 245.

evitar a eclosão de conflitos sociais e de garantir uma transição pacífica para uma nova estruturação política e social exigiu o concurso da igreja e dos valores do cristianismo, não numa linha de continuidade com o *Antigo Regime* mas, progressivamente, sob diferentes formatações, mais concordantes com as orientações dos liberais que passaram por uma maior integração da igreja no sistema constitucional⁷¹. Para além das indicações sobre as festas e ritos religiosos a instituição eclesiástica enviava também para o jornal os dados relativos ao provimento de lugares de diferentes paróquias.

Uma amálgama de instituições, representantes dos mais diversos campos de acção, é o resultado do percurso efectuado para tentar decifrar as origens de parte da matéria-prima utilizada pelos redactores do *Diário de Notícias*.

O conjunto de estatísticas publicadas, na sequência das preocupações positivistas e racionalistas com a compilação e ordenação de dados que deveriam servir de base a muitas das providências administrativas⁷², permite aumentar o leque de fontes de informação já divulgadas e detectar a existência de relações com diferentes órgãos do poder central e local⁷³.

Outra referência importante é o conjunto de notícias fornecidas por diferentes personalidades que podem ser agrupadas em três grandes grupos: os detentores de cargos públicos no reino⁷⁴, os representantes oficiais de dife-

⁷¹ Cf. NETO (1993) pp. 272/273.

⁷² Cf. SERRÃO (1985) pp. 460-462.

⁷³ **Estatísticas comerciais e agrícolas:** consumo de carne no distrito da Horta, movimento de gado no matadouro à cruz do tabuado, exportação de gado pela barra de Lisboa, gado abatido no matadouro público, gado abatido nos matadouros municipais de Belém, mapa do movimento de cereais e seus preços, produção de cera em 1869 no distrito de Viana do Castelo, produção de mel e cera, movimento de navios e passageiros no porto de Lisboa, nota comparativa do movimento comercial do porto de Lisboa em comparação com outros portos nacionais e estrangeiros, número de faróis e luzes fixas em diferentes mares; **estatísticas demográficas:** população do conselho administrativo da Horta, número de escravos em África e na América, número de titulares em Portugal, enterramentos no cemitério da Ajuda, no cemitério dos Prazeres, nos cemitérios públicos da capital, relação de óbitos dos súbditos portugueses falecidos no Rio de Janeiro, relação de óbitos nas freguesias do Sacramento e de Santa Justa; **estatísticas políticas:** número de cidadãos inscritos no recenseamento eleitoral do concelho de Lisboa, sinopse, por freguesias, do número de eleitores elegíveis recenseados em 1869, quadro com os resultados da eleição do novo município de Lisboa; **estatísticas industriais:** sobre as profissões industriais do reino; **estatística judiciária** dos anos de 1878/1879; **estatísticas sobre o ensino:** número de estabelecimentos de instrução primária em Lisboa e no distrito de Coimbra; **estatísticas sobre o número de leitores** na Biblioteca Nacional e na Bibliotecas Municipais do Porto e de Setúbal; **estatísticas sobre o movimento postal e o movimento telegráfico** em Lisboa; **estatísticas sobre o número de pessoas inscritas nas empresas de Postos Médicos e sobre o número de pessoas que visitaram a exposição nacional de Belas Artes e os produtos da sessão fotográfica da Academia.**

⁷⁴ Como exemplo destacamos o Director Interino do Círculo das Alfândegas do Algarve, o Director da Alfândega de Setúbal, o Delegado de Saúde (Eduardo Burnay), o Director Geral de Instrução Pública, o Governador Civil de Lisboa, o Presidente dos Paços do Concelho, o Ministro da Marinha, o Ministro da Fazenda, o Ministro da Justiça, o Ministro das Obras Públicas, Diferentes Chefes de Distrito, o Director de Instrução Pública.

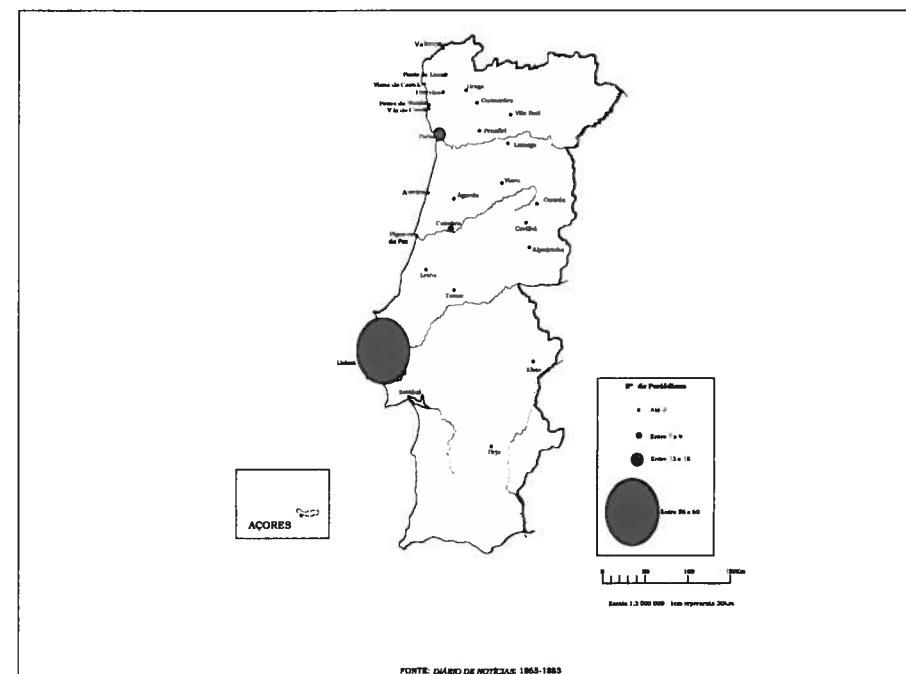


Figura nº 1 – Origem geográfica dos periódicos utilizados pelo *Diário de Notícias* para retirar informação: 1864-1885 – Portugal.

rentes países em Portugal⁷⁵ e os representantes oficiais de Portugal no exterior⁷⁶. A inclusão de menções a detentores de diversos cargos de chefia, nomeadamente a membros do governo, revela-se extremamente importante para a afirmação do jornal.

As informações chegavam ao jornal por diferentes vias, algumas eram entregues por representantes dos diversos organismos, outras eram enviadas por carta ou por intermédio do telégrafo, mas grande parte era recolhida por informadores do *Diário de Notícias* que percorriam diferentes locais da cidade de Lisboa em busca de notícias⁷⁷.

⁷⁵ Como exemplo destacamos a Legação da Alemanha em Lisboa, a Legação de Espanha em Lisboa, o Cônsul Geral de Espanha em Lisboa, o Cônsul de Antuérpia em Lisboa.

⁷⁶ Como exemplo destacamos o Governador de Lourenço Marques, o Governador Geral da Índia, o Vice Cônsul de Portugal no Cabo da Boa Esperança, o Cônsul de Portugal no Rio de Janeiro, o Cônsul Geral de Portugal em Amesterdão, o Cônsul de Portugal na Coreia, o Ministro de Portugal em Paris, os Representantes oficiais de Portugal em Florença, Londres e Tours.

⁷⁷ Cf. *Instrução e deveres para os informadores de casas de rua e ocorrências policiais, especialmente, e todos os mais factos, de toda a espécie que devem publicar-se*. Espólio Alfredo da Cunha – Caixa de folha nº 3 – Pasta 60 – Eduardo Coelho – Lotes 43/44.

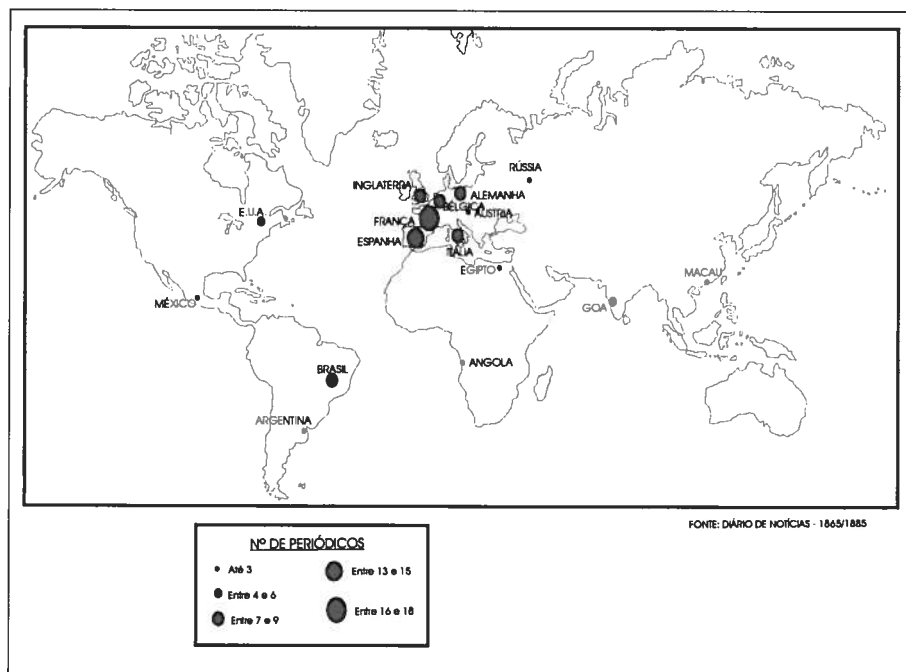


Figura nº 2 – Origem geográfica dos periódicos estrangeiros utilizados pelo *Diário de Notícias* para retirar informação: 1865-1885.

Para além das fontes de informação já referidas temos, a completar o leque de fontes institucionais do *Diário de Notícias*, diversos jornais nacionais e estrangeiros. A imprensa contemporânea, principal meio de obtenção de novidades internacionais até aos inícios do século XIX⁷⁸, continuou a ser um recurso utilizado com muita frequência durante todo o período de oitocentos, embora tenha, progressivamente, perdido importância com a adopção de novas estratégias de recolha de notícias. Logo no dia 3 de Janeiro de 1865 a administração do jornal informou que “A empresa do *Diário de Notícias* agradece a alguns dos seus colegas da imprensa de Lisboa e das províncias que já tiveram a delicadeza de lhes enviar as suas folhas em troca, e espera dever igual prova de boa confraternidade aos demais periódicos”⁷⁹.

A troca de informações era uma prática comum na imprensa oitocentista. Apesar de os periódicos nem sempre fazerem referência aos congéneres, que lhes servem de suporte, encontramos inúmeras indicações no *Diário de Notícias*

dos jornais de onde foi retirado material para elaborar o seu produto. O periódico contém inclusivé, até meados da década de 1880, uma secção intitulada *Eco dos Jornaes* onde é feita uma síntese dos assuntos abordados nalguns jornais nacionais localizados sobretudo nas cidades de Lisboa (*Commercio de Lisboa*, *Commercio de Portugal*, *Crença Liberal*, *Democracia*, *Diário da Manhã*, *Diário de Lisboa*, *Diário de Portugal*, *Diário Illustrado*, *Diário Popular*, *Discussão*, *Gazeta de Portugal*, *Gazeta do Dia*, *Gazeta do Povo*, *Jornal da Noite*, *Jornal de Lisboa*, *Jornal do Commercio*, *Nação*, *Portuguez e Revolução de Setembro*), Porto (*Commercio do Porto*, *Diário Mercantil*, *Nacional*, *Primeiro de Janeiro*), Coimbra (*Conimbricense*), Guimarães (*Religião e Pátria*) e Aveiro (*Campeão das Províncias*).

Os dados compilados permitem verificar que chegavam ao *Diário de Notícias* jornais de diferentes regiões do país produzidos não apenas nas cidades sede de distrito mas também em pequenas vilas⁸⁰. A maior percentagem era no entanto ocupada pela imprensa da capital. A proximidade geográfica, por um lado e por outro a oferta existente justificam os valores encontrados. Lisboa surgiu, durante o século XIX, como o maior polo de produção jornalística⁸¹. A seguir à cidade de Lisboa seguiam-se o Porto e Coimbra como locais com maior número de jornais referidos⁸². De uma forma geral era da faixa litoral, situada a norte do rio Sado que chegava uma maior quantidade de periódicos.

No que concerne ao noticiário internacional a matéria-prima chegava de países situados nos continentes europeu, africano, americano e asiático⁸³. A Europa surgia como a principal fornecedora de jornais com a França e a Espanha no topo hierárquico, seguidas da Itália, Inglaterra e Alemanha. No continente americano destacava-se a posição ocupada pelo Brasil e pelos Estados Unidos. Relativamente aos continentes africano e asiático eram as produções das colónias portuguesas que assumiam uma maior importância⁸⁴.

A divulgação do nome dos jornais utilizados surgia, por um lado, como uma forma de demonstrar aos leitores os potenciais de obtenção de informações que a empresa possuía, por outro como um meio de afirmação no contexto das demais produções jornalísticas nacionais que passava pela tentativa de uma “convivência pacífica” com os seus congéneres.

⁷⁸ Cf. fig nº1.

⁷⁹ Cf. TENGARRINHA (1989) pp. 232/233.

⁸⁰ Cf. fig nº1.

⁸¹ Cf. fig nº2.

⁸² Cf. fig nº2.

⁷⁸ Cf. PAZ REBOLLO (1990) p. 357.

⁷⁹ *Diário de Notícias*, nº 2, e de Janeiro de 1865, p. 3.

O estabelecimento de uma rede de contactos com um leque muito diversificado de organismos permite afirmar que o *Diário de Notícias* adoptou um modelo de implantação semelhante ao das principais instituições de prestígio/poder existentes. Ao permitir e promover a participação de uma pluralidade de entidades, com influência em diferentes campos, na elaboração do seu produto, ia não só adquirindo material que lhe permitia concretizar o objectivo de se tornar um noticiário de carácter universal, com notícias de todas as especialidades, mas também validando progressivamente a sua actividade. A concessão de espaços de expressão às mais diversas instituições surgia como uma forma de captar um leque diversificado de leitores que incluía elementos de diferentes estratos sociais existentes. A diversidade temática, que resultava da teia de relações construída, permitia satisfazer uma variedade de interesses e, neste sentido, tornava-se susceptível de captar a atenção de diferentes actores sociais.

Há que salientar que a rede de contactos estabelecida pelo *Diário de Notícias*, que surge neste trabalho como uma amostra de uma totalidade mais vasta⁶⁵, foi condicionada pelas próprias necessidades sentidas pelos diferentes organismos representados. A imprensa periódica tornou-se um instrumento necessário ao próprio funcionamento das instituições que utilizavam as páginas dos jornais para publicitar as suas actividades e legitimar a sua actuação perante a opinião pública.

Apesar de os jornais constituírem um universo de análise que extravasa a sua utilização como “espelhos”, mais ou menos fidedignos, de temáticas diversas⁶⁶, é um argumento consensual que os mesmos apresentam-se como importantes repositórios informativos que permitem ir ao encontro das coordenadas que marcaram o imaginário das vivências oitocentistas.

⁶⁵ A publicidade é um domínio que ficou por explorar e que, provavelmente, permitiria um acréscimo significativo do número de instituições que mantinham relações com o *Diário de Notícias*.

⁶⁶ Cf. por exemplo MIRANDA, Paula (2002).

Bibliografia

- ALVES, José Augusto dos Santos (1998) *A Opinião Pública em Portugal nos finais do século XVIII e princípios do século XIX*, Lisboa, UNL.
- BERNARDO, Maria Ana (2001) *Sociabilidade e Distinção em Évora no século XIX. O Círculo Eborense*, Lisboa, Cosmos.
- DELPORTE, Christian (1999) *Les Journalistes en France: 1880–1950. Naissance et construction d'une profession*, Paris, Seuil.
- DELPORTE, Christian (1998) “Presse et culture de masse en France (1880 – 1914)” in *Revue Historique*, t. 299, nº 605 – 606.
- FOUCAULT, Michel (1982) *L'archéologie du savoir*, Paris, Gallimard.
- FOUCAULT, Michel (1999) (2ª ed.) *Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões*, Petrópolis, Editora Vozes.
- GOODOLPHIM, Costa (1876) *A Associação, História e Desenvolvimento das Associações Portuguesas*, Lisboa.,s.n.
- GUEDES, Fernando (1987) *O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios para a sua História, séculos XVIII e XIX*, Lisboa.
- HABERMAS, Jurgen (1978) *L'Espace Public – Archéologie de la Publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*, Paris, Payot.
- HABERMAS, Jurgen (1992) “L'espace Public, 30 ans après” in *Quaderni: la revue de la communication*, nº 18, pp. 161 – 191.
- HABERMAS, Jurgen (1989) *The Structural Transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*, London, Cambridge.
- HAZARD, Paul (1971) *Crise da Consciência Europeia*, Lisboa, Cosmos.
- HAZARD, Paul (1989) (3ª ed.) *O Pensamento Europeu no século XVIII*, Lisboa, Editorial Presença.
- HOBBSAWM, Eric (1988) (2ª ed.) *A Era do Capital*, Lisboa, Editorial Presença.
- HOF, Ulrich Im (1995) *A Europa no Século das Luzes*, Lisboa, Presença.
- JORDI-BERRID (dir. de) (1997) *Un segle de recerca sobre comunicació a Catalunya. Estudi dels principals àmbits d'investigació de la comunicació de massa*, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona.
- KOSELLECK, Reinhart (1988) *Critique and Crisis: enlightenment and the pathogenesis of modern society*, Cambridge.
- LEE, A. J. (1976) *The Origins of the Popular Press in England, 1855 – 1914*, Croom Helm, Londres.
- LOUSADA, Maria Alexandre (1995) *Espaços de Sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*, Lisboa, FLL.
- LUISA HUMANES, María (1999) “Nacimiento de la Conciencia Profesional en los Periodistas Españoles (1883–1936)” in *Del gacetero al Profesional del Periodismo. Evolución histórica de los actores humanos del cuarto poder* (coord. de Carlos Barrera), Madrid, Editorial Fragua.
- MARQUES, Mário Reis (1993) “Estruturas Jurídicas” in *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 167 – 181.
- MARTIN, Marc (1992) *Contribution à l'histoire des journalistes et du journalisme en France (19e – 20e siècles) et à l'histoire de la publicité en France*, Paris, Université de Paris.
- MATHIEW, Michel; RIEFFEL, Rémi (dir. de) (1995) *L'identité professionnelle des journalistes. Actes du colloque de Strasbourg*, Strasbourg, Alphacom – CUEJ.
- MATOSSIAN, Chake (1985) “O espaço público e o vazio ou o aristotelismo das instituições” in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 2, Dezembro, pp. 41 – 48.

- MATTHELART, Armand (1997) *A Comunicação – mundo. História das Ideias e das Estratégias*, Lisboa, Instituto Piaget.
- MATTHELART, Armand (1996) *A Invenção da Comunicação*, Lisboa, Instituto Piaget.
- MATTHELART, Armand (1999) *A Mundialização da Comunicação*, Lisboa, Instituto Piaget.
- MAZA, Sara (1987) "Le Tribunal de la nation: les mémoires judiciaires et l'opinion publique à la fin de l'Ancien Regime" in *Annales*, nº 1 (Jan./Fev).
- MCQUAIL, Denis (1991 – 2ª ed.) (1ª ed. 1983) *Introducción a la teoría de la comunicación de masas*, Ediciones Paidós Ibérica, Barcelona.
- MENDES, J. Amado (1993) "Evolução da Economia Portuguesa" in MATTOSO, José (dir. de) *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 315 – 323.
- MESQUITA, Mário (2000) "Em louvor da Santa Objectividade" in *Jornalismo e Jornalistas*, nº1.
- MIRANDA, José A. de (1995) "Espaço Público, Política e Mediação" in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 21 – 22, pp. 129 – 166.
- MIRANDA, José A. de (1985) "Modernidade, espaço público e conflito de nomeações" in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 2, Dezembro, pp. 15 – 40.
- MIRANDA, Paula Cristina Galvão Mateus (2002) *As Origens da Imprensa de Massas em Portugal: o Diário de Notícias (1864-1889)*, Dissertação de Mestrado em Estudos Históricos Europeus, Universidade de Évora.
- MOURÃO, José Augusto; MATOS, Ana Maria Cardoso de; GUEDES, Maria Estela (1998) *O mundo ibero-americano nas grandes exposições*, Lisboa, Veja.
- MOZZICAFREDO, Juan (1985) "Liberalismo, Política e Democracia" in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 2, Dezembro, pp. 49 – 67.
- NETO, Vítor (1993) "O Estado e a Igreja" in MATTOSO, José (dir. de) *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 265 – 283.
- NUNES, Maria de Fátima (1994) *Leitura e Agricultura: a imprensa periódica científica em Portugal (1772 – 1852)*, Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Universidade de Évora.
- NUNES, Maria de Fátima (1990) "O fenómeno da difusão da leitura" in *Portugal Contemporâneo*, vol. II, Lisboa, Alfa, pp. 263 – 270.
- NUNES, Maria de Fátima (2001) "Opinião Pública, Ciência e Tecnologia – Portugal XVIII – XX" in *Tecnologias y Cultura en la Península Ibérica, siglos XVIII – XX*.
- NUNES, Maria de Fátima; PEREIRA, Sara Azevedo e Sousa Marques (1993) "O Espírito de Cadiz em "O Investigador Portuguez em Inglaterra (1808-1818)" in *Cultura: História e Filosofia*, Vol. VII, pp. 197-219.
- OLIVEIRA, José Manuel Paquete de (1988) *Formas de "Censura Oculta" na Imprensa Escrita em Portugal no Pós 25 de Abril (1974 – 1978)*, Lisboa, Universidade Técnica.
- OZOUF, Mona (1989) "Le concept d'opinion publique du XVIII siècle" in *L'Homme Régénéré: essais sur la Révolution Française*, Paris, Gallimard, pp. 21– 53.
- PALMER, Michael B. (1983) *Des Petits Journaux aux Grandes Agences. Naissance du journalisme Moderne: 1863– 1914*, Paris, Aubier.
- PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui (1993) "No Século das Explosões Científicas" in MATTOSO, José (dir. de) *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 653 – 667.
- PEREIRA, Augusto Xavier da Silva (1897) *Os Jornais Portugueses. Sua filiação e Metamorfozes*, Lisboa, Imprensa Libânio da Silva.
- QUÉRÉ, Louis (1992) "L'Espace Public: de la théorie politique à la métathéorie sociologique" in *Quaderni. La Revue de la Communication*, nº 18, pp. 75-92.
- RAGIN, Charles C. (1994) *Constructing Social Research. The Unity and diversity of Method*, United States of America, Pine Forge Press.
- RAMOS, Rui (1992) "A formação da intelligentsia portuguesa (1860–1880)" in *Análise Social*, vol. XXVII, nº 116– 117, pp. 483– 528.
- REIS, Jaime (1988) "O analfabetismo em Portugal no século XIX: algumas reflexões em perspectiva comparada" in *1º Encontro de História da Educação em Portugal*, pp. 75 – 79.
- REULLAN, Denis (1997) *Les "Pro" du Journalisme. De l'état au statut, la construction d'une espace professionnel*, Rennes, PUR.
- RIBEIRO, José Silvestre *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarquia*, 18 vols, Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciências.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (1987) "A imprensa Portuguesa e as revoluções europeias de 1848" in *Cultura: História e Filosofia*, vol. VI, pp. 413 – 453.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (1993) "A Regeneração e o seu significado" in MATTOSO, José (dir. de) *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 121 – 129.
- ROSENDO, Vasco (1996) *O Mutualismo em Portugal. Dois séculos de História e suas origens*, Montepio Geral, Lisboa.
- SANTOS, João Moreira dos (1995) *Imprensa empresarial: da informação à comunicação*, Porto, Asa.
- SANTOS, José Rodrigues dos (2001) *Crónicas de Guerra. Da Crimeia a Dachau*, Lisboa, Gradiva.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (1992) "A elite intelectual e a difusão do livro nos meados do século XIX" in *Análise Social*, vol. XXVII, nº 116– 117, pp. 539– 546.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (1985) "As penas de viver da pena (aspectos do mercado nacional do livro no século XIX)" in *Análise Social*, vol. XXI, nº 86, pp. 187 – 227.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (1988) "Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular, a cultura de massas)" in *Análise Social*, vol. XXIV, nº 101–102, pp. 697– 702.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (1993) "Os fabricantes dos gozos de inteligência – alguns aspectos da organização do mercado de trabalho intelectual no Portugal de Oitocentos" in *Análise Social*, vol. XIX, nº 75, pp. 7 – 28.
- SANTOS, Maria José Moutinho (1998) *A Sombra e a Luz. As prisões do liberalismo*, Porto, Edições Afrontamento.
- SCHUDSON, Michael (1978) *Discovering The News*, New York, Free Press.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1985-1999) *História de Portugal*, vol. I a IX, Lisboa, Editorial Verbo.
- SILVA, Filipe Carreira da (2001) "Espaço público e democracia: o papel da esfera pública no pensamento político de Habermas" in *Análise Social*, Vol. XXXVI (158– 159), pp. 435 – 459.
- TENGARRINHA, José (1989– 2ª ed.) *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Editorial, Caminho.
- TIMOTEO ÁLVAREZ, Jesús (1997) *Del Viejo Orden Informativo*, Madrid, Actas Editorial.
- TIMOTEO ÁLVAREZ, Jesús (1980) *Restauracion y Prensa de masas. Los engranajes de un sistema*, EUSA, Pamplona.
- TORGAL, Luís Reis (1993) "Instrução Pública" – o sentido e a força de um conceito liberal" in *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores.
- TORGAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel Nobre (1993) "Produção e Reprodução Cultural" in MATTOSO, José (dir. de) *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 685 – 696.
- VARGUES, Isabel Nobre; RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (1993) "Ideologia e práticas políticas" in MATTOSO, José (dir. de) *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 213– 251.

Tipografias Portuguesas no século XIX: O Ciclo da Internacionalização*

José Luís Assis

O fascínio pela arte de Gutenberg, vista como o símbolo de uma nova era que marcou o progresso do conhecimento científico e o ideal de «pansofia», a par da memória da Ciência, levou-nos a direccionar a nossa investigação e preocupações teóricas para a construção da memória das tipografias portuguesas do século XIX.

Neste estudo, procuramos demonstrar o que foi o impacto das tipografias na sociedade portuguesa do século XIX e a sua ligação à Europa através de uma comunidade ávida de captar os novos progressos técnicos e científicos na arte tipográfica.

Tivemos a oportunidade de constatar que a temporalidade e o espaço geográfico cobertos pelas tipografias é bastante alargado, o que nos possibilita falar dos diferentes momentos que identificaram os processos de modernização tecnológica e dos processos de impressão. A memória desses momentos compreende registos de cada oficina tipográfica, passando pela fundação, composição tipográfica e maquinaria, técnicos e sua formação técnica e científica, técnicas de impressão, sistemas de trabalho, produção tipográfica, reconhecimento e legitimação pelas diversas entidades científicas nacionais e internacionais em exposições nacionais, internacionais e universais, de uma arte que por circunstâncias naturais não pôde fugir às regras europeias.

Este tema que também se pode inserir na História da Ciência constitui, actualmente, um espólio valorizado do ponto de vista nacional e internacio-

* O presente trabalho, *Tipografias Portuguesas no século XIX: o Ciclo da Internacionalização*, surgiu a partir de uma abordagem sobre as tipografias durante a elaboração da dissertação de Mestrado relativa ao periodismo militar, mais propriamente, a *Revista Militar, (1849-1910): Sociedade Ciência e Memória Nacional* apresentada à Universidade de Évora em Dezembro de 2002 e, neste momento, em adaptação editorial com o título *Ciência e Técnica, da Regeneração à República*, Lisboa, Ed. Caleidoscópio, 2005.

nal, enquanto ligação à Europa e à espera de novas incursões e análises. Desempenha uma função muito importante do ponto de vista estruturante do Estado oitocentista a par da actividade de divulgação do saber científico preconizada pelos diferentes agentes.

Pretendemos com este estudo, valorizar a arte tipográfica, criando um novo espaço de reflexão e análise na procura de novas fontes no âmbito da História da Ciência.

Imprensa Nacional de Lisboa

Foi no seio de um conjunto de medidas reformistas¹ que, como forma de dar resposta a uma nova constituição do espaço cultural, foi instituída em Lisboa a *Impressão Regia* através do Alvará de 24 de Dezembro de 1768. Nele estão expressas, de forma clara, os objectivos para que foi criado: dar apoio aos órgãos de ensino² e a criação de uma escola de artes gráficas. Começou a funcionar regularmente no início do ano de 1769 numa oficina tipográfica adquirida pelo governo a Miguel Manescal da Costa. Foi-lhe anexada a fábrica de Caracteres³ de João Villeneuve e uma aula de gravura confiada a Joaquim Carneiro da Silva.

A administração da *Impressão Regia* era constituída por um director geral e um deputado, ambos de nomeação régia, um mestre impressor e todos os elementos necessários à laboração da oficina tipográfica bem como outros trabalhadores considerados indispensáveis. A administração da *Impressão*

¹ Nessas medidas podemos incluir a reforma dos Estudos Menores e a criação da Real Mesa Censória cujo objectivo foi a administração e direcção das escolas para as «primeiras idades», a criação da Aula de Comércio (1759), a fundação do Colégio dos Nobres (1761) e a reforma da Universidade de Coimbra (1772).

² «Foi o marquês de Pombal, o (...) ministro de-el-rei D. José I, que (...) pôz por obra o pensamento da criação de um estabelecimento, que fosse exemplar e escola da typographia em todos os seus ramos, em que se cultivasse a arte pela arte, e ao mesmo tempo se procurasse (...) facilitar a diffusão de instrução publica, estampar por preços modicissimos os livros elementares, de que para as escolas recém-abertas ou restauradas se carecia (...)». Cit., José Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Científicos Litterarios e Artísticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*, Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, pág. 313. Cfr. CANAVARRO, Pedro, [et al], (1975), «A Impressão Regia e a Cultura Portuguesa do Século XVIII», *Imprensa Nacional, Actividade de uma Casa Impressora*, vol. I, 1760-1800, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pág. 32.

³ A Fábrica de Caracteres tinha como função o fabrico de grandes quantidades de letras para utilização na *Impressão Regia* e o provimento de todo o Reino, uma vez que estava proibida a utilização de letras estrangeiras. Nela era ministrado o ensino dos seus aprendizes e a de professores para o Reino.

Regia durou até 1801, data do falecimento do seu administrador Miguel Manescal da Costa e que passou a designar-se de Imprensa Nacional.

Pelo decreto de 7 de Dezembro de 1801, é determinada a direcção responsável pela administração da Imprensa Nacional. Faziam dela parte o Desembargador, Domingos Monteiro de Albuquerque e Amaral, director Geral; João Guilherme Christiano Muller e Alexandre António das Neves, segundos directores; Simão Thaddeu, administrador e Marcos Aurelio Rodrigues, tesoureiro. Foram nomeados como directores literários Custódio José de Oliveira e Joaquim José da Costa e Sá, professores régios; Hypolito José da Costa, bacharel e o Frei José Mariano da Conceição Velloso. Tinham como função zelar pelo progresso técnico do estabelecimento e continuar com a impressão de todos os livros e obras literárias impressos na *Casa Litteraria do Arco do Cego* agora incorporada na Imprensa Nacional.

Em 1803, através do decreto de 19 de Abril, foi concedido à Imprensa Nacional o privilégio exclusivo da impressão de todos os papéis volantes do Reino. Como esta medida afectou muito as tipografias particulares, resolveu o governo do reino, através do aviso de 18 de Julho, indemnizar os proprietários das tipografias particulares, permitindo-lhes que continuassem a imprimir os referidos papéis à excepção dos registos a serem utilizados pelas diferentes repartições do Estado, civis e militares⁴.

Na sessão de 22 de Fevereiro de 1823, o Ministro do Reino Filipe Ferreira de Araújo e Castro referia-se à Tipografia Nacional como sendo uma instituição do reino que prestava grande utilidade à Nação e ao serviço público.

Em 1825, existiam na *Typographia Nacional* 12 prelos de bronze, 3 de ferro, 2 dos quais ingleses, 13 de madeira e 153 jogos de caixas com tipos. Na fundição existiam punções, matrizes, moldes e arrâteis de tipo em vidro. Estava dotada de bons prelos e de boa letra que se procuravam aperfeiçoar. Durante a administração de Joaquim Antonio Xavier Annes da Costa compreendida entre os anos de 1811 a 1833, foram publicados cerca de 2.000 volumes, nos quais é possível verificar a regularidade de trabalho de composição, a revisão escrupulosa, a impressão feita com bastante nitidez e a boa e adequada qualidade do trabalho⁵.

⁴ José Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Científicos Litterarios e Artísticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*, Tomo III, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1873, pp. 282-283.

⁵ Idem, pág. 204.

Em finais de 1833, encontravam-se à frente da administração da *Typographia Nacional* distintas personalidades do mundo da cultura e da política como Rodrigo da Fonseca Magalhães, António de Oliveira Marreca, José Liberato Freire de Carvalho, José Frederico Pereira Marecos e Firmo Augusto Pereira Marecos⁶.

É, efectivamente, a partir de Agosto de 1838 com a tomada de posse de José Frederico Pereira Marecos que a Imprensa Nacional viria a conhecer o mais elevado esplendor. A sua nomeação como administrador daquele estabelecimento marcou uma época de grande desenvolvimento e prosperidade. Estudou aquele estabelecimento e, em 1841, dirigiu ao ministro do reino um relatório no qual recomendava a necessidade de se proceder à melhoria da *Typographia Nacional*. O seu estudo levou a que o governo do Reino disponibilizasse uma verba de 8.000\$000 réis para que José Frederico Pereira Marecos pudesse fazer uma viagem científica a França, Inglaterra e Bélgica. Nesses países, visitou as oficinas tipográficas mais célebres e contactou com artistas de reconhecido mérito, os quais pode indagar e de quem obteve importantes esclarecimentos que lhe permitiram adquirir diversas máquinas, matrizes⁷ que elevariam a *Typographia Nacional* ao mesmo nível das tipografias daqueles países.

Em Setembro de 1844, a morte arrebatou-lhe a vida e sucedeu-lhe o seu irmão Firmo Augusto Pereira Marecos. É sob a nova administração que a *Typographia Nacional* viria a conhecer outros momentos de glória.

Em 1847, a Imprensa Nacional utilizava na impressão dos seus trabalhos as mais aperfeiçoadas máquinas à semelhança das que eram utilizadas em França. O Conselho Superior de Instrução Pública transmitia ao governo que “A *Imprensa Nacional de Lisboa tem chegado a tal perfeição, principalmente depois que contém alguns prelos movidos a vapor, que eguala as melhores da Europa*”⁸. Em 1849, mais uma vez o conselho se exprimia da seguinte forma: “*Esta officina que pelos seus*

⁶ Cfr. Idem, *História dos Estabelecimentos Científicos Litterarios e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarchia*, Tomo VII, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, MDCCCLXII, pp. 308-320. Idem, *História dos Estabelecimentos Científicos Litterarios e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarchia*, Tomo XIII, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1885, pp. 170-180. José Vitorino Ribeiro, (1912), *A Imprensa Nacional de Lisboa 1768-1912, Apontamentos e Subsídios para a sua História*, Lisboa, Imprensa Nacional. Francisco Angelo de Almeida Pereira Sousa, *Breve Notícia da Imprensa Nacional de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1869, pp. 1-79.

⁷ José Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Científicos Litterarios e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarchia*, Tomo VII, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1878, pág. 311.

⁸ Idem, 318.

melhoramentos progresivos conseguiu collocar-se a par dos melhores estabelecimentos estrangeiros d'este genero, e que deverá servir de modelo aos nacionais (...)”⁹. Os melhoramentos da Imprensa Nacional eram evidentes, compondo-se de:

- uma grande oficina tipográfica, com 20 prelos de ferro movidos a braço, 2 prelos mecânicos a vapor, com muitíssimos quintais de tipo e aviamentos tipográficos;
- uma oficina litográfica com 4 prelos magníficos quase todos alemães, que eram dos melhores;
- uma oficina de estamperia com bons tórculos;
- uma oficina de cartas de jogar;
- uma oficina de gravura onde se faziam os punções e se gravava em qualquer metal e em madeira;
- uma oficina de fundição de tipos;
- uma oficina de serralharia;

Possuía ainda uma colecção de chapas em cobre, com os mais delicados desenhos gravadas por Francisco Bartolozzi¹⁰ e muitas punções, matrizes, vinhetas e ornatos tipográficos¹¹.

Laboravam mais de 140 empregados na sua grande maioria sem vencimento certo¹² e especializados nas seguintes áreas: 1 administrador geral, 1 contador, 1 escriturário, 2 amanuenses, 1 contínuo, 3 revisores, 3 fiéis de armazém, 10 mestres ou chefes de oficinas, 52 compositores, 28 impresso-

⁹ Idem, *Ibidem*.

¹⁰ Francisco Bartolozzi foi um dos mais célebres gravadores do século XVIII, nasceu em Florença em 1730. Discípulo de José Wagner, não tardou a excedê-lo. Viveu em Veneza de onde saiu para Milão a fim de se dedicar ao trabalho. Em 1764 encontrava-se em Inglaterra com residência fixada nas imediações de Londres. Concedeu à estampa um grande número de gravuras a água-forte, buril e pointillé. Em 1802 D. Rodrigo de Sousa Coutinho trá-lo para Lisboa, onde dirigiu a Escola de Gravura da Imprensa Régia. Faleceu em Lisboa a 1 de Abril de 1815, embora outros investigadores como Nagler defendam que tenha sido em 1813 com 83 anos de idade. José Vitorino Ribeiro (1912), *A Imprensa Nacional de Lisboa 1768-1912, Apontamentos e Subsídios para a sua História*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 23-24.

¹¹ Idem, pág. 93.

¹² A grande maioria dos empregados da Imprensa Nacional não tinham vencimento certo, cobravam salários de acordo com os dias de trabalho efectivo, pelo que quando doentes caíam muitas vezes na indigência. Esta situação levou Firmo Mareco a promover e conseguir a criação do Montepio a 5 de Novembro de 1845 e confirmado por Alvará de 1846 com o objectivo de prestar auxilio aos seus associados. Estes pagavam uma cota de 50 réis, e quando doentes recebiam um subsídio de 200 réis diários. Em caso de decrepitude, cegueira, aleijão ou mesmo prisão recebiam uma pensão vitalícia de 160 réis. José Vitorino Ribeiro, *A Imprensa Nacional de Lisboa 1768-1912, Apontamentos e Subsídios para a sua História*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912, pág. 91. José Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Científicos Litterarios e Artísticos de Portugal, nos Sucessivos Reinados da Monarchia*, Tomo XIII, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1885, pág. 173.

res, 4 calçadores, 3 fundidores, 4 gravadores, 4 litógrafos, alguns oficiais que faziam cartas de jogar, serralheiros, porteiros, moços, desenhadores e comissários que eram empregados externos¹³. Em Dezembro de 1849, a Imprensa Nacional, iguala-se aos melhores estabelecimentos tipográficos estrangeiros pela introdução dos prelos movidos a vapor. Os seus melhoramentos não ficavam por aqui e em 1850 os operários construíram um prelo litográfico de grandes dimensões, segundo o sistema mais recente utilizado na França.

Em Agosto de 1855, tornando-se necessária a aquisição de um prelo de grandes dimensões e respectivas alterações para a sua adaptação, foi votada no ministério do reino uma carta de lei que autorizava Firmo Augusto Marecos a deslocar-se a Inglaterra, França e Bélgica com a tarefa de examinar as oficinas tipográficas mais acreditadas das respectivas capitais. Visitou tipografias, contactou especialistas na arte tipográfica e inteirou-se da importância dos seus processos. Esses contactos permitiram-lhe adquirir o prelo mecânico mais perfeito da época, dois prelos movidos a braços ou comuns, jogos de matrizes de tipos, vinhetas e aparelhos de trabalho para fundição de tipos.

Em 26 de Março de 1858, Firmo Marecos, através de um ofício dirigido ao monarca sobre as reformas que vinham a ser implantadas na Imprensa Nacional, dá especial atenção ao regresso de Paris de dois artistas da Imprensa Nacional: José Maurício Velloso, compositor e Francisco de Paula Nogueira, impressor. Refere ainda esse ofício algumas propostas tendentes ao aperfeiçoamento da administração e dos trabalhos técnicos da Imprensa Nacional.

Se o progresso tecnológico e o aperfeiçoamento dos métodos tipográficos constituíram uma das grandes preocupações das administrações da Imprensa Nacional, a intenção em fazer dela uma escola de ensino da arte da tipografia não foi menor. Para realizar esta intenção criaram-se escolas regulares para o ensino dos aprendizes, definiram-se condições rigorosas de admissão e criaram-se conselhos artísticos. Enviaram-se à Imprensa Imperial de França, com quem há muito vinha a manter contactos, três operários dos mais especializados para naquele estabelecimento se aperfeiçoarem e adquirirem conhecimentos nos mais diversos processos tipográficos que no nosso país estavam pouco desenvolvidos ou eram mesmo desconhecidos.

¹³ RIBEIRO, José Vitorino (1912), *A Imprensa Nacional de Lisboa 1768-1912, Apontamentos e Subsídios para a sua História*, Lisboa, Imprensa Nacional, pág. 93.

Em 1860, a imprensa francesa elogiava a Imprensa Nacional “*Bien Organisé et bien administré, il prospère et couvre ses frais. Ce qu’il est, il le doit surtout à l’habile gestion et au zèle éclairé de ses deux derniers directeurs, les frères Pereira Marecos, qui ont réussi à le placer au niveau des premiers établissements de l’espèce, en étudiant eux-mêmes et y introduisant les perfectionnements et les procédés nouveaux en usage dans les pays les plus avancés, notamment en France et en Angleterre*”¹⁴. No ano seguinte, o secretário da Imprensa Imperial de França, Escodeca de Boisse, no *Jornal L’art et l’industrie au XIXe. Siècle* depois de uma breve referência à história da Imprensa Nacional, tece-lhe os mais lisongeiros elogios¹⁵.

O Decreto de 26 de Junho de 1879, nas suas disposições relativas à impressão, determinava que todos os livros, memórias, relatórios, inquéritos regulamentos e mapas estatísticos de interesse público deveriam ser impressos na Imprensa Nacional.

Atendendo à qualidade dos seus trabalhos, a Imprensa Nacional viria a ser reconhecida com os mais diversos títulos em exposições internacionais e universais em que participou. Eis uma ligeira nota dos certames em que concorreu e das distinções que alcançou: em 1862 concorreu à Exposição Internacional de Londres com os seus produtos artísticos e industriais, tendo sido agraciada com a Medalha de Honra; em 1865 participou na Exposição Internacional Portuguesa na cidade do Porto onde obteve as Medalhas de Ouro pelos seus produtos e Medalha de Cobre pela sua fundição; em 1867 concorreu à Exposição Universal de Paris apresentando as provas dos seus progressos técnicos e artísticos e da sua actividade industrial sendo agraciada com a Medalha de Ouro; em 1873 realizou-se em Viena de Áustria a Exposição Universal tendo então obtido a Medalha de Progresso; em 1876 na Exposição Universal de Filadélfia levou alguns produtos artísticos e industriais das suas diversas oficinas onde alcançou o Diploma de Honra; em 1878 realizou-se em Paris mais uma Exposição Universal onde foram expostos os últimos produtos das suas oficinas que lhe valeram mais uma Medalha de Ouro.

¹⁴ Idem, *História dos Estabelecimentos Científicos Litterarios e Artísticos de Portugal, nos Sucessivos Reinados da Monarchia*, Tomo XIII, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, MDCCCLXXV, pág. 176.

¹⁵ Cfr. Idem, *Ibidem*.

Typographia Castro & Irmão

Vicente Jorge de Castro¹⁶, desde criança, demonstrou uma enorme tendência para as artes. Antes de se dedicar à actividade de tipógrafo, estudou música no Conservatório, no qual demonstrou as suas qualidades artísticas com a obtenção de uma medalha de ouro em Agosto de 1845¹⁷. Uma grave doença de olhos levou-o a abandonar a carreira musical e a dedicar-se à arte tipográfica numa pequena oficina que seu pai João Maria Rodrigues de Castro tinha em parceria, ao que se julga, com Frei João da Cruz¹⁸.

João Maria Rodrigues de Castro, grande defensor dos valores liberais, colocou as suas ideias ao dispor dos constitucionalistas que os agentes do governo procuravam deter e depois prender nos calabouços e nas masmorras e que, muitas vezes, acabavam pendurados nos cadafalsos. Os liberais, para escaparem a estas detenções, emigravam ou dissimulavam muito bem as suas opiniões políticas de forma a conseguirem passar sem causar qualquer desconfiança. João Maria de Castro fez parte deste último grupo e foi da sua oficina que saiu uma grande parte das notícias e proclamações liberais que, depois, clandestinamente, circularam por todo o País¹⁹. A pequena tipografia de Rodrigues de Castro deu um importante contributo à causa liberal e nela foram impressos os primeiros documentos oficiais quando o Exército Liberal entrou em Lisboa²⁰.

Por volta dos anos cinquenta, já Vicente Jorge de Castro se dedicava à arte tipográfica na companhia do seu irmão João Maria de Castro, também muito hábil tipógrafo e de suas duas irmãs. Executavam todos os trabalhos de tipografia e outros de especialidade que constituíam novidade no nosso País. Esses trabalhos consistiam especificamente em pequenos rolos para expe-

¹⁶ Vicente Jorge de Castro nasceu em Lisboa no dia 16 de Junho de 1821 e faleceu no dia 10 de Dezembro de 1886. Era filho de João Maria Rodrigues de Castro um respeitável ancião defensor dos ideais liberais.

¹⁷ Caetano Alberto, "Vicente Jorge Castro", *O Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 10º Anno, vol. X, 1887, n.º 290, pág. 12.

¹⁸ Em 1824 João Maria Rodrigues de Castro estabeleceu na rua dos Fanqueiros, n.º 129 B, uma tipografia em sociedade com o Frei João da Cruz, tradutor da primeira obra que se compôs e imprimiu na sua tipografia. Da rua dos Fanqueiros a tipografia mudou-se para o largo de São Paulo e daqui para a rua Formosa. Desta voltou a mudar-se para o Arco Grande e depois para a rua do Caldeira. Estas mudanças ocorreram no período compreendido entre os anos de 1834 e 1852, ano em que já se encontra na Calçada de São João Nepomuceno. Em 1856, encontrava-se estabelecida na rua da Boa Vista junto à Companhia do Gaz. Idem, pp. 28-30.

¹⁹ Idem, *Ibidem*.

²⁰ Idem, *Ibidem*.

diente de farmácia, vinhos, licores, perfumarias e bilhetes de visita e eram compostos por filetes e vinhetas. Esta especialidade foi sempre característica da *Typographia Castro & Irmão*, chegando a alcançar um grande desenvolvimento e aperfeiçoamento que lhe traria um lugar de grande distinção entre as tipografias portuguesas do século XIX.

Na pequena oficina localizada na Calçada de São João Nepomuceno, os Irmãos Castro desenvolviam a sua actividade com grande dedicação, procurando aperfeiçoar os seus produtos tipográficos, embora com grandes dificuldades financeiras. Essas dificuldades só viriam a ser ultrapassadas através de um auxílio financeiro prestado por Thomaz de Aquino Gomes, um amigo da família Castro. Essa ajuda contribuiu para o desenvolvimento da tipografia e o melhoramento de todos os produtos nela produzidos. Permitiu, ainda, que Vicente de Castro pudesse dedicar-se ao estudo do progresso da arte tipográfica: espacejar e justificar uma linha de composição; compor os rostos de livros; manejar os diversos tipos de vinhetas; formar guarnições apropriadas que lhes permitisse produzir bonitos rostos a cores.

Outro dos seus grandes contributos para a tipografia Portuguesa foi o estudo e alteração²¹ da *Caixa de Composição da Typographia Portugueza*, no qual procurou reformulá-la ou mesmo substituí-la por outra mais adequada à língua portuguesa que veio a utilizar com sucesso na sua oficina desde 1852. Embora a incontestável vantagem que representou para o progresso da tipografia em Portugal, a Caixa contou com uma enorme resistência à sua divulgação e utilização, tendo sido apenas utilizada em poucas tipografias na província e no ultramar.

No sentido de dar a conhecer as alterações introduzidas Vicente de Castro publicou, em 1871 e depois em 1876, um folheto com o título *Caixa Cavallete e Divisório da Typographia Castro & Irmão* que depois fez distribuir pelas tipografias, imprensa portuguesa e jornais estrangeiros da especialidade. Nesse folheto, apresentou os desenhos da caixa antiga e das caixas modificadas da Imprensa Nacional de Lisboa, francesa e espanhola para os especialistas, através de uma comparação, melhor poderem avaliar as vantagens da Caixa Castro.

²¹ Cfr., Idem, elaborou um estudo sobre as palavras mais frequentes, as letras mais usadas e os possíveis grupos mais repetidos de letras de modo a facilitar a composição na língua portuguesa. Para mais informação veja-se: Caetano Alberto, "Vicente Jorge Castro", *O Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 10º Anno, vol. X, 1887, n.º 297, pág. 61.

Este trabalho mereceu da imprensa portuguesa, e da estrangeira, os mais honrosos elogios, sendo apreciada de especial maneira pelos periódicos estrangeiros de tipografia. O jornal inglês de tipografia *The Printer's Register* refere no seu número de 6 de Setembro de 1871: “*era mais facil esperar que nos chegassem de Leipzig do que de Lisboa projectos de reformas relativas á typographya. E contudo, é de Lisboa, do sr. Castro Irmão, que recebemos um opusculo primorosamente impresso, intitulado Caixas, cavallette e divisorio, em que descreve uma nova modificação na caixa de composição, e um novo divisório. (...) Parece-nos tambem que toda a classe typographica deve estar agradecida ao sr. Castro Irmão pelo trabalho e engenho que empregou n'este importante melhoramento*”²².

O jornal francês de tipografia *L'imprimerie* tece os maiores louvores aos trabalhos realizados por Vicente Castro e refere na parte final do seu artigo: “*Recommandamos o seu uso aos nossos leitores. O sr. Castro Irmão, em vez de fazer d'este utensilio um objecto de especulação, entregou ao contrario a sua idéa á publiciade, a fim de que os seus collegas na arte possam tirar d'ella proveito*”²³.

Na imprensa alemã, os periódicos de tipografia *Archiv Für Buchdruckerkunst* publicados em Leipzig, centro por excelência da arte tipográfica de então, também se referem de forma elogiosa aos trabalhos de Vicente Castro e o *Journal Für Buchdruckerkunst* no seu número de 27 de Setembro de 1871 publica: “*Fieis ao nosso principio de saudar com jubilo qualquer progresso, venha elle d'onde vier, cumprimos hoje com satisfação o dever de dar conta dos trabalhos do sr. Castro Irmão, mostrando o alcance que tem semelhantes melhoramentos na typographia portugueza, e pagando o tributo de reconhecimento de que lhe somos devidores. Temos á vista um opusculo do mesmo senhor, que tem por título Caixa, cavallette e divisorio da Typographia de Castro Irmão, Lisboa no qual se expõem em primeiro lugar os fundamentos o auctor teve para effectuar a reforma dos três mencionados utensilios (...)*”²⁴.

Como tivemos oportunidade de constatar, Vicente Jorge de Castro iniciou, de forma notável, os primeiros passos da sua vida na tipografia portuguesa com o estudo e remodelação da Caixa de Composição. Se essas alterações representaram um grande sucesso para a tipografia portuguesa, não menos o foram os seus trabalhos tipográficos executados com filetes de zinco,

pela autonomia e diversidade de trabalhos que permitiam compor figuras geométricas ou de desenho linear de grande perfeição.

Em 1855, Vicente Jorge de Castro concorreu com os seus trabalhos à Exposição Universal de Paris, na qual foi galardoado pelo Júri da Exposição com a Medalha de Bronze. Mais tarde, na Academia Real das Ciências de Lisboa, numa sessão de distribuição de prémios presidida pelo Rei D. Pedro V destinada a galardoar os participantes portugueses naquele certame, recebeu das mãos do monarca português o hábito da Torre e Espada. Em 1857, participou na Exposição realizada na cidade do Porto com os seus trabalhos tipográficos que o Júri da exposição premiou com a medalha de Prata. Em 1865, concorreu novamente à Exposição Internacional realizada na mesma cidade, voltando os seus trabalhos a ser galardoados com a Medalha de Prata.

Em 1856 já as suas oficinas tipográficas tinham adquirido um grande desenvolvimento, encontrando-se apetrechadas de todo o material tipográfico. Por esta altura, Vicente Jorge Castro procurou fazer uma publicação ilustrada que ele entendia ir funcionar como meio de aperfeiçoamento da impressão, ao mesmo tempo que daria um grande desenvolvimento da gravura em madeira, intimamente ligada à tipografia. Organizou uma sociedade com o seu irmão João Maria de Castro e Thomas de Aquino Gomes sob o nome de *Castro Irmão C.*²⁵. Com esta sociedade deu início à publicação do *Periódico Archivo Pittoresco*²⁵, semanário ilustrado que conseguiu grande prestígio entre as publicações literárias em Portugal.

Em finais de 1857, no primeiro ano de edição do periódico, em consequência de um grande incêndio que destruiu praticamente toda a tipografia, pouco foi poupado às chamas e a tipografia teve de ser instalada noutra local com o pouco material que foi recuperado e com outro, entretanto, adquirido. Vicente de Castro pôde continuar com a publicação do *Archivo Pittoresco*, levando-o ao nível de outras publicações estrangeiras, especialmente do *Magazine Pittoresque* do qual adoptara o modelo.

Em 1862, no sentido de continuar com o aperfeiçoamento tipográfico, particularmente, no que diz respeito à impressão, desenho e gravura, Vicente

²² Cf., Idem, “Vicente Jorge Castro”, *O Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro*, 10^o Anno, vol. X, 1887, n.º 297, pág. 61-62.

²³ Idem, pág. 62.

²⁴ Idem, *Ibidem*.

²⁵ O *Archivo Pittoresco* foi um dos semanários literários que mais se distinguiu pela colaboração das personalidades intelectuais mais reputados da nossa literatura. Teve como primeiro redactor-chefe José Torres, seu primeiro desenhador Manuel Maria Bordalo Pinheiro e seu primeiro gravador José Maria Baptista Coelho. Teve como colaboradores António Feleciano de Castilho, (Visconde de Castilho), Mendes Leal, Rebelo da Silva, Silva Tulio, Andrade Ferreira, Pinheiro Chagas, Osório de Vasconcelos, Julio Cesar Machado, Vilhena Barbosa entre outros.

de Castro criou na sua oficina tipográfica uma escola de gravura dirigida por Nogueira da Silva e João Pedroso, na qual reuniu alguns artistas como José Baptista Coelho Júnior, António Vidal, João Barbosa Lima e alguns aprendizes da arte tipográfica. Esta sua iniciativa não levaria muito tempo até que as divergências entre os artistas e os aprendizes levassem a que ao fim de um ano a escola fosse encerrada. Mesmo sem o sucesso esperado, algo conseguiu com a sua escola antes da criação da *Academia de Bellas Artes de Lisboa*: a separação do trabalho tipográfico de acordo com as aptidões de cada artista; a uniformização do sistema de cortes; a adopção de instrumentos mais aperfeiçoados adquiridos directamente em Paris para substituição dos existentes já desactualizados. Não seria esta apenas a sua única decepção, pois João Maria de Castro, menos apaixonado pelas artes, não quis continuar a fazer parte da Sociedade do *Archivo Pittoresco* e afastou-se, ficando apenas o seu fundador Vicente de Castro e Thomaz Gomes.

Vicente de Castro publicou, ainda na sua sociedade *Empreza do Archivo Pittoresco*, o periódico mensal *Anuario do Archivo Pittoresco*, sobre temáticas de natureza política, literária artística e científica de todo o mundo em que colaboravam Rebello da Silva, Pinheiro Chagas e Brito Aranha. Em 1861, publicou uma edição das obras de Nicolau Tolentino d'Almeida, edição acompanhada de um estudo sobre o poeta José de Torres e magnificamente ilustrada com desenhos de Nogueira da Silva. A esta publicação seguiu-se a esplendida edição do *Hysope* magnificamente ilustrada por Manuel de Macedo.

Em 1868, estabeleceu-se em casa própria²⁶ adaptada especificamente para oficina tipográfica, dotada de espaços próprios para disposição da maquinaria e elaboração dos trabalhos tipográficos. Estava dotada de uma oficina de impressão, com quatro máquinas de imprimir e sete prelos manuais, calandras, prensas, motor, aparelhos de enxugar papel, depósito de papel e de impressos e oficinas de estereotipia, de carpintaria, de composição, de brochura e escritórios. A tipografia Vicente Castro, pela forma como tinha disposta a sua maquinaria e organizado o seu trabalho, contrastava com todas as outras tipografias que na altura se encontravam em Lisboa²⁷.

²⁶ Estabeceu a sua tipografia num antigo palácio arruinado na rua da Cruz de Pau, actual rua do Murechal Saldanha, local onde durante muitos anos esteve estabelecida a *Typographia do Jornal do Commercio* e a *Typographia do Futuro*. Foi, na altura, o único estabelecimento criado especificamente para o efeito e dotado de rés-do-chão e primeiro andar.

²⁷ Cfr., Idem, "Vicente Jorge Castro", *O Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 10º Anno, vol. X, 1887, n.º 305, pág. 131.

Typographia Universal

A Tipografia Universal de Thomaz Quintino Antunes situava-se na rua dos Calafates²⁸, N.º 113, onde, posteriormente, se instalaram os escritórios e oficinas do *Diário de Notícias*. A Tipografia Universal era um dos mais antigos e acreditados estabelecimentos tipográficos de Lisboa.

Segundo Sousa Telles, em 1863 registavam-se cento e trinta e três tipografias em Portugal e Ultramar, das quais quarenta e três em Lisboa e dezasseite no Porto. À excepção da Imprensa Nacional de Lisboa, propriedade do Reino, que contava com cento e oitenta e seis empregados, a Tipografia Universal era o estabelecimento do ramo que empregava maior número de trabalhadores, seguindo-se-lhe as tipografias da Sociedade Tipográfica Franco-Portuguesa com meia centena de empregados, a da *Revolução de Setembro* com vinte e quatro e a de Vicente Jorge de Castro com vinte e dois. No Porto, destaca-se a tipografia do *Commercio do Porto* com vinte e nove funcionários e a do *Diário Mercantil* com vinte e dois. Em Coimbra, salienta-se a Imprensa da Universidade que empregava cinquenta e três trabalhadores²⁹.

Em 1863, a Tipografia Universal com os seus sessenta e três trabalhadores punha em funcionamento:

- uma máquina de vapor com uma potência de três cavalos força;
- um prelo mecânico de reacção, único em Lisboa que imprimia cerca de oitocentos exemplares de grande formato por hora;
- um prelo mecânico de um cilindro que imprimia mil e cem exemplares por hora;
- três prelos manuais de ferro;
- uma prensa hidráulica para acetinar o papel de impresso;
- uma prensa de percussão;
- um laminador para lustrar o papel antes da sua impressão;
- um prelo para tirar provas e uma máquina para moer a tinta.

Na década de sessenta do século XIX, antes da fundação do *Diário de Notícias*, a Tipografia Universal imprimia anualmente nas suas oficinas cerca de

²⁸ Tipografia Universal então propriedade de Coelho da Cunha, Brito & Companhia, situada na Rua do Diário de Notícias, n.º 110, Lisboa, antiga Rua dos Calafates a partir de 1886.

²⁹ João José de Sousa Telles, *Anuário Portuguez Scientifico e Artístico: Primeiro Ano 1863*, Lisboa, Typographia Universal, 1864, pp. 165-180.

um milhão e oitocentas mil folhas. O papel utilizado nessas folhas era quase todo proveniente de fábricas portuguesas e orçava em oito contos de réis, enquanto os salários alcançavam o montante de onze contos de réis³⁰. A Tipografia Universal, em 1863, imprimia dois diários, um bissemanário, três semanários, e cinco quinzenários³¹, entre eles a “*Correspondência de Portugal*”. Além dos periódicos em vários formatos já referidos, a Tipografia Universal elaborava ainda outros trabalhos como edições de luxo, circulares, mapas e cartazes. A 29 de Dezembro de 1864 era impresso o primeiro número programa do *Diário de Notícias*.

Em 1880, Julio Cesar Machado referia-se à Tipografia Universal: “*é igualmente um bom e vasto estabelecimento, com boas machinas e onde as impressões são feitas com aceio e brevidade. Tem capacidade para imprimir jornaes de grande formato, os preços são comodos, e todas as reclamações bem attendidas*”³².

Em 1870, é reconhecida com o título de *Imprensa da Casa Real* e os seus trabalhos viriam a ser reconhecidos em exposições internacionais. Em 1900 os seus trabalhos são reconhecidos na Exposição Universal de Paris com a atribuição da Medalha de Prata e de Cobre. Oito anos depois, por altura do primeiro centenário da abertura dos portos do Brasil ao comércio internacional, é-lhe conferido o Diploma do Grande Prémio na Exposição do Rio de Janeiro.

Typographia Franco-Portuguesa

Em 1850, chegou a Portugal, vindo de França o tipógrafo François Lallemand para dirigir a fundição de tipos da tipografia de Silva & Filhos. Em 1854, estes, em recompensa pelos conselhos e bons serviços de François Lallemand durante quatro anos, cedem-lhe a sua fundição. François Lallemand pôde, então, organizar a sua oficina na travessa de João de Deus. Nesse local começou por fazer os seus ensaios e tentativas para introduzir em Portugal os

melhoramentos tipográficos segundo a longa prática e aprofundado estudo que tinha realizado em França. Em 1854, com o objectivo de melhor concretizar as suas ideias, convidou o seu irmão Adolpho Lallemand, artista impressor de uma das melhores tipografias de França, a fixar-se em Lisboa para, em sociedade, se empenharem na criação de uma tipografia, onde colaborando mutuamente pudessem pôr em prática todos os seus saberes de arte tipográfica. Para a criação de uma fundição de tipos de maior dimensão eram necessárias avultadas somas em dinheiro de que não dispunham. Valeu-lhes o auxílio de Joaquim Henrique Fradesso da Silveira cuja ajuda lhes permitiu fundar, em 1856, a *Sociedade Typographica Franco-Portuguesa*. Esta apetrechada com:

- duas máquinas de imprimir;
- seis prelos manuais;
- dois prelos de tirar provas;
- duas máquinas de cortar papel;
- uma calendra;
- uma prensa hidráulica;
- duas máquinas de fundir;
- cinquenta empregados.

Inicialmente, a Tipografia Franco-portuguesa conheceu algumas dificuldades financeiras, mas conseguiu ultrapassá-las e foi das que mais honras deu ao País³³.

Além de muitas obras de grande nitidez de impressão, primava pela execução de trabalhos de luxo de excelente qualidade: elegantes e variadíssimas vinhetas, admiráveis impressões a cores, a ouro e prata, impressões em seda, pergaminho, cetim, mapas e gravuras em metal e madeira. Tudo o que saía daquela oficina tipográfica era de um enorme primor artístico³⁴.

O século XIX correspondeu, de facto, ao triunfo da arte tipográfica em Portugal como consequência da aproximação e intercâmbio do conhecimento científico entre Portugal e os outros países europeus. A arte tipográfica afirmou-se como uma prática científica específica, proporcionando o contacto com a memória cultural e científica da sociedade portuguesa.

³³ João José de Sousa Telles, *Anuário Portuguez Scientifico e Artístico: Primeiro Ano 1863*, Lisboa, Typographia Universal, 1864, pág. 174.

³⁴ Idem, *Ibidem*.

³⁰ Idem, pág. 174.

³¹ Imprimia-se na *Tipografia Universal: O Investigador da Indústria Lusitana*, (irregular 1862-1863); os diários *Commercio de Lisboa*, (1863-1865); *O Conservador*, (1862-1865), o bissemanário *O Algraviense*, (1863-1870); os semanários *Bourdair*, (1863-1865), *O Caloiro*, (1863) que viria a dar origem a *O Paiz*, (1863-1864); *Leituras Populares*, (1861-1881); os quinzenários *Archivo Rural*, (1858-1877); *O Aurora Litteraria*, (1860-1864); *Achronica dos Theatros*, (1861-1871); *Correspondência de Portugal*, (1862-1887); o *Mensal*, embora sofresse algumas alterações, *A América* (1868-1871). João José de Sousa Telles, *Anuário Portuguez Scientifico e Artístico: Primeiro Ano 1863*, Lisboa, Typographia Universal, 1864, pág. 183-222.

³² Julio Cesar Machado, *Guia do Viajante em Lisboa, Cintra, Collares, Mafra, Batalha, Setubal, Santarem, Combrão e Bussaco*, 4ª edição, Lisboa, Loja do Editor J. J. Bordalo, 1880, pág. 86.

Ao longo deste estudo observámos que os contactos entre comunidades científicas nacionais e estrangeiras foram frequentes, o que nos deu uma imagem clara das relações internacionais no mundo da imprensa tipográfica no século XIX. A matriz científica resultou das diversas viagens e missões por França, Inglaterra, Áustria e Bélgica cuja finalidade foi de, nesses países, visitar e estudar a organização das suas melhores oficinas, contactar com artistas de reconhecido mérito de quem puderam obter conhecimentos que os levariam a adquirir toda a sua maquinaria. É neste contexto que englobamos as inovações ocorridas nas oficinas tipográficas portuguesas.

A reconstrução da memória das tipografias permitiu-nos definir o itinerário histórico do que foi a sua actividade e facultou-nos pistas de investigação nos diversos domínios da História: História da Ciência, História da Cultura, História Económica, História Social, História da Imprensa e História Política do Portugal de oitocentos.

Um marco de referência que encontramos nas personalidades ligadas às diferentes tipografias, foi a preocupação constante com o aperfeiçoamento técnico dos métodos tipográficos de forma a melhor poderem atender a qualidade dos produtos tipográficos e estar ao nível das melhores oficinas tipográficas estrangeiras.

O progresso técnico e científico das tipografias permitiu a abertura de itinerários, espaços de divulgação e de popularização da Ciência através da edição e circulação de estudos defensores de temas identificados com o progresso e modernização da Nação.

A reputação técnica e científica de cada oficina fez-se a partir do reconhecimento da qualidade dos seus trabalhos tipográficos presentes em concursos, em diversos certames e exposições nacionais, internacionais e universais, tendo sido galardoadas com títulos de reconhecido mérito de qualidade e distinção.

Bibliografia

Fontes

- A Arte Typographica: órgão da associação de Classe dos Compositores e impressores de Lisboa*, Lisboa, s. ed., 1898.
- ALBERTO, Caetano, "Vicente Jorge Castro", *O Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Extranjeiro*, 10º Anno, vol. X, 1887, n.º 290.

- ALBERTO, Caetano, "Vicente Jorge Castro", *O Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Extranjeiro*, 10º Anno, vol. X, 1887, 292.
- ALBERTO, Caetano, "Vicente Jorge Castro", *O Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Extranjeiro*, 10º Anno, vol. X, 1887, n.º 297.
- ALBERTO, Caetano, "Vicente Jorge Castro", *O Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Extranjeiro*, 10º Anno, vol. X, 1887, n.º 298.
- ALBERTO, Caetano, "Vicente Jorge Castro", *O Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Extranjeiro*, 10º Anno, vol. X, 1887, n.º 300.
- ALBERTO, Caetano, "Vicente Jorge Castro", *O Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Extranjeiro*, 10º Anno, vol. X, 1887, n.º 303.
- ALBERTO, Caetano, "Vicente Jorge Castro", *O Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Extranjeiro*, 10º Anno, vol. X, 1887, n.º 305.
- ALMEIDA, Francisco Pereira, *Breve Notícia da Imprensa Nacional de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1869.
- ANSELMO, Artur, *História da edição em Portugal – das origens até 1536*, vol. I, s. l., Lello & Irmão, s. d.
- CAMPOS, Carlos Augusto da Silva, *Almanach Commercial de Lisboa para os anos de: 1880, 1881, 1884, 1885, 1886, 1889 e 1890*, Lisboa, s. ed., 1890.
- HERCULANO, Alexandre, *Origen da Tipographia – tipographia portugueza, o Panorama*, 1837.
- RIBEIRO, José Silvestre, *História dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*, Tomo III, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1873.
- MACHADO, Julio Cesar, *Guia do Viajante em Lisboa, Cintra, Collares, Mafra, Batalha, Setubal, Santarem, Coimbra e Bussaco*, 4ª edição, Lisboa, Loja do Editor J. J. Bordalo, 1880.
- MATOS, Ricardo de, *Manual Bibliográfico Português de Livros raros, clássicos e curiosos*, Porto, Livraria Portuense, 1878.
- Noronha, Tito Augusto Duarte de, *Ensaio sobre a História da Imprensa*, Lisboa Typographia Franco-Portuguesa de Lallemant & Cª, 1857.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, Tipografia da Sociedade Tipográfica, 1882.
- REDACÇÃO, "Compositores e impressores", *A Arte Typographica: órgão da associação de classe dos compositores e impressores de Lisboa*, Lisboa, Anno 1, n.º 1, 1898.
- RIBEIRO, José Silvestre, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*, Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias.
- RIBEIRO, José Silvestre, *História dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*, Tomo VII, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, MDCCCLXII.
- RIBEIRO, José Silvestre, *História dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal, nos Successivos Reinados da Monarchia*, Tomo XIII, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1885.
- SANTOS, António Ribeiro dos, "Memórias sobre as origens da Tipografia em Portugal no século XV", in *Academia das Ciências. Memórias de Literatura Portuguesa*, 8 Tomos, 1792-1814, Lisboa, Academia das Ciências, 1856.
- SOUSA, Francisco Angelo de Almeida Pereira, *Breve Notícia da Imprensa Nacional de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1869.
- TELLES, João José de Sousa, *Anuário Portuguez Scientifico e Artístico: Primeiro Ano 1863*, Lisboa, Typographia Universal, 1864.

Bibliografia

- ANSILMO, Artur, (1981), *Origens da Imprensa em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- ANSILMO, Artur, s. ed., *História da edição em Portugal – das origens até 1536*, vol. I, s. l., Lello & Irmão.
- ARAÚJO, Norberto de; MENDES, Artur Pereira, (1914), *Aspectos da tipografia em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- CANAVARRO, Pedro, [et al], (1975), “A Impressão Regia e a Cultura Portuguesa do Século XVIII”, *Imprensa Nacional, Actividade de uma Casa Impressora*, vol. I, 1760-1800, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- CANAVEIRA, Rui, (1997), *Dicionário de Tipógrafos Famosos*, s. l., s. ed..
- CARREGAL, Joaquim da Costa, (1941), *A Evolução da Tipografia, 1440-1940*, Porto, Grémio Nacional dos Industriais de Tipografia e Fotograma.
- CASTRO, António Henrique Tavares e, (1991), *Oficinas tipográficas em Portugal entre Douro e Minho (1601-1750)*, Lisboa, s. ed..
- CUNHA, Alfredo da, (1941), *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa, 1641-1821*, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa.
- FARINHA, Ramiro, (1968), *A Imprensa, II Centenário 1768-1968*. Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, s. ed.
- FIGUEIREDO, Armando A. M. de, (1958), *Evolução recente e situação actual da tipografia*, Lisboa, Grémio Nacional dos Industriais Gráficos.
- GAMA, Angela Maria Barcelos, s. d., *Livreiros, Editores e Impressores em Lisboa no século XVIII*, s. l., s. ed.
- Índice dos Elementos para a História do Município de Lisboa, (1942), Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- LOBO, M. Campos; MENDES, Carlos, (s. d.), *A Imprensa e as Artes Gráficas*, s. l., s. ed.
- MARCHETE, S. D. B., (1960), *O Imprensa Tipográfico*, Edições oficiais de S. José, Lisboa.
- OLIVEIRA, Júnior, (s. d.), *O Primeiro Imprensa Português e a sua Obra*, edições Marânus, Porto.
- PEDRO, Manuel, (1956), *Tipógrafos de ontem, tipógrafos de hoje, tipógrafos de amanhã 1888-1956*, Porto, Imprensa Moderna.
- PEDRO, Manuel, (s. d.), *Tipógrafos Ilustres*, Porto, Imprensa Moderna.
- RIBEIRO, José Vitorino (1912), *A Imprensa Nacional de Lisboa 1768-1912, Apontamentos e Subsídios para a sua História*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- ROQUE, Mário da Costa, (s. d.), *A Tipografia em Portugal*, s. l., s. ed.
- SILVA, Libânio Venâncio da, (s. d.), *Manual do Tipógrafo*, s. l., s. ed..
- SOUSA VITERBO, (1903), *Artes industriais e industria portuguesa: o vidro e o papel*, Coimbra, Empresa da Universidade.
- SOUSA, Ricardo de, (1907), *O impressor: semanário defensor da classe dos impressores e de todas as classes trabalhadoras em geral*, Lisboa, s. ed..
- Typographia em Portugal – seus primeiros produtos e géneros impressores do século XV*, (s. d.), s. l., Edições deste Século.

Medicina e Sociedade

A Patologia da Fé – Os homens de fé à luz da psicopatologia primo-republicana¹

Sebastião Nuno de Araújo Barros e Silva

Quando, em 1880, o segundo volume da revista *O Positivismo* foi publicado, o jovem alienista portuense, Júlio de Matos, co-director da publicação, manifestou a sua preocupação relativamente a um fenómeno cuja incidência parecia alastrar pelo mundo civilizado: a loucura. Tudo começava com “a falsa necessidade de encontrar a solução do problema teológico-metafísico da origem das coisas” e acabava “na indisciplina do sentimento místico, a primeira da ordem cronológica das causas da loucura”². Ver alucinações em Abraão, delírio, lipemania e demência nos primeiros cristãos ou manias nos reformadores protestantes não fazia parte da agenda isolada deste promissor intelectual. Matos lera, na *Encyclopédie*, os casos de melancolia galopante causada pelas missões religiosas³, conhecia as exigências de Pinel acerca do afastamento de todos os objectos com possível conotação religiosa dos asilos, estudara as obras de Calmeil e Littré acerca das grandes epidemias demonolotricas e lucantropicas da Idade Media⁴ e, portanto, o seu trabalho vinha no seguimento de uma vasta linha de investigação internacional. Em Portugal, esta linha de investigação encontrou eco na comunidade médica primo-republicana na qual predominava uma «psicologia fisiológica» ou «fisiologia do espírito», como diria Maudsley, inspirada na epistemologia criticista-positivista, com uma matriz pró-naturalista, atomista e mecanicista, explorando a vida mental à luz das categorias e técnicas operatórias das ciências experi-

¹ Insere-se, este trabalho, numa investigação mais abrangente que pretende abordar as *concepções psicopatológicas do sentimento religioso na comunidade médica primo-republicana*, apresentada como dissertação de mestrado na Universidade do Minho.

² Júlio de Matos, «Estudos de Psychologia Mórvida», *O Positivismo*, vol. II, Porto: Magalhães & Moniz – Editores, 1880, pp. 305-310

³ Artigo «Mélancolie» da *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métier*, in: <http://hera.inaf.cnrs.fr>

⁴ Júlio de Matos, *Manual das Doenças Mentais*, Porto: Livraria Central, 1884, p.22

mentais, especialmente da biologia⁵. Assumir estas categorias e técnicas representava, para a nossa comunidade médica, pelo menos, a colocação do rótulo de *anormal* nos homens de fé – santos, mártires, místicos, profetas, visionários, ascetas ou, simplesmente, aqueles que levavam a sério a fé⁶. Porém, esperava-se que o diagnóstico fosse mais ousado, mais preciso, mais *científico*. Só com bons diagnósticos podia a psiquiatria responder às necessidades dos indivíduos e, mais importante ainda, do todo social, ocupando, em consonância com o credo positivista, o seu lugar de auxiliar permanente da política, aparecendo o psiquiatra como a figura indicada para diagnosticar e tratar o estado espiritual da nação, colocando-a na senda do progresso. Por entre tais exigências, o processo de decisão diagnóstica acabava por recorrer mais à força da teoria do que a manifestações clinicamente comprováveis, pelo que, como escreve Ann Goldberg, referia-se mais aos preconceitos, às preocupações e ao ambiente cultural do médico, do que à condição do paciente⁷. É, assim, numa versão *peneirada* por Littré do positivismo, que se procura suporte e autoridade para a ciência, conjugando o racionalismo laico com alguns pressupostos do republicanismo burguês. O objectivo era claro: erradicar todos os vestígios anticientíficos – teológicos ou metafísicos – da realidade nacional. Foi no seio deste ambiente político, filosófico e social que nasceram formas distintas de diagnosticar os homens de fé: Manuel Laranjeira via-os como anormais, Júlio de Matos como degenerados. As implicações conceptuais desta diferenciação eram significativas.

Manuel Laranjeira: normal/anormal

Uma das mais interessantes abordagens à temática do misticismo apareceu sob a forma de tese, em 1907, com o sugestivo título de *Doença da Santidade (ensaio psicopatológico sobre o misticismo de forma religiosa)*, apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto por Manuel Laranjeira (1877-1912). Nela se afirmava que o misticismo era “a síndrome dum estado mórbido cons-

titucional, duma tendência doentia, por exagerada, e não uma manifestação patológica, derivada exclusivamente deste ou daquele sistema doutrinário”⁸. O objectivo era claro: não se pretendia, nesta abordagem, equiparar o anormal ao patológico assumindo assim uma preocupação recorrente na psiquiatria contemporânea: o não “declarar como «psiquicamente perturbados» todos aqueles (e não apenas os doentes, propriamente ditos) que se desviam da norma média”, rotulando compulsivamente formas de pensar ou estilos de vida peculiares⁹. Segundo Scharfetter, o conceito de norma, vital para a ciência e para a sociedade, “pode converter-se em instrumento da intolerância”¹⁰ e Laranjeira, ao distinguir o anormal do patológico, manifestava uma perfeita noção disso mesmo. Daí que, ao anteriormente afirmado, acrescentasse ainda que o misticismo floresceria em “todos os sistemas que se proponham resolver o enigmático problema da felicidade universal”¹¹, pelo que, o movimento místico estaria presente em cada salto evolutivo da Humanidade, marcando qualquer homem que se distinguisse da restante população¹². Desde logo se percebe que, para Laranjeira, a relação entre misticismo e religiosidade não era tão directa como muitas vezes parecia, existindo, para ele, dois tipos de misticismo: o religioso e o laico, aos quais podia ou não estar ligado o êxtase.

Separados os conceitos, descobertas as suas ramificações, acabamos por ser confrontados com algumas conclusões pouco agradáveis para homens como Miguel Bombarda que as vão atacar duramente¹³. A afirmação de um

⁸ Manuel Laranjeira, «Doença da Santidade» in: *Obras de Manuel Laranjeira*, vol. II, Porto: Edições Asa, 1993, pp. 13,14

⁹ Christian Scharfetter, *Introdução à Psicopatologia Geral*, Lisboa: Climepsi Ed. 2002, p.10. Sobre o conceito de normalidade, Scharfetter entende que, “em psiquiatria, o conceito de norma mais frequentemente referido é o de norma média (também chamada norma estatística): normal no sentido de média, é globalmente o comportamento adequado da maioria das pessoas de um determinado sexo e de certos grupos etários numa determinada esfera sociocultural em algumas situações. Normal é, sobretudo, o que lhes é comum em relação a determinados aspectos do comportamento, o que faz com que a relatividade social e cultural do conceito de norma possa ser sublinhada.” *Ibid.*, p.8

¹⁰ *Ibid.*, p.10.

¹¹ Manuel Laranjeira, *op. cit.*, pp. 13,14.

¹² *Ibid.*, pp. 13,14.

¹³ Em 1896, num artigo publicado na *Revue Neurologique*, Bombarda atacou violentamente todas as teses que defendiam que os atentados anarquistas, e mesmo o regicídio seriam, necessariamente, actos de loucura. Sobre este assunto escreveu José Barata-Moura: “ao afirmar e desenvolver depois com o estudo de um caso, que se pode ser anarquista e regicida sem que se seja louco (...) Bombarda pretende assinalar que a própria premência e materialidade de situações objectivas de incomportável injustiça pode conduzir a intentos (seguramente discutíveis na particularidade das suas manifestações) de derrubamento violento da ordem estabelecida ou de mobilização pública de uma opinião entorpecida.” José Barata-Moura, «Miguel Bombarda e o Materialismo» in: *Estudos de Filosofia Portuguesa*, Lisboa: Editorial Caminho, 1998, pp.186,187.

⁵ Norberto Cunha Ferreira, *Génese e Evolução do Ideário de Abel Salazar*, Lisboa: INCM, 1997, pp.98-105.

⁶ Segundo Maudsley, uma boa parte da população estaria longe do risco de loucura, devido ao facto de entenderem a religião como simples preceito social: “those whose religion is a mere social observance, which it beseems a man of respectability willing to stand well with his neighbours to conform to.” In: Henry Maudsley, *The physiology and pathology of the mind*, 1ª ed., London: MacMillan, 1807, p.209.

⁷ Ann Goldberg, *Sex, Religion, and the Making of Modern Madness*, Oxford Uni. Press, 1999, p.6.

misticismo laico levava Laranjeira a asseverar que “o delírio político de certos regicidas, de certos anarquistas, por exemplo (...) é essencialmente idêntico ao delírio religioso de certos místicos cristãos: são expressões do mesmo temperamento místico, apenas diversas na forma, em virtude do meio social em que germinaram, evoluíram e fizeram eclosão”¹⁴ pelo que se podia afirmar que o misticismo laico era a modalidade moderna do misticismo religioso característico, essencialmente, dos tempos passados¹⁵. No fundo, o temperamento místico era “uma tendência a exagerar” dirigida não só às “coisas políticas e religiosas, mas também a (...) todas as coisas que giram em torno dum sistema doutrinário, dum ideal de moral”, ou seja, o temperamento místico era “uma tendência exagerada para a virtude”¹⁶. Desta forma, por trás do misticismo estava sempre a *feiçãõ altruísta* e, mesmo que o místico cometesse o pior dos crimes, estaria a fazê-lo “na convicção inabalável (muitas vezes reforçada por alucinações) de que [praticava] uma acção boa e humanitária”, convicção esta frequentemente secundada pela sociedade que o rodeava¹⁷.

A psicose mística, tal como qualquer outra psicose, envolveria a perda de personalidade da pessoa afectada e passaria por uma fase inicial de *organização* ou *centralização*, na qual o místico faria convergir para a sua vocação para a virtude todas as tendências que a pudessem exacerbar ou intensificar; esta fase evoluiria depois para a *redução*, ou seja a destruição de “todas as tendências contrárias a esta tendência fundamental”¹⁸.

Seguindo o pensamento de James Leuba¹⁹, Laranjeira identificava as quatro tendências elementares da religiosidade mística, todas elas dependentes da primordial, a *virtude*:

· A primeira era “a tendência ao apaziguamento psíquico”, ou seja, a auto-imposição de um ideal por parte do místico, um “esforço lento e penoso” que muitas vezes envolvia grande parte da sua vida²⁰. Pensemos na temporada de Jesus no deserto; nas provações a que se sujeitou Buda, numa boa parte do

monaquismo. Durante estes períodos, os místicos procuravam a unificação de todas as tendências desconexas que os povoavam utilizando um método, em tudo semelhante ao da selecção natural de Darwin: “pela eliminação de tendências nocivas e pela fixação de tendências úteis e aproveitáveis à tendência fundamental”²¹. O critério utilizado para incluir e excluir iria determinar a personalidade do místico, por exemplo, da centralização em elementos intelectuais puros terá nascido Descartes e da centralização em elementos morais, terá nascido Maomé²².

· A segunda era definida como: “tendência à universalização da vontade”²³. Completamente dominado por um sistema doutrinário, o místico entendia possuir em suas mãos a chave para a resolução do problema *espinhoso* da felicidade humana. O altruísmo que o caracterizava impossibilitaria qualquer tentativa para esconder esta *boa nova*, por isso, um dos primeiros esforços do místico era tentar universalizá-la. Qualquer tipo de resistência por parte da população excitaria ainda mais o seu ânimo, transformando-o num sectário fanático. A aceitação faria dele um herói, um “pastor das multidões”²⁴. No fundo, o que se pretendia era replicar, no mundo objectivo, aquilo que sucedia no mundo subjectivo²⁵.

· A terceira era a “tendência a satisfazer a necessidade de um sustentáculo afectivo”²⁶. Segundo Laranjeira, para além da procura constante da paz interior, o místico necessitava de encontrar “um apoio moral no mundo exterior” que podia muito bem ser Deus²⁷.

· Por último existia a “tendência ao gozo orgânico”, consequência natural de uma transferência de energias: “o místico religioso, querendo sufocar em si os institutos irredutíveis de natureza humana,” acabava por “desviá-los e canalizá-los num outro sentido”²⁸. No fundo, o seu desejo de “apagar os incêndios da carne” levava-o a “atiçá-la e abrasar-se mais”, o que conduzia Laranjeira a afirmar que “o êxtase, para o místico cristão, é sobretudo um transe amoroso com a divindade”, marcado claramente pela *erotomania*²⁹.

¹⁴ Manuel Laranjeira, *op. cit.*, pp.20,21.

¹⁵ *Ibid.*, p.51. Laranjeira chegava mesmo a citar a opinião do professor Gilbert Ballet para quem, “entre os regicidas e os santos existem estreitas analogias: se o espírito dos primeiros se volta de preferência para as coisas da política e para os problemas sociais, o espírito dos segundos absorve-se mais nas preocupações religiosas e no amor da divindade, mas o fundo mental é o mesmo”. cit. por Manuel Laranjeira, *op. cit.*, pp.30,31.

¹⁶ *Ibid.*, p.33.

¹⁷ *Ibid.*, p.4.

¹⁸ *Ibid.*, p.36.

¹⁹ Ver: James H. Leuba, *God or man?* New York: Henry Holt and Company, 1933.

²⁰ *Ibid.*, pp.38-40.

²¹ Manuel Laranjeira, *op. cit.*, pp.38-40.

²² *Ibid.*, pp.38-40.

²³ Manuel Laranjeira, *op. cit.*, p.37.

²⁴ *Ibid.*, p.37.

²⁵ *Ibid.*, p.37.

²⁶ *Ibid.*, pp.43-45.

²⁷ *Ibid.*, pp.43-45.

²⁸ *Ibid.*, pp.45-47.

²⁹ *Ibid.*, pp.45-47.

Estas tendências estariam presentes em todos os místicos, independentemente das diferenças temporais e espaciais, pelo que todos seguiam um caminho comum. Este começaria com uma fase silenciosa, caracterizada pela tristeza e abatimento, existiria depois uma fase de elaboração, muitas vezes representada por uma crise ética que acabaria com a criação de uma “fórmula moral da vida”³⁰. A fase de crise seria marcada por uma profunda instabilidade da sensibilidade, alternando entre uma extrema anestesia e uma extrema hiperstesia³¹. Este seria um momento essencial para se atingir o êxtase, e era o êxtase que se pretendia atingir, a posseção do ideal do místico, um verdadeiro estado de transe profundo, que podia ser obtido lenta ou bruscamente.

Laranjeira trazia então à colação um interessante caso passado no concelho da Feira, mais precisamente na Arrifana, com uma senhora de nome Ana de Jesus Maria José de Magalhães, mais conhecida como a *Santa da Arrifana*. Logo no primeiro contacto com o caso, duas evidências chamaram a atenção do médico: primeiro a ascendência familiar, dominada por *loucos e místicos* – o pai era louco, o tio era igualmente nevrota, o irmão era *padre*, sofrendo de monomania religiosa, o que levantou logo a possibilidade de ter sido místico e a irmã era histérica; depois o nome da *santa*, integrando a mais sagrada das listas onomásticas (Ana – Maria e José – Jesus), o que, só por si, constituiria “um elemento patogénico precioso”³². A santa era caracterizada como: *histérica*, provavelmente com *delírio de perseguição*, já que “para ela tudo são pedreiros-livres, inclusivamente os próprios padres”, *entrevada*, provavelmente devido à histeria e com profundas perturbações “no metabolismo nutritivo”³³. Este caso era apresentado como um exemplo de êxtase brusco, atingido de repente e consubstanciado em *elevamentos* ou *suspensão*, durante os quais ela assumia uma “postura de beatitude”, por vezes durante dias, numa “atitude de êxtase cataléptico”, violento “mas facilmente compreensível”³⁴. No extremo oposto estava S. Francisco de Sales, apresentado

como um caso de transe extático lento e progressivo, seguindo todos os passos da escala já nossa conhecida.

Seria a *Santa da Arrifana* o exemplo consumado da objectivação do misticismo através da histeria? Estranhamente, para alguém que se afirmava filho das novas ciências, a resposta de Laranjeira era negativa. Na realidade, para ele o êxtase era “um sintoma psicossomático que [podia] surgir na doença da santidade”³⁵. Ora, a validade da lei não podia assentar numa possibilidade, pelo que, na ausência de uma relação constante entre doença mental e misticismo, o autor acabava por colocar em causa a objectivação deste domínio através das regras do saber positivo, o que fazia tremer o estatuto de poder-saber da psiquiatria. A saída era clara, se aceitasse a patologização do misticismo, Laranjeira estaria a consolidar esse estatuto reforçando, simultaneamente, o sistema positivista de interpretação das doenças mentais. Assim haviam feito Régis, Ballet ou Júlio de Matos ao identificarem o místico com o degenerado. Todavia, para Laranjeira, esta associação esbarrava com a falta de bases científicas. Seguindo o caminho traçado por Leuba, Laranjeira entendia “que a histeria não basta para explicar o misticismo (...) Há místicos que são simultaneamente histéricos, é certo; mas não é menos certo que há muitos e muitos casos de misticismo onde a grande nevrose não pode ser invocada”³⁶. Para além do mais era inegável que muitos místicos revelavam uma superioridade mental e afectiva dificilmente compatibilizável com a noção de degenerescência – “seria preciso demonstrar antes que a superioridade intelectual e moral são na verdade manifestações degenerativas”³⁷. Para todos os efeitos, Laranjeira não estava longe de admitir – embora nunca o afirmasse abertamente – que o misticismo era um fenómeno espiritual, sem qualquer ligação essencial com o organismo, o que nos leva a questionar acerca da possibilidade de conciliação deste ponto de vista com o monismo de Haeckel por ele professado³⁸. É verdade que *A Doença da Santidade* represen-

³⁰ *Ibid.*, pp.52-55.

³¹ *Ibid.*, p.57.

³² Laranjeira não se coíbe de dedicar mais de uma página a esta questão do nome, afirmando não ser “uma fantasia médica atribuir a um nome o valor de factor patogénico: é mesmo vulgar encontrar na patogenia da síndrome mística um factor desta natureza, isto é, a influência dum nome auxiliando outros motivos, na determinação de muitos actos.” Um caso paradigmático seria o do Infante D. Henrique, cujas iniciais – IDA – teriam marcado de sobremaneira a sua acção aventureira. Manuel Laranjeira, *op. cit.*, pp.82,83.

³³ *Ibid.*, pp.84,85

³⁴ *Ibid.*

³⁵ *Ibid.*, p.90.

³⁶ Manuel Laranjeira, *op. cit.*, p.64.

³⁷ *Ibid.*, p.48. Nos nossos dias, Scharfetter concorda com Laranjeira afirmando que os desvios anormais podem ter duas direcções: uma «positiva» personificada naqueles que possuem dotes máximos numa esfera racional, artística, de intuição e outras semelhantes; outra «negativa» na qual se verificam comportamentos que se desviam num sentido negativo, atrasado, fracassante, atormentado, perturbador em relação à norma usual no país ou no grupo e que provocam sofrimento a terceiros. Algumas pessoas são simultaneamente anormais em sentido «positivo» e «negativo». Ver: Christian Scharfetter, *op. cit.*, pp.10-12.

³⁸ Bernard Martocq, *Manuel Laranjeira et son temps (1877-1912)*, Paris, 1985, pp.258.

ta um esforço sério de aplicação de todos os contributos psiquiátricos da época relativos a um tema cuja resistência à análise se pretendia destruída pelo triunfo do cientismo. No entanto, este trabalho não deixa de revelar claras hesitações na hora de assumir posições decisivas. Nele, o misticismo é tendencialmente descrito por aquilo que não é e não por aquilo que é, como se Laranjeira temesse perder o mistério de uma realidade que tanto o fascinava. Para Bernard Martocq, esta quase paralisia revelada pelo médico português em relação ao avanço generalizado da ciência terá como fundamento a oposição e incompatibilidade entre duas tendências fundamentais no seu pensamento: a influência de Haeckel, resultante da sua formação científica e as tendências religiosas, tantas vezes negadas mas nunca afastadas³⁹. O resultado é um trabalho recheado de nuances, com medo das generalizações e livre do reducionismo.

Júlio de Matos e a degenerescência

Júlio de Matos conduziu a sua carreira de acordo com o princípio basilar da objectivação da loucura. Outra coisa não seria de esperar de um homem que, nas suas cartas de juventude a Teófilo Braga, mostrava que a filosofia positivista de August Comte havia aparecido na sua vida como uma revelação⁴⁰. Na realidade, tal como Comte, Matos afirmava que a fé na ciência positiva o tinha salvo da loucura. De certa forma, desde o início, o positivismo assumiu-se como cura para os males do espírito, no Homem ou na humanidade, o que lhe deu uma aura messiânica, tantas vezes renegada, e o tornou indispensável para dar forma a dados raros e dispersos de modo a comporem uma única ciência da mente. O caminho de Matos foi ainda marcado por Spencer, Lotze, Bain e Fechner, com base nos quais afirmou, desde muito cedo, que a especulação racional da psicologia idealista não passava de um “sintoma de indisciplina”, sendo “impossível sair-se um instante só do

campo da mais estreita fenomenalidade”⁴¹. Mesmo assim, Matos não pode ser considerado materialista. Na realidade, ele identificava esta teoria “com [uma] pretensão metafísica de explicar os fenómenos psíquicos (...) dado que a vida mental do homem depende não somente do seu cérebro mas também da colectividade onde se desenvolve, como prova a existência da linguagem, do direito, do altruísmo, impossíveis nos estudos de isolamento. (...) Daqui se infere a complexidade superior dos factos psicológicos”⁴².

A assumpção deste processo, verdadeiramente comtiano, de ligação permanente entre sociologia e biologia, determinou a definição de homens de fé estabelecida por Júlio de Matos. Na obra de 1911, *Elementos de psiquiatria*, ele esclarece: o homem de fé é aquele que exagera as crenças religiosas ao ponto destas se tornarem a sua preocupação dominante; todavia, seria este momento de exagero uma consequência da constituição biológica do indivíduo afectado ou uma causa, socialmente motivada, para um estado de loucura que já se entrevia? Matos parecia admitir as duas possibilidades: “elas [preocupações religiosas] preparam a loucura, quando não são mesmo uma denúncia da sua existência”⁴³; porém, algumas páginas antes desta afirmação, o discurso do alienista revelava claramente que a biologia, nomeadamente a hereditariedade, aparecia como a causa da loucura, sendo a sua frequência tão elevada que, segundo o autor, “perto de trinta anos de observação me conduzem a considerar como absolutamente excepcionais, se existem, os casos em que ela não pode invocarse”⁴⁴. Como conciliar estes dois elementos etiológicos, o exógeno (essencialmente social) e o endógeno (essencialmente biológico)? A sua resposta assumia, na plenitude, as influências positivistas, colocando a chave do problema na perspectiva: se pensarmos em termos de espécie, “diremos que são mais importantes as exógenas,” já que “do meio cósmico e social dependem todas as modificações úteis ou nocivas que (...) virão actuar sobre cada um de nós”; se pensarmos em termos de indivíduo “responderemos que as causas endógenas são as mais importantes e mais significativas”⁴⁵. É certo que, ao assumirmos o ponto de vista do indivíduo estamos, aparentemente, a colocar de lado todas as causas exógenas que modelaram a espécie, todavia, o que é o indivíduo “senão

³⁹ *Ibid.*, pp.264,265.

⁴⁰ Como filho do seu tempo, o nosso alienista dificilmente se poderia transformar num positivista comtiano absoluto, tendo em conta os avanços mais recentes das ciências da vida. No seu ensaio sobre a evolução da biologia afirmava ser ilegítimo combater Darwin como fizera Comte. Apoiando-se em Wallace, Haeckel, Lefèvre, Spencer, Littré e Quatrefages, aceitou a famosa luta pela existência e o princípio da selecção natural. O facto de Comte, na época de Lamarck, ter antipatizado com o transformismo, tinha uma explicação simples: o grande mestre francês não teria à sua disposição factos posteriormente descobertos. Ver Fernandes, *Filosofia e psiquiatria*, 1º Volume, Coimbra: Atlântida, 1966, pp. 46-54.

⁴¹ Júlio de Matos, «Estudos de Psycho-physiologia», *O Positivismo*, vol. III, Porto: Magalhães & Moniz – Editores, 1881, pp.331-338.

⁴² *Ibid.*

⁴³ Júlio de Matos de, *Elementos de Psychiatria*, Porto: Livraria Chardron, 1911, pp. 30,31.

⁴⁴ *Ibid.*, pp. 14,15.

⁴⁵ *Ibid.*

o somatório orgânico e diferenciado das causas que actuaram lentamente sobre a sua ancestralidade”⁴⁶? Esta era a chave do sistema psiquiátrico elaborado por Júlio de Matos: o Homem de hoje era o “resultado de sistematizações psíquicas de uma complexidade crescente,” ou seja “associações e inibições cada vez mais extensas,” que traduziam “a acção do mundo sobre o Eu e a reacção deste sobre o mundo”; a hereditariedade produzia esta acumulação e o tempo, necessariamente longo, estabilizava as novas sistematizações, ora, “para que a estabilidade psíquica de uma personalidade” se realizasse, era necessário que a herança se fizesse “sempre num mesmo sentido, que a orientação ou finalidade do espírito não [fosse] perturbada”, de outra forma, e levando em conta que “as estratificações mais recentes são também as menos organizadas e as mais instáveis”, aconteceria que “a estratificação mais antiga [sobrelevava] a mais recente”⁴⁷. Neste sentido, “as obsessões e os delírios sistematizados” surgem como “ressurreições, parciais e mais ou menos extensas de um Eu ancestral”⁴⁸, ou seja, um louco é um ser anacrónico, fora do nível de desenvolvimento típico da sua raça, idade e classe, pelo que, como conclui Ana Leonor Pereira, “a verdadeira loucura não existe em si e por si mesma, mas em função do modelo dito científico de normalidade evolutiva” definido por Comte e Spencer⁴⁹. Assim se entende que o estudo da biologia nos transporte até à sociologia, que o estudo do indivíduo nos transporte à sociedade e que o conceito de loucura seja bem mais complexo que a determinação biológica de uma anomalia.

O esquema evolutivo do ser humano estava traçado: do teológico para o científico, do egoísmo para o altruísmo. Ao afirmar que todos os verdadeiros loucos eram degenerados⁵⁰ Matos reduzia o campo das doenças mentais ao desvio regressivo da inteligência ou da moral – aquele que, numa era científica, assumia um funcionamento mental claramente teológico padecia de paranóia, o delírio da razão, e aquele que numa era de altruísmo vivia consumido pelo seu egoísmo padecia de loucura lúcida ou moral, o delírio da vontade.

⁴⁶ *Ibid.*

⁴⁷ *Ibid.*, pp.166-168.

⁴⁸ *Ibid.*

⁴⁹ Ana Leonor Pereira, *A economia da alienação mental na obra de Júlio de Matos*, Coimbra, 1984, p.13.

⁵⁰ “Antropologicamente considerada, a loucura é sempre uma degenerescência, porque em todas as suas múltiplas formas implica um desvio regressivo, total ou parcial (...) psiquiatricamente, porém, não é assim. Se o desvio é reparável dentro da vida individual, se ele constitui um acidente efémero, dependendo muito menos de uma falta inicial e congénita de resistência do que da gravidade e continuidade das causas produtoras, a loucura não se considera degenerativa; é-o, pelo contrário, se constitui um estado irreparável, subsistente, espontâneo ou derivado de insignificantes causas e acusando, portanto, uma inferioridade constitucional.” *Ibid.*

A paranóia

Júlio de Matos definia a paranóia como a “expressão de um desvio regressivo, de uma constituição atávica de inteligência”⁵¹. Tratava-se de uma condição de tal forma complexa que “jamais uma autópsia denunciou em paranóicos qualquer coisa de parecido com um desarranjo palpável e visível (...) do córtex”, ainda que a degenerescência estivesse lá⁵². Aos olhos de todos nós, a presença de ideias obsessivas seria uma marca evidente da paranóia. A obsessão patológica aparece, assim, como uma manifestação inicial de uma realidade encoberta pela complexidade extrema, uma luta interna que acabava na “dissociação parcial e transitória do Eu”, e que tinha, como caracteres essenciais: a origem involuntária, a angústia, a irresistibilidade e a satisfação consecutiva⁵³. Não seria o sentimento religioso um comportamento obsessivo carregando, como tal, a marca da paranóia? De outra forma, como se poderia entender a luta interna vivida pelos cristãos entre a incapacidade para se sentirem filhos de Deus e o excesso de orgulho para se sentirem Seus escravos? Esta luta terminaria numa espera pelo outro mundo e esta espera geraria “a abstenção absoluta dos prazeres dos sentidos”⁵⁴. Era aqui, em pleno território da “aberração mental” que os mais doutos teólogos colocariam “a suprema felicidade pelo antegosto de um futuro interminável de prazeres divinos e absolutos”⁵⁵. Completava-se, assim, o círculo da obsessão religiosa: a sua origem era involuntária e irresistível, porque biológica, gerava angústia, resultante do dualismo, e produzia uma clara satisfação quando se anteava a resolução do dilema e a entrega total à degenerescência.

Outra marca objectiva da paranóia, ainda que nem sempre presente, eram as alucinações, apresentadas por Júlio de Matos como “sensações mal apreciadas”⁵⁶, “determinadas na ausência dos seus excitantes habituais”⁵⁷. Como poderia um aparente erro sensorial sinalizar uma degenerescência tão pro-

⁵¹ *Ibid.*, pp.107,108.

⁵² *Ibid.*, p.152.

⁵³ *Ibid.*, pp.164,165.

⁵⁴ Ana Leonor Pereira, *A economia da alienação mental na obra de Júlio de Matos...*, pp.164,165

⁵⁵ Não queria isto dizer que a felicidade não fizesse parte dos dias destes alienados, no entanto, “a felicidade era aquilo nas épocas em que a fé ocupava o lugar da razão.” Nos dias positivos que então se viviam, a felicidade só seria atingida no momento em que “se subordinar os nossos actos às emoções disciplinadas pela inteligência.” *Ibid.*

⁵⁶ Júlio de Matos de, *Manual das Doenças Mentais...*, p.48.

⁵⁷ Júlio de Matos de, *As Hallucinações*, Porto: Imprensa Commercial, 1880, p.1.

funda como a paranóia? Para Matos a resposta era clara: nenhum erro sensorial possuía a capacidade para falsear juízos já que, “para corrigir as ilusões e alucinações, dispõe o cérebro de recursos, que vão desde a elementar contra-prova de acção de um sentido pela dos outros até ao testemunho alheio”⁵⁸; assim, não era o comum erro sensorial que marcava a degenerescência mas o facto do paranóico, em vez de procurar alinhar os seus sentidos pela normalidade, usar as alucinações como “pontos de apoio”, como confirmação para a sua anormalidade”. É claro que, “no estado da evolução mental que Augusto Comte denominou teológico,” a crença do alucinado nas suas percepções ilusórias era secundada pela sociedade para a qual ele aparecia como um ser especial, um profeta, um enviado”. Daí que, segundo Lélut, ainda durante o século XIX, na Turquia, “existissem homens de Deus, não somente aos olhos dos outros, mas aos seus próprios olhos, que não eram mais iluminados que as multidões, e estas duas crenças não deixavam de se reforçar mutuamente”⁶¹. Alucinados teriam sido Pitágoras, Maomé, Lutero, Santo Inácio de Loyola ou Joana d’Arc⁶², mas, no mundo em que viviam, “o alucinado não [era] entre os homens uma excepção patológica que se discute e analisa, mas uma excepção gloriosa ou funesta que se admira ou persegue”⁶³. Entrados no momento de glória da ciência, não havia outro caminho senão considerar a alucinação como “um fenómeno patológico, a maior parte das vezes sintomático da loucura, mas podendo existir em alguns casos independente dela”⁶⁴. O que seriam, neste contexto, as alucinações místicas se não degenerescências atávicas⁶⁵? Aliás, se centrarmos a nossa atenção na obra de Matos referente às alucinações não será difícil ficar com a impressão de que entre estas e a religião existia uma relação quase directa. Attendamos ao prefácio da dita obra: “temos esperança que este trabalho derramará alguma luz sobre a questão controvertida da realidade da matéria e fornecerá os elementos precisos para

⁵⁸ Júlio de Matos de, *A Paranóia...*, pp.153-155.

⁵⁹ *Ibid.*

⁶⁰ Júlio de Matos de, *As Hallucinações...*, p.7.

⁶¹ Louis Francisque Lélut, *Du Démon de Socrate*, Paris & Montréal: L’Hartmann, 2000, p.336.

⁶² *Ibid.*, pp.336,337.

⁶³ Júlio de Matos de, *As Hallucinações...*, p.7.

⁶⁴ Casos em que o alucinado consegue perceber, através da razão, que os seus sentidos o enganam. Júlio de Matos de, *As Hallucinações...*, p.10.

⁶⁵ Nas palavras de Ana Leonor Pereira, degenerescência porque se trata de “uma marcha atrás ou inversão de marcha no quadro da lei evolutiva” e atavismo porque se trata de uma “paragem na evolução, enquanto movimento cumulativo de capacidades ideativas”. Ana Leonor Pereira, *A economia da alienação mental na obra de Júlio de Matos...*, p.16.

julgar da acção social de alucinados históricos como Sócrates, Lutero, Joana d’Arc, Maomé, etc. tipos salientes que na evolução humana representaram um vasto papel”⁶⁶. Com ou sem intenção, todos os exemplos apresentados, logo nas primeiras linhas da obra, padeceriam de alucinações religiosas, ou seja, de todas as páginas da História, apenas aquelas referentes aos “mártires e (...) prosélitos mais ardentes do cristianismo, como de todas as religiões,” assumiram, aos olhos de Matos, o papel de “documentos precisos para o estudo da alienação mental”⁶⁷. É claro que a loucura não era, para o alienista português, um exclusivo dos homens de fé, mas o trabalho de selecção de elementos degenerados para figurarem nesta obra não deixa de ser curioso.

Loucura Moral

Tratava-se de uma forma de loucura extremamente complexa, situada imediatamente abaixo da paranóia e caracterizada pela destituição total dos sentimentos básicos de sociabilidade que Matos identificava, de acordo com a sua mentalidade burguesa, com a falta de respeito pelo indivíduo e pela propriedade, algo absolutamente intolerável numa sociedade civilizada⁶⁸. O estigma do louco moral era, assim, a amoralidade. Parecem óbvias as dificuldades geradas por este critério, desde logo a definição das suas fronteiras. Como estabelecer, dentro dos preceitos da cientificidade, um padrão de moralidade capaz de determinar desvios patológicos? A resposta de Júlio de Matos era clara: Comte e Spencer haviam mostrado ao mundo o caminho da nossa evolução, a partir daqui estava “achado o meio de aproximadamente constituir o tipo, cujos regressivos desvios, sejam quais forem as causas que os provoquem, constituem degenerescências no sentido antropológico do termo”⁶⁹. O sistema psiquiátrico de Matos era, assim, um contínuo patológico, no qual as diferenças entre as formas nosológicas eram marcadas, unicamente, pela maior ou menor proximidade ao grau de sistematização psíquica normal, algo determinado não por lesões cerebrais mas “porque a sociologia (comteana e spenceriana) objectivou a verdade histórica, na lei do pro-

⁶⁶ Júlio de Matos de, *As Hallucinações...* p.vi.

⁶⁷ Júlio de Matos, «O problema da felicidade individual», *O Positivismo*, vol. II... pp.182-196.

⁶⁸ Ana Leonor Pereira, *A economia da alienação mental na obra de Júlio de Matos...* pp.21-23.

⁶⁹ Júlio de Matos de, *A Paranóia...* pp. 177-180.

gresso — dos três estados”⁷⁰. Desta forma, o anormal era sempre patológico pelo que, o homem de fé, não podia escapar ao estatuto de degenerado, fosse ele racional ou moral.

Um caso exemplar de loucura lúcida ou moral, associada à histeria, seria o de Rosa Calmon. No início do ano de 1901, os jornais nacionais deram especial relevo ao destino de uma jovem, filha do cônsul do Brasil no Porto, José Calmon Nogueira Valle da Gama, que desejava ardentemente ingressar numa ordem religiosa. Encontrando resistência da família à prossecução deste desejo, a jovem fugiu de casa tendo sido encontrada, pouco depois, num comboio que se dirigia para Sul. O pai achou a filha doente e, por isso, restringiu-lhe os movimentos. O semanário católico portuense, *Alliança*, entendeu a situação como: “cárcere privado — um escândalo e um crime (...) uma vítima da intolerância”⁷¹. O *Caso Calmon*, como ficou conhecido, assumiu proporções tais que criou um ambiente de quase guerra aberta, envolvendo as relações diplomáticas Portugal-Brasil, o problema das congregações religiosas, a questão religiosa, a questão social, a agitação social, o debate doutrinário e ideológico, o regalismo e as relações Igreja-Estado⁷².

Júlio de Matos foi chamado, pela família Calmon, para realizar um parecer sobre o estado mental da jovem. Como observação preliminar, de extrema relevância para o processo, Matos, à altura director clínico do Hospital de Alienados do Conde Ferreira, construiu uma detalhada árvore genealógica de Rosa Calmon para concluir que ela procedia “de uma família de nevro e psicopatias”⁷³. A árvore aparecia como prova contundente da “lei da hereditariedade progressiva,” segundo a qual as primeiras manifestações da patologia mental passariam, como se encontrava descrito na genealogia de Rosa Calmon, pela “demência senil, simples encefalopatia”; as gerações seguintes seriam já afectadas por patologias mais sérias como “a paranóia,” “a histero-epilepsia” e “a loucura moral, psicoses francamente degenerativas e constitucionais”⁷⁴. Tão reveladora seria esta árvore genealógica que servia de prova para mais duas leis: a da “fecundação mútua dos germes, revelada nos efeitos da consanguinidade” e a da “transmissão acelerada,” demonstrada pelo facto

das primeiras gerações da família padecerem tardiamente de alienações, “a ponto de só aparecer depois dos 90 anos,” e nas mais recentes a alienação ser precoce, “como as irmãs de D. Rosa, histero-epilépticas (...) primos seus (...) um idiota nascido morto em convulsões, o indício e o anúncio da extinção de uma raça”⁷⁵. Seguidamente explanava-se todo o historial médico da jovem, dando especial relevância à relação entre o desenvolvimento sexual e o aparecimento dos primeiros sintomas patológicos⁷⁶. A um destes sintomas, ocorrido logo após a primeira menstruação, foi dada especial importância, tanto por Matos, como pelos peritos internacionais a quem ele recorreu para reforçar as suas conclusões: uma abulia sistematizada, ou seja, uma alteração anormal da vontade caracterizada pela indecisão e pela impotência da acção, neste caso incidindo sobre um sistema de actos particular: “todas as vezes que era interrogada sobre assuntos relativos aos seus estudos ou convidada a ler em voz alta qualquer trecho, era tomada de um invencível mutismo”⁷⁷, ainda que soubesse ler e escrever com alguma facilidade. Mais uma vez se comprovava a existência da degeneração psíquica e somática na família. O estrabismo, “um estigma degenerativo”, juntamente com a abulia sistematizada bastavam para definir a degenerescência⁷⁸.

Apesar de evidente, a degenerescência só começou a abalar a vida dos Calmon a partir de 1898, quando Rosa passou a frequentar a casa de uma família politicamente absolutista e religiosamente fanática — Matos fazia questão de salientar que estas eram duas faces de uma mesma moeda, intimamente ligada às patologias mentais. Esta família colocou a jovem em contacto com religiosos e religiosas extremistas o que a levou “a entregar-se a práticas exageradas do catolicismo”: rezando muito, “confessando-se e recebendo muitas vezes a comunhão, e lendo exclusivamente obras místicas, das quais transcrevia pensamentos para um livrinho de bolso”⁷⁹. O aumento da actividade religiosa foi acompanhado por uma diminuição do interesse na vida social. Rosa “deixou de frequentar os teatros e os passeios,” abandonou o seu

⁷⁰ Ana Leonor Pereira, *A economia da alienação mental na obra de Júlio de Matos...* p.31.

⁷¹ Cit. por: Amaro da Silva, *O Partido Nacionalista no contexto do Nacionalismo Católico (1901-1910)*, Lisboa: Edições Colibri, 1996, pp.208-213.

⁷² *Ibid.*

⁷³ Júlio de Matos de, *A Questão Calmon*, Porto: Livraria Moreira, 1900, pp.50,51.

⁷⁴ Júlio de Matos de, *A Questão Calmon...* pp.50,51.

⁷⁵ *Ibid.*

⁷⁶ “A sr.a D. Rosa foi regulada a primeira vez aos 12 annos, começando então a experimentar: sensações de constricção na garganta, «como se lh’a apertassem»; dores agudas da região illiaca, forçando-a, no primeiro dia de cada menstruação a guardar o leito”. *Ibid.*, p.10.

⁷⁷ *Ibid.*

⁷⁸ *Ibid.*, pp.51,52.

⁷⁹ Algumas amostras: «Ne tenir à rien, Dieu seul, par le détachement entier de tout ... Me tenir indifférente à tout ... N’aimer et ne chercher que l’adorable et adorée volonté de Dieu...» Júlio de Matos de, *A Questão Calmon...* p.12.

querido piano e, para desespero da mãe, “descurou a toilette” a ponto “de não mudar oportunamente a roupa branca”⁸⁰. Mesmo assim, a paciente era apresentada por Matos como “lúcida”, raciocinava normalmente e procurava justificar todos os seus actos. Porém, mentia com bastante frequência e perdera toda a sua anterior modéstia, não hesitando em apresentar aos jornais os problemas que a afligiam, no fundo, “a sua *secura* e o seu *egoísmo* actuais [contrastavam] clamorosamente com a antiga afectuosidade – levada ao ponto de ter ciúmes da ternura do pai pelas outras irmãs,” o que motivava a exclamação da mãe: “trocaram-nos a nossa filha”⁸¹! Matos atribuía particular atenção a este tipo de alterações designando-as como, “anomalia(s) de um altruísmo rudimentar,” na verdade, a essência da “loucura afectiva”⁸².

Em posse de todos estes dados, baseando-se na “hereditariedade convergente, vesânica e nevropática,” da jovem, nos seus “ataques incompletos,” “síndromas e estigmas físicos e psíquicos acima mencionados,” e na “mudança radical de carácter, de sentimentos e de conduta da arguida,” Matos estabelecia um diagnóstico claro: “degenerescência psíquica hereditária, de que são síndromas a histeria constitucional e a loucura lúcida (variedade afectiva)”⁸³. As consequências deste diagnóstico eram igualmente claras: “constatando que a paixão religiosa produziu na arguida, eminentemente sugestionável, um estreitamento do campo da consciência, incompatível com o livre exercício da vontade e escolha de motivos d’acção, voto por que ela seja interdita”⁸⁴.

Uma cópia deste relatório médico foi enviada, por Júlio de Matos a Dallemagne, Lombroso, Magnan, Maudslay, Morselli, Régis, Séglas, Ritti e ainda, em Portugal, a Bombarda e Magalhães Lemos. Todos concordaram com o diagnóstico de Matos – Maudsley e Séglas preferiram não avançar além da “fórmula genérica de anomalia mental ou de psicopatia hereditária”; Régis e Morselli chegaram mesmo a “lembrar a possível existência de elementos alucinatorios ou delirantes” que teriam passado despercebidos⁸⁵.

Rosa Calmon fornecera ao alienista portuense uma oportunidade única de trazer a ciência para a rua e para os locais de decisão política: ela era o paradigma vivo da loucura moral, uma definição clara do “árido e seco perfil das

histéricas místicas”, capaz de mobilizar as multidões e os governantes⁸⁶. Percebendo, integralmente, o potencial deste caso, Matos recomendou aos leitores menos interessados em questões científicas o recurso a algumas obras de ficção capazes de revelarem o místico. Só assim se espalharia a ideia de que, “sempre e em toda a parte os tipos mórbidos se repetem; a questão toda está em ter-se educada a visão mental que os surpreende”⁸⁷.

Considerações Finais

Rosa Calmon era mais um caso, em tudo semelhante aos flagelantes medievais, aos revivalistas irlandeses e a todos aqueles que manifestavam uma proximidade mais *absorvente* com o sobrenatural. Através deles, os republicanos acabavam por revelar uma contradição subjacente à sua lógica cientista: por um lado, a sua ideologia representava o universo como um processo sujeito apenas a leis mecânicas, livre de qualquer finalismo; por outro lado, a busca de uma base ontica, levava-os a invocar, sem problemas, uma finalidade – a realização perfeita do Homem – que só poderia acontecer através do afastamento destes elementos patológicos. De acordo com a lógica positivista, tantas vezes apregoada, a ciência devia limitar-se a explicar como é que os fenómenos acontecem. No entanto, os defensores desta lógica eram os mesmos que acabavam por conferir sentido às suas previsões, o que só pode ser entendido como uma projecção de índole metafísica.

Miguel Bombarda seguia este caminho ao pugnar pela cientificação da moral. Bombarda afirmava que não procurava mais do que a sistematização do senso comum, todavia, os desejos inerentes a esta sistematização – a perfeita adequação do egoísmo ao altruísmo, o solidarismo laico, a moral científica – tinham muito mais de metafísico do que o autor estava disposto a assumir. O círculo estava fechado, os valores jacobinos haviam sido transpostos para o fim do século XIX, ganhando uma nova imagem, recolhendo aqui e ali pedaços do método experimental, no sentido de lhes conferir a credibilidade

⁸⁰ *Ibid.*, p.16.

⁸¹ *Ibid.*

⁸² *Ibid.*

⁸³ *Ibid.*

⁸⁴ *Ibid.*

⁸⁵ Júlio de Matos de, *A Questão Calmon...*, p.49.

⁸⁶ *Ibid.*, p.54.

⁸⁷ *Ibid.*, pp.53,54 Uma das obras recomendada por Matos foi *A Evangelista* (1883) de Affonso Daudet. Nesta obra, a personagem principal, Eline, padecia da mesma loucura moral que afectava Rosa Calmon. Cerca de quinze anos depois da publicação do relatório Calmon, Teixeira de Queiroz escrevia, segundo os modelos psicopatológicos da altura, uma obra de ficção sobre o amor místico, inspirada no caso de Louise Lateau, a estigmatizada de Bois d’Haine, na Bélgica, intitulado: *Amor Divino*.

de que necessitavam, e estavam prontos a fazer aquilo que não haviam conseguido um século antes: levar o Homem ao seu ideal de perfectibilidade.

No fundo, a tese apresentada pelo cientismo republicano era clara: aceitar a cientificação da política implicava aceitar, também, a condenação biológica dos elementos não adaptados da sociedade. Neste sentido, o estabelecimento da harmonia definitiva exigia o fim dos motivos para o conflito o que implicava a patologização daqueles que impediam a concretização do ideal que motivava o desenvolvimento científico: o fim da história, a concretização plena da essência do Homem. Mesmo controversa, a visão de Foucault sobre este movimento de patologização de comportamentos no sentido da progressiva perfectibilidade humana, merecerá ser chamada à colação. Para o pensador francês o asilo de Pinel funcionava como instrumento de denúncia social e uniformização moral. Contra o sentimento de culpa predominante na moral Cristã, a comunidade médica do início do século XIX formulou uma nova moral, baseada na ideia de “tendências naturais”, segundo a qual a saúde dependia da prevenção das desordens, quer por excesso quer por defeito, dos instintos essenciais: alimentação e o sexo. Foi assim, com base na medicina, que surgiu o conceito burguês de saúde, no qual as normas racionais substituíam a expiação dos pecados e os milagres. Nesta sociedade burguesa, todos aqueles que não compartilhassem dos seus valores seriam colocados no asilo como inadaptados, uma palavra que ganharia outro sentido com o darwinismo. O fanatismo religioso, a resistência ao trabalho e o roubo eram, neste contexto, as maiores ofensas e, como tal, não escapavam à patologização. Curiosamente, depois de libertar grande parte dos *loucos* retidos em Bicêtre e La Salpêtrière, Pinel recusou a libertação dos “fanáticos que se acreditavam inspirados e procuravam fazer conversões, e dos que sentiam um prazer perverso em incitar outros loucos à desobediência com o pretexto de que seria melhor obedecer a Deus que ao Homem”⁸⁸. Da mesma forma mantiveram-se presos aqueles que não se queriam sujeitar à lei geral do trabalho e os que sentiam uma necessidade extrema de roubar.

Muitos testemunhos se têm levantado contra esta visão *anti-psiquiátrica* de Foucault, negando a existência de uma repressão social generalizada sob a forma de aprisionamento hospitalar. Todavia, independentemente da generalização ou não deste acto, a permanência em cativeiro do grupo acima cita-

do, mantendo sobre si o rótulo de *patológico*, mesmo depois da heróica libertação preconizada por Pinel e aparentemente responsável pela destruição de tantos preconceitos, tem o seu significado. Importa, acima de tudo, chamar a atenção para a estreita ligação da cultura, marcadamente iluminista, que dominava aquela época, a este movimento científico e assistencial⁸⁹. É que, em meados do século, a sociedade era a mesma, os valores mantinham-se, havia, contudo, um novo argumento: a ciência. Daí que, num curioso ensaio sobre a geração de materialistas de 1871 a 1900, o professor Carlton Hayes designe este período como o “clímax do Iluminismo”⁹⁰. Os doentes mentais eram agora os degenerados, o discurso ganhava outra complexidade, o cientismo trespassava por todas as áreas mas os motivos para a exclusão eram os mesmos – a desobediência aos preceitos da sociedade burguesa⁹¹.

Curiosamente, os psiquiatras portugueses primo-republicanos não se cansaram de justificar esta abordagem. Júlio de Matos fê-lo ao identificar os inimigos da sociedade burguesa: clero e proletariado, ambos patologizados. Miguel Bombarda afirmava-o quando escrevia: “ninguém poderá hesitar em meter a dentro das fronteiras da alienação todas aquelas situações mentais que discordam de usos e convenções sociais e que disparam do meio ambiente, que é uma medida de afectos e inteligência”⁹². As *convenções sociais* seriam, naturalmente, burguesas e, como admite o psiquiatra lisboeta, elas constituíam a base para a definição deste tipo de patologia. Assim sendo, se a loucura religiosa era caracterizada pelas “preocupações fixas”, o que a distinguiria das ideias fixas de homens como Bombarda? Apenas o meio social dominante⁹³. Era o próprio alienista a reconhecê-lo: “é sabido que me hão de dizer que também aqui há um tanto de ideia fixa de alienista”, porém, ele nada temia já que a sociedade aparecia como seu garante de normalidade⁹⁴.

⁸⁹ Barahona Fernandes chamava a atenção para a ligação temporal de vários actos de inspiração iluminista: a libertação dos loucos e a sua recuperação de alienados para doentes, a libertação, em Portugal, dos escravos, a abolição da pena de morte, a reiteração dos direitos humanos e a atribuição da irresponsabilidade penal aos alienados criminosos. Barahona Fernandes, «O Nascimento da Psiquiatria em Portugal» in: *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, I Vol., Academia das Ciências de Lisboa, 1986, p.584.

⁹⁰ Ver: Carlton Hayes, *A Generation of Materialism*, New York: Harper Torchbooks, 1941, pp.328-340.

⁹¹ Michel Foucault, *Madness and Civilization*, London: Routledge Classics, 2001, pp.244-255.

⁹² Miguel Bombarda, *A Consciência e o Livre Arbitrio*, 2ª ed., Lisboa, 1902, p.187.

⁹³ *Ibid.*, p.187.

⁹⁴ Miguel Bombarda, *op.cit.*, p.187.

⁸⁸ Philippe Pinel, cit. por: Michel Foucault, *op. cit.*, p.254.

Miguel Bombarda e a Assistência Mental em Portugal¹

Paulo Araújo

Miguel Bombarda (1852-1910) foi um eminente representante da comunidade médica portuguesa dos finais do século XIX e primeira década do século XX. O seu carácter polémico e combativo deixou marcas na vida cultural, científica, institucional e política da sua época, tornando-o uma figura incontornável da sua época.

O presente trabalho pretende alargar o conhecimento sobre a actividade desta personalidade, mais concretamente a sua acção como médico e alienista, actividade que exerceu durante uma parte considerável da sua vida profissional. Assim, procurámos, numa primeira fase, analisar o seu entendimento sobre a problemática da doença mental em geral (vulgarmente designada de loucura), e da distinção estabelecida entre o normal e o patológico. Esta percepção afigura-se como um elemento fundamental para a compreensão da sua actividade assistencial, quer ao nível microcómico do manicómio que dirigiu, quer ao nível macrocómico, através das propostas de criação de um sistema de assistência mental que procurou delinear para o território português.

De seguida, analisamos a acção de Miguel Bombarda como director do manicómio de Rilhafolles entre 1892 e 1910, dando uma particular importância ao entendimento que possuía acerca da natureza da instituição que dirigiu. Para além desta faceta da sua acção como alienista, iremos também analisar o modelo de assistência mental que preconizou e que visou, como iremos ver, a criação de um sistema assistencial consentâneo com as realidades de assistência mental mais avançadas da Europa. Para isso, analisámos o "*Projecto-Lei de Protecção aos Alienados*" de 1909 da sua autoria, que apesar de nunca ter sido aprovado, não deixa de consti-

¹ Este trabalho insere-se na dissertação de mestrado intitulada "*Miguel Bombarda: Ciência, Política e Assistência Mental*", apresentada à Universidade do Minho em 2004 pelo autor, sob a coordenação científica do Professor Doutor Norberto Amadeu Ferreira Gonçalves da Cunha da mesma Universidade.

tuir um documento importante para a compreensão do pensamento e acção de Miguel Bombarda, e para a definição da política de Assistência mental em Portugal da última metade do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Contexto histórico da assistência aos doentes mentais em Portugal (1820-1910)

A evolução da assistência mental moderna e o desenvolvimento da disciplina psiquiátrica em Portugal, ao longo do século XIX, foi um processo que decorreu de forma integrada e progressiva. Este fenómeno foi marcado por inúmeros constrangimentos que condicionaram a efectiva implantação de um sistema de assistência consentâneo com os desejos e aspirações, quer da emergente comunidade psiquiátrica portuguesa, quer de todos aqueles que consideravam a alienação mental como um problema político e social, que deveria preocupar as autoridades de qualquer Estado moderno e civilizado. O período histórico que decorreu entre 1820 e 1911 reflectiu, através de variadas etapas, todo este vasto e complexo processo.

Apesar da rarefacção das fontes históricas, a realidade da assistência aos doentes mentais portugueses é antiga. Sabemos que, já em 1539 existiam alienados internados no Hospital Real de Todos-os-Santos, estando o Padre Fernandes de Gouveia, capelão de D. João III, encarregue do seu tratamento. Em 1763, aquando da reconstrução do Hospital do Rossio, foi criada uma enfermaria denominada de S. João de Deus, que tinha por missão recolher os doentes mentais. Depois do terramoto de Lisboa, em 1755, o internamento passou a realizar-se no Hospital de S. José. Quanto às restantes regiões do território português, não possuímos referências que nos possam indicar a real situação dos doentes mentais, embora a realidade destes indivíduos não se afaste das descrições efectuadas para o século XIX, por António Maria de Senna, na sua obra "*Os Alienados em Portugal*", onde os doentes mentais eram como refere "*recebidos em alguns hospitais gerais ou nas cadeias, quando não vagueavam ao desamparo pelas ruas e estradas, completamente abandonados de qualquer género de protecção*"².

² António Maria de Senna, "Os alienados em Portugal", *A Medicina Contemporânea*, (05-08-1883), Nº31, Lisboa, p.247.

Esta situação mudaria, pelo menos em teoria, com o fenómeno da ascensão e consolidação do liberalismo. A nova realidade ideológica, política e social não se compadeceu com a tradicional passividade em relação à assistência aos doentes mentais³. Os motivos de preocupação dos liberais perante a problemática da loucura tinham várias facetas. As novas autoridades consideravam que a imprecisão do estatuto social do alienado (tido como irresponsável e, por isso, perigoso para a liberdade, economia e moralidade dos restantes cidadãos), constituía um factor de real preocupação para a autoridade do Estado⁴. Perante esta situação de potencial ameaça ao bem-estar individual e colectivo, o Estado tinha o dever de promover o encerramento destes indivíduos em instituições destinadas ao seu internamento e tratamento. A motivação eminentemente repressiva desta perspectiva não deixou de coexistir com os preconceitos filantrópicos e humanistas dos liberais. Embora a incidência social do fenómeno fosse residual, o facto é que este apelava a uma intervenção de natureza protectora, vista como uma necessidade exemplar e civilizadora⁵. Da convergência destes elementos nasceu a necessidade da formulação de uma política de assistência mental centrada em instituições capazes de satisfazer os propósitos do internamento e tratamento dos doentes mentais. O desenrolar do século viria a demonstrar as dificuldades de realização destas intenções.

Entre os anos vinte e o final dos anos quarenta, momento que assinalou a efectiva criação do primeiro manicómio português (manicómio de Rilha-folles), o processo de aplicação de uma política de assistência aos alienados foi marcado por intenções goradas, avanços e retrocessos por parte dos poderes públicos e desentendimentos institucionais, que inviabilizaram a criação de qualquer tipo de instituição dedicada, em exclusivo, ao internamento dos doentes mentais portugueses.

O impasse relacionado com a construção de uma instituição especializada na assistência aos alienados em Portugal manteve-se inalterado até 1848, momento em que o governo chefiado pelo Duque de Saldanha resolveu promulgar o decreto de 7 de Novembro que, entre outras medidas, preconizava

³ José Mattoso (Dir.), *História de Portugal: (O Liberalismo 1807-1890)*, Vol.V. Círculo de Leitores, Lisboa, p.501.

⁴ Ana Leonor Pereira, "A institucionalização da loucura em Portugal", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Lisboa, Nº21, Novembro de 1986, pp.86-87.

⁵ Pierre Pichot e Barahona Fernandes, *Um século de psiquiatria e a psiquiatria em Portugal*, Roche Farmacêutica Química Lda, Lisboa, 1984, p.249.

a constituição de uma instituição de assistência mental, que ocuparia o espaço do antigo convento de Rilhafolles. O regulamento do manicómio de Rilhafolles foi aprovado em Abril de 1851, sendo profundamente inspirado na lei francesa de protecção aos alienados de 1838. No seu artigo primeiro ficaram definidas as funções do hospital, que se destinava ao asilo, tratamento e cura de alienados de ambos os sexos, que viviam no território português⁶.

O manicómio de Rilhafolles obedecia, tal como os seus congéneres europeus a um conjunto de princípios orientadores dos manicómios europeus, que procuravam satisfazer alguns objectivos essenciais, como a protecção da ordem e moral pública, a protecção dos alienados e a sua posterior recuperação através da terapia e do trabalho⁷. A nova instituição de Rilhafolles constituiu, assim, a primeira manifestação concreta, da aplicação de uma política de assistência mental em Portugal, fenómeno que, apesar das dificuldades, não deixou de se intensificar nas décadas seguintes.

Com efeito, a segunda metade do século XIX ficou marcada por um conjunto de avanços ao nível da assistência mental, dos quais destacamos a emergência e consolidação de uma comunidade de médicos-psiquiatras atentos aos modelos teóricos e práticos da psiquiatria europeia da época. A influência de alguns membros deste grupo foi determinante, quer na estruturação científica da disciplina psiquiátrica, quer na formulação de medidas legislativas e institucionais, que visaram uma crescente responsabilização pública e privada para com a sorte dos alienados portugueses. Deste primeiro grupo, para além de Bernardino António Gomes (1806-1877) e António Maria Ribeiro (?-1853), podemos referir os nomes de Francisco Martins Pulido (1815-1876), Guilherme Abranches (1812-1872), Caetano Beirão (1843-1931) e António Maria de Senna (1845-1890)⁸.

Destes, a personalidade de António Maria de Senna constitui uma referência paradigmática, sendo considerado por muitos autores, como o pai da psiquiatria científica portuguesa⁹. Médico e professor de fisiologia na Universidade de Coimbra, António Maria de Senna sofreu a influência das escolas psi-

quiátricas francesa e alemã¹⁰, das quais retirou os pressupostos teóricos e técnicos dos seus estudos clínicos¹¹. No ano de 1882, protagonizou a fundação do Hospital de alienados do Conde Ferreira no Porto, do qual foi o seu primeiro director. As suas preocupações pela política de assistência mental e pela condição dos alienados motivaram a publicação, em 1884, do seu estudo mais importante "*Os Alienados em Portugal*", onde efectuou um retrato rigoroso da situação dos doentes mentais portugueses. No ano de 1889, por intermédio de José Luciano de Castro, líder do Partido Progressista e presidente do Conselho de Ministros, foi discutida e aprovada, na Câmara do Deputados, uma proposta legislativa da autoria de António Maria de Senna, onde se estabeleciam os princípios orientadores da nova política de assistência mental em Portugal¹². A designada *Lei Senna*, pelo seu carácter abrangente e pela coerência, afigura-se nos como a primeira proposta legislativa que, efectivamente, procurou definir os contornos de uma acção assistencial eficaz e consentânea com os modelos europeus. António Maria de Senna morreu em 1890.

Contudo, apesar das transformações que se vieram a verificar ao nível científico-disciplinar, legislativo e institucional, o facto é que, na realidade, o panorama da assistência mental em Portugal continuou ao longo da segunda metade do século a revelar um conjunto de deficiências constrangedoras. Não obstante o dinamismo da comunidade psiquiátrica, a disciplina manteve-se afastada dos currículos das escolas médicas¹³. Esta situação de relativa marginalidade foi mais evidente no plano legislativo, que se mostrou praticamente nulo a partir de 1889. O mesmo aconteceu na aplicação da Lei Senna, que se caracterizou por um total incumprimento dos compromissos assumidos por parte do Estado¹⁴. A nível institucional, o quadro era ainda mais dramático. Ao longo de todo este período os dois manicómios gerais de Lisboa (Rilhafolles) e

⁶ *Regulamento do hospital d'Alienados estabelecido no edificio de Rilhafolles*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1851, Cap. I, artº 1. Extraído de J.F. Reis de Oliveira, *Rilhafolles e a acção do professor Miguel Bombarda*, Lisboa, 1983, pp.53-81.

⁷ Manuela Fleming, *Ideologia e práticas psiquiátricas*, Afrontamento, Lisboa, 1976, p.24.

⁸ Personalidades correspondentes ao "Primeiro Período" da psiquiatria em Portugal, segundo a tipologia evolutiva e histórica da disciplina delineada por Barahona Fernandes. (Veja: Pierre Pichot e Barahona Fernandes, ..., pp.249-258.)

⁹ Manuela Fleming, ..., p.28.

¹⁰ Manual Louzã Henriques, *As concepções materialista, positivista e evolucionista e a psiquiatria portuguesa*, Unitas - Cooperativa Académica de Consumo, Coimbra, 1966, pp.382-388.

¹¹ Barahona Fernandes, *No Signo de hipócrates II*, Livraria Luso-Espanhola, Lda., Lisboa, 1956, p.143.

¹² Para uma perspectiva mais completa sobre os fundamentos orientadores do projecto elaborado por António Maria de Senna. (Veja: António Maria de Senna, "Relatório e proposta de lei para a organização da hospitalização dos alienados", in *A Medicina Contemporânea*, Lisboa, Nº23, (03-06-1888), pp.181-184.). A discussão do projecto de lei efectuou-se na Câmara dos Deputados no dia 3 de Julho de 1889. Da análise das actas da discussão do designado projecto-lei nº106, apesar da discussão de pormenores ligados aos quantitativos do financiamento denota-se uma relativa unanimidade dos variados grupos parlamentares em relação à importância das medidas propostas por António Maria de Senna. (Veja: *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Sessão de 3 de Junho de 1889, pp.1101-1116. A denominada Lei Senna entrou em vigor em Julho de 1889. *Diário do Governo*, Nº155, (15-07-1889), pp.1629-1630.)

¹³ Pierre Pichot e Barahona Fernandes, ..., p.277.

¹⁴ Victor Ribeiro, *História da beneficência em Portugal*, Imprensa Universidade, Coimbra, 1907, p.333.

Porto (Conde Ferreira), revelaram dificuldades crescentes ao nível da gestão e tratamento dos doentes¹⁵. Dependência administrativa, escassez de recursos financeiros e humanos e aumento do número de internados caracterizaram, com maior ou menor intensidade, a realidade do funcionamento destas duas instituições. Esta situação não sofreu grandes alterações até à implantação do regime republicano em 1910. Será no interior deste contexto histórico e institucional que a acção assistencial de Miguel Bombarda se concretizou.

Miguel Bombarda e a natureza do normal e do patológico

A actividade assistencial de Miguel Bombarda não pode ser desligada do entendimento que este possuía acerca da problemática da doença mental em geral (vulgarmente designada de loucura), e da distinção entre o normal e o patológico¹⁶. A compreensão destas distinções e a sua complexa aplicabilidade à disciplina psiquiátrica constitui um elemento importante para a compreensão da prática e pensamento assistencial de Miguel Bombarda.

A perspectiva do normal e patológico que Miguel Bombarda adoptou não se afastou dos preconceitos do materialismo mecanicista, determinista e neo-lamarckista que sustentavam a sua mundividência filosófico-científica. Neste sentido, a sua perspectiva clínica fundava-se na aceitação incondicional do paradigma somático, considerando que a origem dos estados de patologia mental resultavam de transformações disfuncionais operadas ao nível da estrutura orgânica do cérebro¹⁷.

Os factores que desencadeavam este fenómeno tinham uma etiologia diversificada. Podiam depender das qualidades herdadas dos progenitores, visto que no processo da ontogénese se transferiam os componentes essenciais dos progenitores para os descendentes¹⁸, como também de factores mesológi-

cos que interferiam no mesmo processo, garantindo transformações variadas ao nível orgânico, capazes de afectar a estrutura cerebral do ser vivo em formação¹⁹. Este último factor, para além de condicionar de, forma decisiva, a evolução de todo o processo ontogenético, não deixava de exercer a sua influência ao longo do percurso de vida do indivíduo, na medida em que os constrangimentos impostos pelo meio (físico e cultural) poderiam provocar “*desarranjos na mecânica cerebral*” capazes de provocar graves manifestações patológicas. A manifestação do normal e do patológico estava, assim, condicionada por um determinismo mesológico que ultrapassava a esfera individual. Esta percepção da natureza das patologias mentais, apesar de não se ter afastado dos conceitos objectivistas do paradigma somático dominante, encerrava em si mesmo um reconhecimento implícito do papel de um conjunto diversificado de factores fossem eles de natureza psicológica, social ou cultural.

Mas, se a natureza das patologias mentais era um fenómeno atestado pela materialidade e consequente objectividade científica²⁰, o facto é que, para Miguel Bombarda, este fenómeno não se esgotava numa fria análise clínica. A sua convivência profissional com as distintas manifestações patológicas plasmou-se num conjunto de reflexões acerca da problemática das relações entre o normal e o patológico na vida dos indivíduos, das sociedades e, em última instância, na evolução da espécie humana. Uma destas reflexões relacionou-se com a polémica diferenciação entre os conceitos de loucura e normalidade, muitas vezes observados à luz de um maniqueísmo simplista. Para o psiquiatra, a distinção não era assim tão visível, visto que as patologias de natureza mental podiam afectar todos os indivíduos em qualquer momento da sua existência, facto que relativizava o conceito de normal e de patológico ao mesmo tempo que universalizava a hipótese da loucura a todos aqueles que aparentavam ser normais²¹.

Para além da limitação do conceito de normal e patológico, que não explicava todas as variáveis que condicionavam os estados de loucura, Miguel Bombarda reconhecia que a relação entre estes dois estados não era viável

¹⁵ As unidades de assistência que tinham sido projectadas pela lei de 1889 nunca foram realizadas. Para além da criação na década de noventa de algumas clínicas financiadas por entidades não estatais o panorama institucional manteve-se confinado aos dois manicómios gerais de Lisboa e Porto. (Veja: A. Fernandes da Fonseca, *Psicologia e Psicopatologia*, Vol. 1, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985, p.91).

¹⁶ Georges Canguilhem, *Essai sur quelques problèmes concernant le normal et le pathologique*, 12ª Ed., Société D'Éditions – Les Belles Lettres, Paris, 1950, pp. 15-17 – 19-49.

¹⁷ Paul Bercherie, *Les fondements de la clinique: histoire et structure du savoir psychiatrique*, Navarin Editeur, Paris, 1980, p. 59. (Veja: Barahona Fernandes, *Filosofia e psiquiatria*, Atlântida, Coimbra, 1966, p.56).

¹⁸ Miguel Bombarda, *Consciência e o Livre Arbitrio*, 2ª Edição, António Maria Pereira, Lisboa, 1902, pp.64-66. Abreviatura CLA.

¹⁹ Idem, *ibidem*, pp.64-65.

²⁰ Idem, “O ensino da psiquiatria”, in *A Medicina Contemporânea*, Lisboa, Nº14, (06-04-1902), p.110.

²¹ Sobre da dimensão universal das patologias mentais, Miguel Bombarda escreveu: “*Loucura, outro artifício de linguagem, perante sobretudo esta impossibilidade de definir o normal, porquanto ninguém há tão normal que não tresvarie, dada a ocasião, ninguém há que se julgue com força bastante para nunca prejudicar a si ou aos outros. Crime e loucura! Quem não é criminoso, quem não é louco? Questão de grau, questão de ocasião, questão de motivos, e sobretudo questão de paixões*”. Idem, “Formulas sociaes”, in *A Medicina Contemporânea*, Lisboa, Nº37, (13-09-1903), p.294.

perante os múltiplos constrangimentos (determinismos) que afectavam os indivíduos. Apartados os casos de manifesta evidência patológica²², muitos indivíduos viviam num equilíbrio periclitante entre os estádios de loucura e normalidade, isto é, o ser humano comum podia ser um “*doído com juízo*” ou “*um semi-doído*”, capaz de revelar perante condicionalismos específicos um conjunto de manifestações mórbidas desconhecidas até então²³. A extensão das patologias mentais alargava-se, assim, a todo o contexto social, ultrapassando o espaço institucional e microcósmico do manicómio, considerado como uma mera convenção que encerrava apenas os casos patológicos mais graves, mas que não abarcava a real dimensão da natureza patológica das sociedades²⁴. Esta expansão da possibilidade patológica, para além de amplificar o campo de acção do discurso psiquiátrico procurava legitimar a necessidade de uma política de assistência mental empenhada na promoção da higiene mental da colectividade social e, em última instância, da própria nação.

A complexidade da análise de Miguel Bombarda sobre a relação entre o normal e o patológico não se restringe a uma visão pessimista sobre as patologias mentais. Apesar destas últimas constituírem, na sua essência, um traço de degenerescência individual e colectiva, o facto é que também estas constituíam uma realidade integrada na natureza do desenvolvimento filogenético da espécie. Esta conclusão decorre do reconhecimento da existência de fortes relações entre as acções de indivíduos que apesar de terem evidenciado fortes perturbações psíquicas, não deixaram de caracterizar as suas existências por uma marcada genialidade. Sobre estes escreveu: “*A faísca do talento só salta dum fundo tocado e é a mola mesma do mundo. Sem a degenerescência e sem os raptos de génio a humanidade estaria parada. Se esta somente fosse constituída por homens de honesta mediania ou ainda por mulheres, isto é, pela turba dos medíocres, a humanidade teria ficado na primitividade*”²⁵. Assim, para Miguel Bombarda, as patolo-

gias mentais, além de constituírem uma manifestação de degenerescência da espécie, não deixavam de ser uma faceta necessária para a sua transformação²⁶. Esta dupla faceta de uma mesma realidade constitui um dos elementos mais interessantes do seu entendimento das patologias mentais.

Contudo, a concepção do normal e patológico que Miguel Bombarda adoptou não se afastou do paradigma somático professado pela comunidade psiquiátrica da época. Na sua essência, uma patologia mental era a expressão visível de um “*desarranjo mecânico do órgão cerebral*”. Este fenómeno encontrava-se dependente de diversos factores exógenos que interferiam na vida do ser humano, desde a ontogénese à morte. O determinismo inerente a esta perspectiva transportava consigo um conjunto de implicações que se estendiam muito para além do universo estrito da clínica. Se os condicionalismos do meio determinavam o funcionamento da mecânica cerebral²⁷ (que oscilava entre a normalidade e a patologia, de acordo com as circunstâncias externas), a acção do psiquiatra-alienista era passível de se transmutar, com toda a legitimidade, na acção do político e alienista empenhado, na erradicação dos factores passíveis de interferir na saúde mental do individual e do colectivo.

Miguel Bombarda e o manicómio de Rilhafolles (1892-1910)

Miguel Bombarda foi nomeado director do manicómio de Rilhafolles no ano de 1892. Durante os dezoito anos seguintes dirigiu esta instituição de forma dedicada, como o demonstram os minuciosos relatórios que produziu. A realidade institucional do manicómio assumia-se, aos olhos de Miguel Bombarda, como um microcosmos integrado, onde se deviam articular de forma disciplinada um conjunto de facetas, que concorreriam globalmente para o tratamento dos doentes mentais. Como refere “*o manicómio é com efeito asilo pelos incuráveis que abriga, prisão pelos doídos perigosos ou criminosos a quem tolhe a liberdade, oficina pelo trabalho que exige a uma grande parte da sua população, laboratório pela ciência que é obrigado a produzir, e até quartel pela rigorosa disciplina que tem de impor, e finalmente hospital*”²⁸.

²² Um exemplo destes casos patológicos mais graves foi estudado por Miguel Bombarda. Idem, *Contribuição para o estudo dos microcephalos*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1894.

²³ Estes títulos foram retirados de um artigo que procurou reflectir sobre a natureza da loucura e da sanidade mental, bem como sobre a natureza das ambiguidades ligadas à clara distinção entre estes dois conceitos. (Veja: Idem, “Doídos com juízo”, in *A Medicina Contemporânea*, Lisboa, Nº10, (06-03-1910), pp.73-74; Idem, “Semi-doídos”, in *A Medicina Contemporânea*, Lisboa, Nº41, (08-09-1905), pp.321-322; Idem, “Caso Calmon”, in *A Medicina Contemporânea*, Lisboa, Nº9, (03-03-1901), p.70.)

²⁴ Miguel Bombarda considerou num dos seus mais interessantes artigos sobre o problema, que: “*o manicómio é apenas uma convenção. Manicomiais são os que nele existem encurralados, mas não menos manicomiais são tantos e tantos que vivem na vida social e apenas não são perigosos bastante, nem por outro lado se reconhecem necessitando de um tratamento*”. Idem, “Arte e manicómios”, in *A Medicina Contemporânea*, Lisboa, Nº34, (26-08-1900), p.273.

²⁵ Idem, “Arte e manicómios”, ..., p.274.

²⁶ Este título foi extraído de uma notícia elaborada a partir de uma conferência proferida por Miguel Bombarda na Academia de Estudos Livres a 31 de Outubro de 1900. (Veja: Idem, “O progresso pela loucura”, in *A Medicina Contemporânea*, Lisboa, Nº44, (04-11-1900), p.370.)

²⁷ Miguel Bombarda, CLA, pp.258-259.

²⁸ Idem, “O hospital de Rilhafolles e os seus serviços em 1892-1893”, in *A Medicina Contemporânea*, Lisboa, Nº25, (17-06-1894), p.248.

Assim, o manicómio, entendido como um local capaz de albergar os doentes mentais incuráveis e os doentes que estavam sujeitos a uma breve passagem pela instituição, condicionou, desde logo, as propostas de reformas empreendidas pelo novo director. Conhecedor das carências que o manicómio possuía ao nível das instalações e dos serviços que prestava à sua população, foram empreendidas transformações importantes, que tinham por objectivo melhorar as condições de existência dos internados. Para esse efeito, foram efectuadas remodelações assinaláveis nas antigas instalações e construídos novos pavilhões para os doentes residentes. Também se procedeu à edificação de um novo refeitório, portaria, casa mortuária e passeios cobertos para abrigar os doentes das condições climatéricas adversas. No que respeita aos serviços hoteleiros, foram realizadas renovações nos sistemas de canalização de água, nas instalações sanitárias e nos balneários. Foi introduzido um novo sistema de iluminação a gás que substituiu as lanternas de azeite. Paralelamente, foram adquiridos novos utensílios de uso quotidiano, como bancos, mesas, camas e aparadores²⁹. Procedeu-se, ainda, à substituição dos antigos uniformes, por outros com cores mais claras que, segundo o director, permitiam denunciar com mais facilidade “o estado de asseio dos enfermos” e tornavam “menos pesado o aspecto dos doentes reunidos nos passeios”³⁰. O uso de calçado foi também imposto a todos os doentes, sendo os mais resistentes obrigados a usar sapatos de fechadura³¹. Quanto às dietas alimentares, foram criadas novas tabelas, mais ricas, variadas e adaptadas às características particulares de cada doente. Esta medida foi justificada pelo director, alegando que “as necessidades fisiológicas dos doentes variam consideravelmente conforme o sexo, conforme a estação, conforme a doença, conforme a ocupação”³². As novas condições de habitabilidade, higiene e alimentação constituíram factores decisivos que influenciaram a descida da taxa de mortalidade no manicómio durante os anos de 1892-1902, apesar de, na década seguinte, se ter registado um aumento significativo da mortalidade devido à propagação de doenças infecto-contagiosas.

²⁹ Idem, “O hospital de Rilhafoles e os seus serviços em 1892-93”, *A Medicina Contemporânea*, (14-01-1894), N.º2, Lisboa, p.9.

³⁰ Idem, “O hospital de Rilhafoles e os seus serviços em 1892-93”, *A Medicina Contemporânea*, (14-01-1893), N.º2, art.cit., p.11.

³¹ Idem, *ibidem*, pp.11-12.

³² Idem, “O hospital de Rilhafoles e os seus serviços em 1892-93”, *A Medicina Contemporânea*, (21-01-1894), N.º3, Lisboa, p.18.

Os serviços hospitalares foram também alvo de reorganização. Reconhecendo a falta de pessoal médico e auxiliar, Miguel Bombarda procedeu a um alargamento assinalável do seu número. Esta medida foi também acompanhada por um aumento geral dos salários. Foram, ainda, adoptados novos procedimentos disciplinares em relação ao pessoal auxiliar. O director passou a exercer um controlo mais intenso sobre os comportamentos e atitudes destes últimos. Foram instaurados processos disciplinares a todos aqueles que recorriam a práticas violentas para com os doentes, sem autorização prévia do director e/ou do respectivo corpo médico. Alguns dos visados acabaram por ser expulsos da instituição³³.

Na tentativa de facultar uma melhor assistência aos doentes, os serviços de atendimento foram também profundamente alterados. Segundo o regulamento interno de 1851, a organização dos serviços deveria obedecer a uma rígida divisão dos doentes em função do sexo³⁴. A este princípio, o novo director acrescentou uma nova distribuição dos doentes por categorias ou estados patológicos, seguindo as correntes alienistas mais avançadas da época. Este facto aliviaria a pressão sobre o pessoal médico e auxiliar, ao mesmo tempo que facilitava a prestação dos cuidados médicos³⁵. Procedeu-se, ainda, à reorganização dos serviços de assistência aos doentes do sexo masculino, também designada por primeira divisão sexual, repartida por oito enfermarias: observação e tratamento dos casos agudos e curáveis; epilépticos; duas enfermarias para os doentes tranquilos; pavilhão dos alienados criminosos, perversos e difíceis; enfermaria para os pensionistas e enfermaria de doenças comuns. Todas estas enfermarias estavam integradas num novo espaço imobiliário adjacente ao velho edifício. O antigo edifício do hospital continuou a albergar todos os doentes do sexo feminino, conhecido por segunda divisão sexual. A reorganização deste serviço processou-se nos seguintes moldes: foram constituídas salas de observação ao mesmo tempo que foram mantidas as célebres enfermarias conhecidas pelo nome *Janelas Verdes* e *Califórnia*, esta última destinada às doentes agitadas. Os doentes que trabalhavam nas diferentes tarefas que o hospital oferecia, passaram a ser alojados numa secção distinta e isolada dos restantes³⁶.

³³ Idem, “O hospital de Rilhafoles e os seus serviços em 1892-93”, *A Medicina Contemporânea*, (04-03-1894), N.º9, Lisboa, p.88.

³⁴ J. F. Reis de Oliveira, *Rilhafoles e a acção do Professor Miguel Bombarda*, Lisboa, 1983, p.66.

³⁵ Miguel Bombarda, “O hospital de Rilhafoles e os seus serviços em 1892-93”, *A Medicina Contemporânea*, (28-01-1894), N.º4, Lisboa, p.35.

³⁶ Idem, “O hospital de Rilhafoles e os seus serviços em 1892-93”, *A Medicina Contemporânea*, (28-01-1894), N.º4, art.cit., pp.35-37.

A partir de 1896, o manicómio de Rilhafolles passou a oferecer um novo serviço com a constituição da oitava enfermaria da primeira divisão sexual, também conhecida por pavilhão de segurança. Com efeito, apesar de Miguel Bombarda considerar que os manicómios eram instituições com uma natureza eminentemente prisional (dado o regime de internamento exercido sobre todos os seus doentes)³⁷, o manicómio de Rilhafolles passou a ter uma componente prisional concreta a partir desse ano. Os criminosos que sofriam de perturbações mentais encontravam-se isolados da restante população hospitalar, enquanto os mais perigosos permaneciam encarcerados indefinidamente³⁸. O pavilhão de segurança ficou localizado na zona norte do manicómio, possuindo uma forma arquitectónica circular, semelhante aos modelos panópticos que tinham sido delineados por Jeremy Bentham³⁹. As celas e outras divisões do edifício estavam dispostas em círculo e orientadas para um pátio, que possuía ao centro uma estrutura de vigilância, capaz de controlar todos os doentes que habitavam o edifício⁴⁰. A construção do pavilhão de segurança forneceu ao manicómio a concretização da faceta prisional que o seu director reivindicou desde a sua nomeação.

No que respeita às medidas terapêuticas utilizadas no Hospital de Rilhafolles durante a direcção de Miguel Bombarda, os relatórios anuais de 1892-93 e de 1893-94 forneceram-nos dados elucidativos. Segundo o relatório do Dr. Caetano Beirão, integrado no relatório geral do Hospital de Rilhafolles de 1892-93, o seu autor considerava que “*são de duas ordens os meios terapêuticos de alienação mental; uns constituem o tratamento moral, outros o tratamento médico*”⁴¹. O “*tratamento moral*” era caracterizado por um conjunto de serviços que o manicómio garantia: as boas condições de alojamento hoteleiro, as condições de higiene, os passeios e as distrações, a terapia, o trabalho, a disciplina e a sequestração (privação aos doentes de tudo quanto pudesse con-

³⁷ A defesa de Miguel Bombarda sobre o carácter prisional do manicómio não pode ser interpretado num sentido estrito. Num extracto de uma discussão efectuada em 1909 na Câmara dos Deputados, o alienista recusou que o manicómio fosse uma prisão no sentido estrito do termo. No seguimento deste discurso defendeu as virtualidades terapêuticas do sistema de open door. (Veja: Idem, “O fundo de alienados”, *A Medicina Contemporânea*, (12/09/1909), Nº37, Lisboa, pp.299-308).

³⁸ Maria João Vaz, *Crime e sociedade: Portugal na segunda metade do século XIX*, Ed. Celta, Lisboa, 1998, pp.108-109.

³⁹ Jeremy Bentham, *Panopticum writings*, Verso, Londres, pp. 35-37.

⁴⁰ Sobre os efeitos da vigilância panóptica. (Veja: Michel Foucault, *Vigilar y castigar*, Ed. Siglo XXI, Madrid, 1988, pp.199-230.)

⁴¹ Miguel Bombarda, “O hospital de Rilhafolles e os seus serviços em 1892-93”, *A Medicina Contemporânea*, (29-04-1894), Nº18, Lisboa, p.174.

tribuir para o agravamento do seu estado mental). Quanto ao tratamento médico, este estava dividido em três áreas distintas⁴². A primeira integrava os “*medicamentos que obstam ao afluxo de sangue para o cérebro*”⁴³, que consistiam, basicamente, em emissões sanguíneas, medicação revulsiva, hidroterapia⁴⁴ e ergotino; uma segunda de tratamento médico que integrava os “*meios que promovem o afluxo do sangue para o cérebro*”⁴⁵, destacando-se os excitantes mais importantes, tais como o álcool, vinho, café e éter; para além destes, eram também administrados banhos frios e nitrito de amilo. Na terceira eram utilizados os chamados agentes calmantes⁴⁶, dos quais se destacam o ópio, morfina, brometos de potássio e sódio, banhos mornos, entre outros. Para além dos métodos terapêuticos referidos, podemos assinalar, ainda outro método designado de electroterapia, que tinha ainda um carácter marginal, devido à falta de instalações adequadas à sua aplicação, sobre o qual Miguel Bombarda tinha uma opinião positiva⁴⁷. A efectiva acção do “*tratamento moral*” e do tratamento médico geravam, na opinião dos autores dos relatórios, possibilidades de cura efectivas e reais⁴⁸.

Para além destas transformações, a vida do manicómio passou a ser orientada pelos princípios da disciplina e do trabalho, duas facetas que o director

⁴² O método de tratamento médico que era administrado no hospital de Rilhafolles seguia a classificação imposta pelo Prof. Kraft-Ebing. Vide: Idem, “O hospital de Rilhafolles e os seus serviços em 1892-93”, *A Medicina Contemporânea*, (29-04-1894), Nº18, Lisboa, p.174. Sobre os pressupostos nosológicos impostos por Kraft-Ebing. Vide: António Maria de Senna, “Classificação das doenças mentais pelo Dr.Kraft-Ebing”, *A Medicina Contemporânea*, (20-04-1887), nº12, Lisboa, pp.89-92. Idem, “Classificação das doenças mentais pelo Dr.Kraft-Ebing”, *A Medicina Contemporânea*, (27-04-1887), nº13, pp.97-100. Idem, “Classificação das doenças mentais pelo Dr.Kraft-Ebing”, *A Medicina Contemporânea*, (17-04-1887), nº16, pp.123-127.

⁴³ Miguel Bombarda, “O hospital de Rilhafolles e dos seus serviços em 1892-93”, *A Medicina Contemporânea*, (29-04-1894), Nº18, Lisboa, pp.174-175.

⁴⁴ Em relação à hidroterapia é importante referir que esta prática foi criada no Hospital de Rilhafolles em 1853, registando-se desde então uma utilização crescente até 1892. Miguel Bombarda defendeu a importância deste tratamento, que considerava fundamental por dois motivos: necessidade de higiene dos doentes e por questões terapêuticas. Motivado por estes factores foram empreendidas importantes remodelações nos balneários do hospital. A utilização dos balneários não se condicionou aos doentes, mas também ao pessoal auxiliar e pessoas estranhas ao hospital. Os balneários tornaram-se assim numa importante fonte de receita do hospital. Vide: J.F. Reis de Oliveira..., p.15. Vide: Miguel Bombarda, “O hospital de Rilhafolles e os seus serviços”, *A Medicina Contemporânea*, (28-01-1894), Nº4, Lisboa, p.97.

⁴⁵ Idem, “O hospital de Rilhafolles e os seus serviços em 1892-93”, *A Medicina Contemporânea*, (29-04-1894), Nº18, Lisboa, p.176.

⁴⁶ Idem, “O hospital de Rilhafolles e os seus serviços e, 1892-93”, *A Medicina Contemporânea*, (13-05-1894), Nº20, pp.196-198.

⁴⁷ Idem, “O hospital de Rilhafolles e os seus serviços em 1892-93”, *A Medicina Contemporânea*, (28-01-1894), Nº4, Lisboa, pp.47-48.

⁴⁸ Idem, “O hospital de Rilhafolles e os seus serviços em 1892-93”, *A Medicina Contemporânea*, (13-05-1894), Nº20, Lisboa, p.198.

considerava fundamentais para a vida da instituição e para o tratamento dos seus doentes. Miguel Bombarda defendeu, assim, desde o início, um forte regime disciplinar, apoiado em métodos coercivos que procurou controlar pessoalmente. Apesar de, teoricamente, ser contrário ao uso destes métodos, não abdicou de os utilizar, ao mesmo tempo que instaurou uma rigorosa disciplina sobre o pessoal encarregue da assistência aos doentes “*que formavam militarmente à sua passagem*”⁴⁹. Para Miguel Bombarda, a componente disciplinar era um elemento fundamental da vida da instituição, como também um factor de curabilidade, como salientou ao afirmar que “*a necessidade de disciplina num hospital de alienados sobreleva todas as outras (...). A vontade do doente deve desaparecer à porta do manicómio e só assim, com o apagamento do doente perante uma vontade superior que o domina, se consegue que a vida hospitalar não seja constantemente interrompida por acidentes de toda a ordem, fruto da sua violência ou da violência do pessoal*”⁵⁰. O uso de métodos coercivos estava, aliás, previsto no regulamento de 1851, mais concretamente no artigo 67, onde eram permitidos alguns meios de repressão, como a privação de visitas, passeios e outros exercícios de recreio; diminuição de alimentos dentro dos limites prescritos pelo médico; reclusão solitária e banhos de emborcação⁵¹.

Contudo, na prática, estes preceitos foram violados de forma sistemática desde a fundação da instituição. O novo director procurou pôr cobro a muitos dos abusos que eram praticados sobre os doentes. Os métodos mais violentos foram extintos. Destes, podemos destacar as cadeiras fortes, garganti-lhas, alguns quartos fortes e coletes-de-forças atados ao leito. No entanto, estas inovações não terminaram com o uso da coerção sobre os doentes. Continuaram a ser usados os coletes-de-forças, embora com a preocupação de serem mais alargados. Os quartos fortes não foram totalmente extintos, sendo apenas usados em casos extremos com a garantia das condições mínimas de sobrevivência. Por outro lado, a violência do pessoal auxiliar e enfermeiros sobre os doentes passou a estar condicionada às ordens estritas do pessoal médico⁵². A utilização da violência e da repressão era uma prática comum nos hospitais de alienados da época. O próprio Miguel Bombarda admitia

que estas práticas violentas, raramente, tinham um efeito positivo nos doentes mais agitados, agravando muitas vezes o seu estado de saúde⁵³. No entanto, considerava que, em alguns casos, os métodos coercivos podiam ser bem sucedidos. Cita, no relatório de 1892-93, um exemplo paradigmático da utilização destas medidas, ao afirmar que “*os hábitos maus dos doentes vencem-se; não direi em todos os casos, mas ao menos na sua grande maioria; a masturbação, ingestão de excrementos, tudo isto pode perder-se com algumas semanas de colete-de-forças*”⁵⁴. Assim, na opinião de Miguel Bombarda, a disciplina permitia garantir uma existência mais ou menos tranquila da instituição e da sua população. Para além deste importante elemento, esta última não deixava de ser utilizada como método terapêutico, embora o próprio director duvidasse da sua eficácia em muitos dos doentes que a instituição albergava.

Miguel Bombarda considerava que o trabalho, para além de constituir uma medida terapêutica de grande eficácia, era, também, um elemento fundamental para a paz da instituição⁵⁵. Por isso, não será de estranhar que um dos seus principais objectivos se tenha relacionado com o alargamento das actividades laborais a toda a população do hospital. Neste sentido foram criadas novas oficinas, que se dedicavam à engomagem e colchoaria, que procuravam satisfazer, juntamente com a sapataria e a costura as necessidades do manicómio. Por último, um dos projectos mais ambiciosos da gestão de Miguel Bombarda foi a tentativa de criação de uma colónia agrícola nas intalações de Rilhafolles, propósito que nunca chegou a ser concretizado⁵⁶. Contudo, apesar da importância que Miguel Bombarda atribuía ao trabalho, os dados dos seus relatórios revelam que a actividade laboral não chegou a afectar metade da população do manicómio devido, em grande parte, à resistência dos doentes.

Para além destas facetas, Miguel Bombarda considerava que um manicómio tinha de promover o desenvolvimento da investigação científica e do ensino da psiquiatria. Neste sentido e no que respeita à investigação científica, os seus projectos foram orientados para a criação de três áreas de estudo

⁴⁹ Barahona Fernandes, “Miguel Bombarda”, in *O Médico*, N°41, Lisboa, 1954, p.4.

⁵⁰ Miguel Bombarda, “O hospital de Rilhafolles e os seus serviços em 1892-1893”, in *A Medicina Contemporânea*, Lisboa, N°8, (26-02-94),..., p.80.

⁵¹ J.P. Reis de Oliveira, ..., p.78.

⁵² Miguel Bombarda, “O hospital de Rilhafolles e os seus serviços em 1892-93”, in *A Medicina Contemporânea*, Lisboa, N°7, (18-02-1894), pp.78-80.

⁵³ Idem, “O hospital de Rilhafolles e os seus serviços em 1892-93”, in *A Medicina Contemporânea*, Lisboa, N°2, (14-01-1894), pp.9-10.

⁵⁴ Idem, *ibidem*, p.10.

⁵⁵ Idem, “O hospital de Rilhafolles e os seus serviços em 1892-93”, in *A Medicina Contemporânea*, Lisboa, N°4, (28-01-1894), p.48.

⁵⁶ A ideia de criação de uma colónia agrícola foi retirada de iniciativas similares efectuadas no estrangeiro, sendo o seu exemplo paradigmático a colónia de alienados de Alt-Scherbitz na Alemanha. (Veja: Idem, in *A Medicina Contemporânea*, Lisboa, N°25, (19-06-1898), pp.201-202).

interrelacionadas: foi construído um laboratório com o objectivo de se desenvolverem estudos histológicos, que apenas funcionou durante três anos; foi construída uma sala de autópsias com condições para o estudo de cadáveres; e por fim, foram realizados e publicados estudos clínicos sobre as distintas patologias que atingiam a população do manicómio⁵⁷. O ensino da psiquiatria envolveu a tentativa de criação de um internato⁵⁸. As informações extraídas dos seus relatórios indicam que este projecto não foi concretizado⁵⁹. Contudo, foram realizados cursos livres de psiquiatria a partir de 1896⁶⁰.

Todas estas facetas compunham uma realidade complexa que se traduzia na vivência quotidiana do manicómio. A gestão destas distintas facetas durante o período de 1892 e 1910 foi marcada por um conjunto de dificuldades que acabaram por inviabilizar alguns dos projectos propostos pelo director. O excedente de doentes internados, a falta de pessoal médico e as dificuldades financeiras, entre outras, acabaram por limitar a acção de Miguel Bombarda.

Projecto de Protecção aos Alienados de 1909

Para além da perspectiva concreta do manicómio, o entendimento assistencial de Miguel Bombarda também se projectou numa visão mais alargada da assistência mental. Esta faceta traduziu-se na elaboração de um documento: o “*Projecto de Lei de Protecção aos Alienados*”⁶¹, que apesar de nunca ter sido aplicado do ponto de vista legislativo, constitui o testemunho mais coerente da visão assistencial de Miguel Bombarda⁶².

No preâmbulo do documento, Miguel Bombarda traçou as linhas força do seu pensamento assistencial, que se sustentava na obrigação incontornável do

Estado garantir uma efectiva protecção aos doentes mentais. Na sua essência, esta protecção deveria possuir duas facetas: o tratamento e a protecção legal dos alienados. Para sobrevalorizar esta posição, Miguel Bombarda efectuou uma comparação entre o caso português e algumas das realidades assistenciais da Europa Ocidental. A conclusão do deputado foi contundente, ao considerar que a “*assistência pública aos alienados em Portugal (...) roça pela miséria*”⁶³.

As razões desta situação não se prendiam apenas com os aspectos legislativos, mas também com os sucessivos incumprimentos dos parâmetros estabelecidos na *Lei Senna* de 1889 por parte do Estado. Efectivamente, as múltiplas fontes de financiamento público definidas pela lei de 1889 tinham sido sucessivamente desviadas para outras áreas⁶⁴. Esta disfunção financeira tinha causado, na opinião de Miguel Bombarda, uma ineficiência estrutural que se repercutia nas diversas áreas da assistência mental. Em primeiro lugar, inviabilizava qualquer possibilidade de construção das unidades de assistência mental previstas na *Lei Senna* o que, para além de constituir um factor de pressão sobre os manicómios de Lisboa e do Porto, colocava fora do sistema de internamento muitos indivíduos alienados⁶⁵. A falta de financiamento condicionou, ainda, a implementação, como vimos, de um conjunto de medidas defendidas por Miguel Bombarda para o manicómio de Rilhafoles. Perante esta situação, o projecto de lei, no seu capítulo VI, intitulado “*Receitas e Despesas*”, preconizava a manutenção e o alargamento dos pressupostos de financiamento estabelecidos pela lei de 1889, ao mesmo tempo que conferia novas responsabilidades às entidades municipais e misericórdias, que deveriam suportar uma quota-parte das despesas realizadas no tratamento dos alienados. Para além desta vertente do tratamento, o grosso das receitas seria destinado à construção das unidades de assistência projectadas no texto da *Lei Senna*, como também de outras unidades que fossem consideradas necessárias⁶⁶.

À componente financeira, que constitui um dos elementos centrais do projecto de Miguel Bombarda, foram acrescentadas um conjunto de inovações administrativas e legais, que se destinavam a complementar o quadro

⁵⁷ Idem, “O hospital de Rilhafoles e os seus serviços em 1892-93”, in *A Medicina Contemporânea*, Lisboa, N°7, (18-03-1894),..., pp.108-109. Sobre a importância das autópsias num hospital de alienados. Idem, “O hospital de Rilhafoles e os seus serviços em 1892-93”, in *A Medicina Contemporânea*, Lisboa, N°6, (11-03-1894), p.104; Sobre os estudos clínicos: Idem, “O hospital de Rilhafoles e os seus serviços em 1892-93”, in *A Medicina Contemporânea*, Lisboa, N°16, (22-04-1894), N°16, pp.146-159.

⁵⁸ Idem, *ibidem*, p.86.

⁵⁹ Idem, “O hospital de Rilhafoles e os seus serviços em 1892-93”, in *A Medicina Contemporânea*, Lisboa, n°32, (06-08-1899),..., p.270.

⁶⁰ J.F. Reis de Oliveira, ..., p.18.

⁶¹ Idem, “Projecto de lei de protecção dos alienados”, *A Medicina Contemporânea*, (25-04-1909), N°17, Lisboa, pp.129-144.

⁶² Idem, “Legislação sobre alienados”, *A Medicina Contemporânea*, (15-03-1908), N°11, Lisboa, pp.81-81.

⁶³ Idem, “Projecto de lei de protecção dos alienados”, *A Medicina Contemporânea*, (25-04-1909), Lisboa, p.129.

⁶⁴ Idem, “O fundo dos alienados”, *A Medicina Contemporânea*, (12-10-1909), N°37, Lisboa, p.300.

⁶⁵ Idem, “Hospitalização de alienados”, *A Medicina Contemporânea*, (11-05-1909), N°24, p.204. Idem, “Hospitalização de alienados”, (27-02-1910), N°9, Lisboa, pp.65-66.

⁶⁶ Idem, “Projecto de lei de protecção dos alienados”, *A Medicina Contemporânea*, (25-04-1909), N°17, Lisboa, p.142.

legislativo proposto pela *Lei Senna*. No âmbito destas medidas, o projecto-lei preconizava a criação de um organismo designado *Junta de Protecção dos Alienados*⁶⁷. Este organismo, que segundo o documento se encontraria directamente dependente do poder executivo, seria constituído por médicos experientes na área da psiquiatria e por advogados. No essencial, a *Junta*, para além de se encontrar mandatada para gerir o património financeiro público e privado dos alienados, também estava encarregue de ampliar e fiscalizar os mecanismos de internamento dos mesmos. No que respeita a esta última faceta, os inspectores pertencentes à *Junta* deveriam exercer uma função fiscalizadora regular. Estes estavam obrigados a efectuar visitas frequentes às instituições de acolhimento dos alienados. As visitas deveriam efectuar-se sem aviso prévio, fossem instituições de natureza pública ou privada (manicómios, hospitais públicos que acolhiam alienados, penitenciárias, cadeias, colónias, casas de correcção e famílias de acolhimento).

No decorrer destas fiscalizações, os inspectores estariam obrigados a registar todas as irregularidades detectadas, sendo as mais graves comunicadas à *Junta*. Também podiam decretar o fim do internamento a todos os alienados que considerassem curados. No entanto, este processo deveria obedecer a um conjunto rigoroso de trâmites de verificação do estado de saúde do internado. Para além dos aspectos fiscalizadores, a *Junta* também se encontraria habilitada a conceder ou anular licenças de funcionamento de futuras instituições; aprovar ou reprová-las os regulamentos propostos por instituições a criar; autorizar a recolha de alienados por parte de famílias particulares; efectuar um registo preciso e estatístico dos alienados existentes; registar e gerir os bens dos alienados internados; participar ao tribunal todas as violações respeitantes aos bens dos alienados; colocar os alienados indigentes nas instituições de assistência e, por fim, estudar todo o tipo de reclamações que lhes fossem dirigidas. A *Junta* funcionaria, assim, como o órgão central na administração do universo assistência mental.

Apesar da faceta administrativa constituir um elemento central em toda a estratégia assistencial defendida por Miguel Bombarda no projecto-lei, outros elementos não deixam de se interligar a este aspecto, como foi o caso da problemática regulamentação da sequestração dos alienados, que o próprio autor reclamava desde 1891⁶⁸. De forma a evitar possíveis sequestrações

arbitrárias, o projecto-lei preconizava, no seu capítulo II, intitulado “*Colocação dos Alienados fora das próprias famílias*”, um conjunto de procedimentos administrativos que passariam por um conjunto de fases distintas. No que respeita aos “*alienados não indigentes*” deveria proceder-se à elaboração de um “*requerimento de admissão do doente*” por parte dos familiares ou de indivíduos próximos do alienado, quando este não tivesse família. Este documento seria acompanhado por um “*boletim informativo*” com os dados do visado e por “*dois atestados médicos*” assinados por clínicos, devidamente, credenciados. Neste último procedimento, os constrangimentos impostos pelo texto do projecto eram consideráveis, podendo mesmo ser sujeitos à intervenção da *Junta* quando se achasse necessário.

O texto também contemplava a situação dos “*alienados indigentes*” que, pelo seu comportamento, pudessem constituir uma ameaça para a paz social. O procedimento de internamento seria, nestes casos, efectuado pelas autoridades civis através de um conjunto de procedimentos ligeiramente idênticos aos já referenciados. Estes processos teriam de ser obrigatoriamente comunicados à *Junta*, que se encarregaria de gerir o internamento dos alienados indigentes. Por este meio, o legislador procurava evitar o desconfortável problema provocado pelas sequestrações falsas ou arbitrárias. Este fenómeno não deixava de ser frequente e preocupante na época, produzindo quase sempre repercussões que punham em causa o sistema de assistência⁶⁹.

Um outro procedimento contemplado pelo projecto-lei diz respeito ao exame psíquico-legal de indivíduos envolvidos em processos judiciais. O texto baseou-se na natureza qualitativa dos crimes dos arguidos para definir os procedimentos de actuação. No caso dos crimes de pena menor, os arguidos deveriam ser examinados por peritos da comarca. No entanto, os crimes de pena maior implicariam, caso fosse necessário, o envio do réu para uma instituição de alienados, onde se procederia ao respectivo exame clínico. Esta situação procurava evitar a condenação de criminosos alienados, situação que não deixava de ser extremamente preocupante para a comunidade psiquiátrica portuguesa⁷⁰.

Contudo a atenção prestada à problemática dos alienados criminosos não se esgotou apenas no aspecto médico-legal. No capítulo VIII do texto, designa-

⁶⁷ Idem, “A sequestração dos alienados”, *A Medicina Contemporânea*, (05-04-1891), N°14, Lisboa, pp.106.

⁶⁹ Idem, “Projecto de lei de protecção dos alienados”, *A Medicina Contemporânea*, (25-04-1909), N°17, Lisboa, pp.136-139.

⁷⁰ Idem, “Questões psycho-legais”, *A Medicina Contemporânea*, (23-09-1900), N°38, Lisboa, pp.305-307.

nado “*Alienados criminosos*”, Miguel Bombarda previa a necessidade de se protegerem os alienados que sofressem de perturbações mentais⁷¹. Para isso, a legislação atribuía à projectada Junta a possibilidade de realizar fiscalizações constantes a todo o tipo de estabelecimentos prisionais, de forma a detectar possíveis manutenções ilícitas de presos atingidos pela alienação mental⁷². Para além deste aspecto, o texto do projecto-lei obrigava os directores dos referidos estabelecimentos prisionais a declarar e enviar os presos alienados para uma instituição de assistência mental no seu tratamento. Perante a inexistência de um manicómio estritamente especializado no tratamento dos alienados criminosos, estes doentes seriam enviados para os manicómios gerais, como era o caso de Rilhafoles. A especificidade e perigosidade dos alienados criminosos foram reconhecidas pelo próprio Miguel Bombarda em muitos dos seus artigos, bem como a necessidade de se criarem manicómios estritamente ligados ao internamento destes doentes, elemento que o projecto-lei não deixou de conter, ao prever no seu capítulo IX, designado “*Estabelecimentos de alienados e casas particulares que os recebam*”, a construção de um manicómio com capacidade para cem alienados⁷³. Esta unidade especializada teria como função substituir os manicómios gerais na vertente do internamento e dos exames médico-legais.

Quanto aos aspectos da “*Assistência e Tratamento*”, explicitados no capítulo III, as preocupações de Miguel Bombarda não se prenderam com os aspectos mais concretos da realidade assistencial das instituições, mas sim com a criação de um conjunto de mecanismos que, em última instância, se destinavam a proteger os alienados durante o período de internamento, fosse este realizado em instituições públicas ou privadas. Neste sentido, o texto previa a obrigatoriedade de se efectuarem um conjunto de registos informativos sobre o doente internado. Assim, as instituições de assistência, para além de serem obrigadas a comunicar o internamento do alienado à *Junta*, tinham de enviar ao respectivo organismo uma cópia de todo o processo. Para além deste procedimento administrativo, o texto do projecto-lei previa a criação de um registo individual e permanente, onde seriam anotados todos os aspectos relevantes acerca dos doentes. Por fim, os elementos de carácter informativo

seriam complementados com a elaboração de um relatório clínico e disciplinar sobre cada alienado, sendo este documento enviado à *Junta* para uma posterior verificação.

As preocupações de Miguel Bombarda perante o destino dos alienados no interior das instituições de assistência são, ainda, visíveis noutros aspectos, como no caso da imposição de medidas de contenção aos alienados. Neste aspecto problemático, o documento, para além de prever o reforço da autoridade do médico responsável, determinava também o registo das atitudes tomadas de forma a serem, posteriormente controladas através dos actos de fiscalização da *Junta*. A somar a estas medidas de carácter interno, a proposta legislativa assegurava também a existência de mecanismos de controlo externos. Podemos definir, neste ponto, dois procedimentos: o primeiro, dizia respeito aos próprios alienados, que podiam enviar correspondência dirigida aos órgãos competentes de fiscalização, como era o caso da *Junta*; o segundo, garantia a possibilidade de qualquer indivíduo requerer a realização de um inquérito à situação de um determinado alienado. Este acto seria, naturalmente, realizado pela *Junta*, que se encarregaria de investigar possíveis irregularidades no tratamento do alienado em causa. Como já tivemos oportunidade de referir, exemplo desta situação era a problemática das sequestrações arbitrárias, que se encontra bem patente no documento elaborado por Miguel Bombarda. Desta forma, o seu autor procurava colmatar as deficiências legislativas que existiam, garantindo um conjunto de procedimentos que colocavam as instituições de assistência e os seus responsáveis perante a vigilância dos órgãos competentes e da própria sociedade⁷⁴. De acordo com esta postura, a própria sequestração do alienado podia ser contrariada por elementos externos às instituições de assistência. Efectivamente, o texto do projecto-lei previa a saída dos alienados de qualquer estabelecimento, caso a família o solicitasse e perante o parecer positivo da *Junta*⁷⁵.

A estes factores essenciais, o documento soma outros igualmente importantes, como era a instituição oficial do ensino da psiquiatria nos cursos de medicina portugueses; a desanexação administrativa e financeira do manicómio de Rilhafolles em relação ao Hospital Geral de S. José; o aumento do

⁷¹ Idem, “Projecto de lei de protecção dos alienados”, *A Medicina Contemporânea*, (25-04-1909), Nº17, art. cit., p.142.

⁷² Idem, “Regimen penitenciario”, *A Medicina Contemporânea*, (08-02-1903), Lisboa, Nº06, pp.45-46.

⁷³ Idem, “Projecto de lei de protecção dos alienados”, *A Medicina Contemporânea*, (25-04-1909), Nº17, art. cit., pp.143-144.

⁷⁴ Idem, “A sequestração dos alienados”, *A Medicina Contemporânea*, (05-05-1891), Nº14, art. cit., p.106.

⁷⁵ Idem, “Projecto de lei de protecção dos alienados”, *A Medicina Contemporânea*, (25-04-1909), Nº17, Lisboa, pp.139-140.

número de efectivos médicos nos manicómios de Rilhafolles e do Conde Ferreira; a construção de um manicómio para trezentos alienados na região de Coimbra; a criação de colónias familiares destinadas à recepção e manutenção de alienados em regime aberto; a criação de estruturas imobiliárias e recursos humanos capazes de gerir o tratamento dos doentes destas colónias; a regulamentação das casas de saúde destinadas ao internamento de alienados; a criação de apoios sociais e institucionais para facilitar a integração social dos doentes curados⁷⁶. Na parte final do projecto-lei, mais concretamente no seu capítulo X, denominado de *Penalidades*, foi estabelecido um conjunto diversificado de medidas de coacção. Destas, destacamos as punições por internamentos ilegais, os maus-tratos infligidos aos alienados, o auxílio à fuga durante o seu internamento e os atentados de ordem sexual⁷⁷.

Conclusão

A gestão que Miguel Bombarda efectuou durante os anos de 1892 e 1910 foi de extrema importância para o manicómio de Rilhafolles. Durante este período, e apesar das dificuldades administrativas, financeiras e do excedente estrutural do número de doentes internados, a vida do manicómio saiu do estado de letargia e degradação em que tinha mergulhado nas décadas anteriores.

Partindo de uma visão integrada e multifacetada da natureza desta instituição, Miguel Bombarda procurou, ao longo de quase duas décadas, melhorar o quotidiano dos doentes e do pessoal encarregue do seu tratamento. Para isso, empreendeu um conjunto de transformações relevantes ao nível das estruturas físicas do edifício, que passaram pela remodelação das velhas instalações e construção de novas, como foi o caso do famoso pavilhão de segurança, destinado aos alienados criminosos. Para além destas transformações, a vida do manicómio passou a ser orientada pelos princípios da disciplina e do trabalho, duas facetas que o director considerava fundamentais para a vida da instituição e tratamentos dos seus doentes. As mudanças também se verificaram ao nível dos serviços hospitalares, que foram reorganizados ao mesmo tempo que se procurou desenvolver a investigação e o ensino da psiquiatria.

Como já tivemos oportunidade de observar, Miguel Bombarda considerava que a patologia mental era o resultado de um “*desarranjo do funcionamento da mecânica cerebral*”. Apesar da ambiguidade dos conceitos de normal e patológico e das múltiplas e divergentes formas de manifestação do patológico, a loucura constituía uma realidade objectiva, passível de ser submetida à análise do discurso científico da psiquiatria. Esta forma de discurso médico, para além de procurar o conhecimento das causas das patologias mentais, preconizava a possibilidade positiva da cura através de metodologias terapêuticas diversificadas, que em última instância, se concretizavam numa fórmula institucional específica: o manicómio. Para Miguel Bombarda, esta “*plataforma física da prática psiquiátrica*”⁷⁸, era uma realidade de natureza compósita e complexa, assumindo as múltiplas facetas do asilo, da prisão, da fábrica, do quartel, do laboratório e do hospital. Todas estas facetas concorriam para a definição de um espaço atravessado por múltiplas disciplinas que, na sua intersecção quotidiana, geravam um microcosmos operativo capaz de refazer, quando possível, os cérebros desarranjados dos doentes internados. Esta concepção da natureza do manicómio, entendido como uma instituição total, não se afastava da lógica materialista e determinista da mundividência bombardiana. O determinismo do meio, traduzido pela acção das distintas facetas disciplinares do manicómio, estabelecia-se, mais uma vez, como um factor essencial da cura dos doentes internados. O manicómio constituía, por isso, uma peça chave no entendimento que Miguel Bombarda tinha sobre a política de assistência mental.

Contudo, a sua visão integrada e complexa da assistência mental não se confinou aos muros do manicómio que dirigiu, mas procurou estabelecer os parâmetros de uma política de assistência mental adaptada aos modelos mais avançados da Europa da sua época. Podemos considerar que o “*Projecto-lei de protecção aos alienados*” de 1909 constitui o testemunho mais coerente do sistema de assistência mental defendido por Miguel Bombarda. Esta proposta legislativa pode ser encarada sobre duas perspectivas distintas. Por um lado, numa vertente estritamente política, o legislador procurou reforçar o nível de responsabilidade do Estado para com a sorte dos alienados. A comparação da realidade portuguesa com as realidades de vários países europeus demonstrava, por si, o atraso do sistema assistencial português. Miguel Bombarda con-

⁷⁶ Idem, “Projecto de lei de protecção dos alienados”, *A Medicina Contemporânea*, (25-04-1909), N°17, Lisboa, p.142-144.

⁷⁷ Idem, *ibidem*, pp.144-145.

⁷⁸ Edward Shorter, *Uma História da Psiquiatria: Da Era do Manicómio à Idade do Prozac*, Climepsi Editores; Lisboa, 2001, p.46.

siderava que a principal razão de toda esta situação tinha sido provocada pelo constante incumprimento da legislação em vigor (a *Lei Senna* de 1889). Este facto tinha inviabilizado o financiamento coerente de todo o sistema, devido aos constantes desvios das verbas destinadas ao financiamento da assistência mental em Portugal. Perante a constatação desta realidade, o projecto-lei de 1909 representava um sinal de protesto político, ao mesmo tempo que se afirmava como uma tentativa de correcção das disfunções, que tinham atrofiado a aplicação integral dos preceitos legislativos em vigor.

Mas se os aspectos políticos e de ordem financeira constituem um dos elementos centrais do conteúdo do projecto-lei de 1909, o facto é que o documento pretendia também responder às variadas lacunas existentes na lei de 1889. Esta atitude não significava uma ruptura entre este projecto-lei e o quadro legislativo em vigor. O próprio autor reconheceu a manutenção de muitos dos preceitos legais definidos na lei Senna. Podemos mesmo considerar que o texto proposto por Miguel Bombarda se apresenta como uma espécie de adenda complementar à lei de 1889. No entanto, e apesar de ter assumido uma linha de continuidade com o passado, o projecto-lei de 1909 preconizava a criação num novo sistema de organização da assistência mental. Este novo modelo assentaria a sua funcionalidade de um organismo polivalente, a *Junta de Protecção dos Alienados*. Esta nova instituição, para além de se encontrar habilitada a gerir, financiar e fiscalizar todo o sistema público e privado de assistência mental, representaria, pelo seu próprio estatuto administrativo e político, a autonomização de todo o sistema de assistência mental em relação ao universo geral da assistência.

Para além destes elementos de natureza organizacional, o projecto-lei dedicou ainda especial atenção à situação dos alienados. Os mecanismos de admissão e o percurso institucional dos mesmos passariam a ser tratados com maior rigor, através da introdução de procedimentos administrativos mais precisos e obrigatórios. Neste capítulo, a Junta de Protecção dos Alienados assumiria a verdadeira incumbência da sua designação, ao garantir uma forte fiscalização de todos os processos respeitantes ao internamento, tratamento, protecção legal e económica dos doentes. Todas as restantes medidas do projecto-lei, algumas delas avulsas, parecem encontrar-se desenhadas no sentido de preencherem as lacunas da lei de 1889. De forma geral, todo o projecto elaborado por Miguel Bombarda tinha por objectivo central a viabilização de um sistema de assistência mental capaz de garantir os meios, satisfazer as reais necessidades dos doentes e da sociedade em relação ao problema da alienação mental.

A faceta assistencial de Miguel Bombarda é apenas uma das realidades da sua multifacetada actividade como médico, cientista, professor, jornalista e político. Efectivamente, Miguel Bombarda para além de ter sido uma personagem determinante da psiquiatria portuguesa e da assistência aos doentes mentais, foi também uma das referências mais importantes da emergente comunidade médica portuguesa da sua época.

Bibliografia

Bibliografia de Miguel Bombarda

- Contribuição para o estudo dos microcephalos*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1894.
- A consciência e o livre arbítrio*, António Maria Pereira, Lisboa, 1898. Abreviatura CLA.
- A consciência e o livre arbítrio*, 2ª edição, António Maria Pereira, Lisboa, 1902.
- "O Hospital de Rilhafoles e os seus serviços em 1892-1893", *A Medicina Contemporânea*, (1893-1894): n.º1, n.º2, n.º3, n.º4, n.º5, n.º6, n.º7, n.º8, n.º9, n.º10, n.º11, n.º13, n.º14, n.º15, n.º16, n.º18, n.º20, n.º21, n.º22, n.º23, n.º24, n.º25, n.º26, n.º27, n.º29, n.º32, Lisboa.
- "O Hospital de Rilhafoles e os seus serviços em 1893-1894", *A Medicina Contemporânea*, (1895-1896), n.º4, n.º12, n.º13, n.º16, n.º17, n.º20, n.º21, Lisboa.
- "O Hospital de Rilhafoles e os seus serviços em 1894-1895", *A Medicina Contemporânea*, (1896), n.º8, n.º21, Lisboa.
- "O Hospital de Rilhafoles e os seus serviços em 1895-1896", *A Medicina Contemporânea*, (1897), n.º9, n.º11, Lisboa.
- "O Hospital de Rilhafoles e os seus serviços em 1896-1897", *A Medicina contemporânea*, (1898), n.º30, n.º32, n.º42, Lisboa.
- "O Hospital de Rilhafoles e os seus serviços em 1897-1898", *A Medicina Contemporânea*, (1899), n.º46, Lisboa.
- "O Hospital de Rilhafoles e os seus serviços em 1898-1899", *A Medicina Contemporânea*, (1900), n.º34, Lisboa.
- "O Hospital de Rilhafoles e os seus serviços em 1899-1900", *A Medicina contemporânea*, (1901), n.º49, Lisboa.
- "O Hospital de Rilhafoles e os seus serviços em 1900-1901", *A Medicina Contemporânea*, (1902), n.º44, Lisboa.
- "Curso de Physiologia da Escola de Ciências Médicas de Lisboa. Prof. Miguel Bombarda", *A Medicina Contemporânea*, (04-07-1884), N.º49, Lisboa.
- "A Sequestração dos alienados", *A Medicina Contemporânea*, (05/04/1891), n.º14, Lisboa.
- "Al-Scherbitz", *A Medicina Contemporânea*, (19-06-1898), n.º25, Lisboa.
- "O Progresso pela loucura", *A Medicina Contemporânea*, (04/11/1900), n.º44, Lisboa.
- "Arte e manicómios", *A Medicina Contemporânea*, (26-8-1900), n.º34, Lisboa.
- "Questões psycho-legaes", *A Medicina Contemporânea*, (23/09/1900), n.º14, Lisboa.
- "Caso calmon", *A Medicina Contemporânea*, (03/03/1901), n.º09, Lisboa.
- "O ensino da psiquiatria", *A Medicina Contemporânea*, (06-04-1902), n.º14, Lisboa.

- "Formulas sociaes", *A Medicina Contemporânea*, (13-9-1903), n.º37, Lisboa.
 "Regímen penitenciário", *A Medicina Contemporânea*, (08/02/1903), n.º6, Lisboa.
 "Semi-doidos", *A Medicina Contemporânea*, (08-09-1905), N.º 41, Lisboa.
 "Legislação sobre alienados", *A Medicina Contemporânea*, (15-03-1908), N.º11, Lisboa.
 "Projecto de lei de protecção dos alienados", *A Medicina Contemporânea*, (25-04-1909), N.º17, Lisboa.
 "O fundo dos alienados", *A Medicina Contemporânea*, (12-10-1909), N.º37, Lisboa.
 "Hospitalização de alienados", *A Medicina Contemporânea*, (27-02-1909), N.º9, Lisboa.
 "Hospitalização de alienados", *A Medicina Contemporânea*, (11-05-1909), N.º24, Lisboa.
 "Doidos com juízo", *A Medicina Contemporânea*, (06-03-1910), n.º10, Lisboa.

Bibliografia geral

- ABRANCHES, Guilherme da Silva, *Relatório geral do serviço de alienados de Rilhafolles em 1865*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1866.
 AMARAL, Almeida, "Miguel Bombarda e a assistência psiquiátrica", *A Medicina Contemporânea*, (Março de 1952), Ano LXX, n.º 3, Lisboa.
 ATHIAS, Marck, "Miguel Bombarda: o professor", *A Medicina Contemporânea*, (16-10-1910), N.º41, Lisboa.
 BENTHAM, Jeremy, *The panopticon writings*, Verso, Londres, 1995.
 BERCHERIE, Paul, *Les Fondements de la clinique: histoire et structure du savoir psychiatrique*, Navarin Editeur, Paris, 1980.
 CANGUILHEM, Georges, *Essai sur quelques problèmes concernant le normal et le pathologique*, 12.ª Ed., Société D'Éditions: Les Belles Lettres, Paris, 1950.
 DINIZ, Seabra, "Miguel Bombarda, homem da sua época", *A Medicina Contemporânea*, Março de 1952, Ano LXX, n.º 3, Lisboa.
 FERNANDES, Barahona, "Miguel Bombarda", in *O Médico*, n.º 41, Porto, 1952.
 FERNANDES, Barahona, *No Signo de Hipócrates II*, Livraria Luso-Espanhola, Lda., Lisboa, 1956.
 FLEMING, Manuela, *Ideologia e práticas psiquiátricas*, Afrontamento, Lisboa, 1976.
 FOUCAULT, Michel, *Vigilar y castigar*, 15.ª Ed, Ediciones Siglo XXI, Madrid, 1988.
 FONSECA, Fernandes, *Psiquiatria e psicopatologia*, Vol.I, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985.
 HENRIQUES, Manuel Louzã, *As concepções materialista, positivista e evolucionista e a psiquiatria portuguesa*, Unitas – Cooperativa Académica de Coimbra, Coimbra, 1966.
 MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal, A segunda fundação (1890-1926)*, Rui Ramos, Vol. VI., Círculo de Leitores, Lisboa, 1994.
 MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal, O liberalismo (1807-1890)*, Maria Antónia Lopes, Vol. V, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994.
 OLIVEIRA, J. F. Reis de, *Rilhafolles e a acção do professor Miguel Bombarda*, Lisboa, 1983.
 PEREIRA, Ana Leonor, "A institucionalização da loucura em Portugal", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º21, Novembro de 1986, pp.86-87.
 PICHOT, Pierre e Barahona Fernandes, *Um século de psiquiatria e psiquiatria em Portugal*, Roche Farmacêutica Química Lda, Lisboa, 1984.
 RIBEIRO, Victor, *História da beneficência em Portugal*, Imprensa Universidade, Coimbra, 1907.
 SANTANA, Manuel Fernandes, *Questões de biologia: O materialismo em face da ciência. A propósito da consciência e do livre arbítrio do Sr. Prof. Miguel Bombarda*, Vols.I-II, Typographia da Casa Catholica, Lisboa, 1889-90.

- SENNA, António Maria, "Alienados em Portugal", *Medicina Contemporânea*, (1883), n.º31, n.º31, n.º32, n.º33, n.º37, n.º41, n.º43, Lisboa.
 —, "Os alienados em Portugal", *A Medicina Contemporânea*, (1884), N.º4, Lisboa.
 —, "Classificação das doenças mentais pelo Dr. Kraft-Ebing", *A Medicina Contemporânea*, (20-04-1887), N.º12, Lisboa.
 —, "Classificação das doenças mentais pelo Dr. Kraft-Ebing", *A Medicina Contemporânea*, (17-04-1887), N.º16, Lisboa.
 —, "Relatório e proposta de lei para a organização da hospitalização de alienados", *A Medicina Contemporânea*, (03/06/1888), n.º 23, Lisboa.
 SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.), *Nova história de Portugal. Portugal da monarquia para a república*, Editorial Presença, Lisboa, 1991.
 SEUR, Laurent, « La fragile limite entre le normal et l'anormal: lorsque les psychiatres français essayaient, au XIX siècle, de reconnaître la folie », *Revue Historique*, Tome CCXCII/1, Presses Universitaires de France, Paris, 1994.
 SHORTER, Edward, *Uma História da Psiquiatria: Da era do manicómio à idade do prozac*, Climepsi Editores, Lisboa, 2001.
 VAZ, Maria João, *Crime e sociedade: Portugal na segunda metade do século XIX*, Celta Editora, Lisboa, 1998.